

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	154
--	-----

Motivos de Reapresentação	156
---------------------------	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	385.823
Preferenciais	578.116
Total	963.939
Em Tesouraria	
Ordinárias	49
Preferenciais	6.099
Total	6.148

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	2.239.733	1.448.190
1.01	Ativo Circulante	366.001	20.018
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	364.401	9
1.01.03	Contas a Receber	0	168
1.01.03.01	Clientes	0	168
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.364	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.364	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	236	19.841
1.01.08.03	Outros	236	19.841
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	1	18.739
1.01.08.03.06	Outros Tributos	178	599
1.01.08.03.07	Demais ativos	57	503
1.02	Ativo Não Circulante	1.873.732	1.428.172
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	157.029	487.379
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	142.475	473.147
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	40.858	376.842
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	100.783	95.515
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	834	790
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.554	14.232
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	2.968	2.861
1.02.01.09.14	Demais ativos	11.586	11.371
1.02.02	Investimentos	1.716.700	940.792
1.02.02.01	Participações Societárias	1.716.700	940.792
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.716.472	940.564
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	228	228
1.02.03	Imobilizado	1	1
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1	0
1.02.04	Intangível	2	0
1.02.04.01	Intangíveis	2	0
1.02.04.01.07	Outros	2	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	2.239.733	1.448.190
2.01	Passivo Circulante	12.909	24.739
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.129	798
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.129	798
2.01.02	Fornecedores	972	418
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	972	418
2.01.03	Obrigações Fiscais	286	893
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	286	893
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	84	0
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	202	893
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	7.655
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	7.655
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	7.655
2.01.05	Outras Obrigações	10.522	14.975
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	1.468
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	0	1.468
2.01.05.02	Outros	10.522	13.507
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	10.377	13.404
2.01.05.02.09	Demais obrigações	145	103
2.02	Passivo Não Circulante	360.693	341.196
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	345.866	328.050
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	345.866	328.050
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	345.866	328.050
2.02.02	Outras Obrigações	4.366	3.903
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.903	3.903
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	3.903	3.903
2.02.02.02	Outros	463	0
2.02.02.02.04	Outros tributos	463	0
2.02.04	Provisões	6.867	5.587
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.867	5.587
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	278	278
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	6.589	5.309
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	3.594	3.656
2.02.06.01	Lucros a Apropriar	3.594	3.656
2.03	Patrimônio Líquido	1.866.131	1.082.255
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004
2.03.02	Reservas de Capital	5.003	4.735
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.615	-3.615
2.03.02.08	Outras reservas de capital	878	878
2.03.02.11	Reserva Reflexa Baseada em Ações	10.484	9.851
2.03.02.12	Reserva reflexa de ações em tesouraria	-2.744	-2.379
2.03.04	Reservas de Lucros	296.522	296.522
2.03.04.01	Reserva Legal	24.953	24.953
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	75.323	75.323
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	64.594
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	42.749	42.749

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	88.903	88.903
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	796.590	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-5.637	-2.981
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	227	-25
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-10.578	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	441	883	440	879
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-467	-923	-401	-725
3.03	Resultado Bruto	-26	-40	39	154
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	13.098	789.161	8.622	11.074
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.597	-7.167	-3.548	-6.598
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	230	230	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.655	-1.828	-832	-912
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	19.120	797.926	13.002	18.584
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	13.072	789.121	8.661	11.228
3.06	Resultado Financeiro	3.954	7.852	1.793	3.295
3.06.01	Receitas Financeiras	13.535	27.586	9.787	17.311
3.06.02	Despesas Financeiras	-9.581	-19.734	-7.994	-14.016
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.026	796.973	10.454	14.523
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	219	-84	0	0
3.08.01	Corrente	219	-84	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	17.245	796.889	10.454	14.523
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	17.245	796.889	10.454	14.523
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01800	0,83200	0,01090	0,01520
3.99.01.02	PN	0,01800	0,83200	0,01090	0,01520
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01770	0,83140	0,00990	0,01380
3.99.02.02	PN	0,01770	0,83140	0,00990	0,01380

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	17.245	796.889	10.454	14.523
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-9.111	-10.578	0	0
4.02.02	Variação reflexa de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda, liquida de tributos	-9.979	-10.358	0	0
4.02.03	Realização reflexa de reserva de operações de derivativos, liquida de tributos	-170	-170	0	0
4.02.04	Reserva Reflexa de hedge accounting	1.025	-50	0	0
4.02.05	Outros	13	0	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	8.134	786.311	10.454	14.523

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	29.776	8.466
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.570	-7.286
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	796.973	14.523
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	1.979	-3.462
6.01.01.03	Depreciação e amortização	0	1
6.01.01.04	Equivalência patrimonial	-797.926	-18.584
6.01.01.05	Participação de empregados e administradores	548	236
6.01.01.06	Outras receitas, líquidas das despesas	-4	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.020	-7.384
6.01.02.01	Contas a receber	168	-6
6.01.02.02	Tributos	-1.145	98
6.01.02.03	Demais ativos	339	-20
6.01.02.04	Fornecedores	554	119
6.01.02.05	Salários, encargos sociais e benefícios	-217	-121
6.01.02.06	Provisões	1.279	676
6.01.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	-8.456
6.01.02.08	Outras contas ativas e passivas	42	326
6.01.03	Outros	27.186	23.136
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-798	-947
6.01.03.02	Dividendos/JCP recebidos de controladas	27.984	24.083
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	334.616	-8.107
6.03.01	Captações	0	7.000
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	-7.000	-6.226
6.03.03	Transações com partes relacionadas	344.943	6.156
6.03.04	Aquisição de ações de controladas e recompra de ações	-300	0
6.03.05	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-3.027	-15.037
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	364.392	359
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	9	9
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	364.401	368

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	796.889	-10.578	786.311
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	796.889	0	796.889
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.578	-10.578
5.05.02.06	Reserva Reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	-50	-50
5.05.02.07	Variação de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda, líquida de tributos	0	0	0	0	-10.358	-10.358
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	-170	-170
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	268	0	-299	-2.404	-2.435
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	-365	0	0	0	-365
5.06.05	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	633	0	0	0	633
5.06.08	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	-2.404	-2.404
5.06.09	Outros efeitos/variações PI controladas	0	0	0	-299	0	-299
5.07	Saldos Finais	784.004	5.003	296.522	796.590	-15.988	1.866.131

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	564.541	561	429.250	0	-31.955	962.397
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	564.541	561	429.250	0	-31.955	962.397
5.04	Transações de Capital com os Sócios	219.463	0	-219.463	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	219.463	0	-219.463	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.523	-93.166	-78.643
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.523	0	14.523
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-93.166	-93.166
5.05.02.06	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	-93.166	-93.166
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-73	0	0	0	-73
5.06.01	Constituição de Reservas	0	-73	0	0	0	-73
5.07	Saldos Finais	784.004	488	209.787	14.523	-125.121	883.681

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	1.164	929
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	934	929
7.01.02	Outras Receitas	230	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.830	-5.310
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-356	-410
7.02.04	Outros	-4.474	-4.900
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.666	-4.381
7.04	Retenções	-1.279	-677
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-1
7.04.02	Outras	-1.279	-676
7.04.02.01	Provisões	-1.279	-676
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-4.945	-5.058
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	825.512	35.895
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	797.926	18.584
7.06.02	Receitas Financeiras	27.298	17.311
7.06.03	Outros	288	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	820.567	30.837
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	820.567	30.837
7.08.01	Pessoal	2.709	1.635
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.229	1.360
7.08.01.02	Benefícios	387	219
7.08.01.03	F.G.T.S.	93	56
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	709	427
7.08.02.01	Federais	658	376
7.08.02.03	Municipais	51	51
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	20.260	14.252
7.08.03.01	Juros	19.712	14.016
7.08.03.03	Outras	548	236
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	796.889	14.523
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	796.889	14.523

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	16.221.088	20.073.689
1.01	Ativo Circulante	5.141.633	5.955.295
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.957.676	2.939.084
1.01.02	Aplicações Financeiras	245.394	469.375
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	245.394	469.375
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	245.394	469.375
1.01.03	Contas a Receber	1.041.767	1.397.420
1.01.03.01	Clientes	1.030.520	1.393.931
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	11.247	3.489
1.01.04	Estoques	24.980	21.464
1.01.06	Tributos a Recuperar	139.166	261.558
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	139.166	261.558
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	732.650	866.394
1.01.08.03	Outros	732.650	866.394
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	8.755	9.573
1.01.08.03.03	Dividendos e juros sobre capital próprio	21	0
1.01.08.03.04	Depósitos e bloqueios judiciais	299.288	396.329
1.01.08.03.06	Outros Tributos	216.466	234.988
1.01.08.03.07	Demais ativos	208.120	225.504
1.02	Ativo Não Circulante	11.079.455	14.118.394
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.668.690	3.087.189
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	35.116	18.394
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	17.541	15.948
1.02.01.01.03	Caixa restrito	17.575	2.446
1.02.01.03	Contas a Receber	31.358	20.781
1.02.01.03.01	Clientes	31.358	20.781
1.02.01.06	Tributos Diferidos	958.528	1.266.379
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	958.528	1.266.379
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	144.479	113.565
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	15.906	0
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	100.783	100.843
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	27.790	12.722
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.499.209	1.668.070
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	1.161.142	1.449.110
1.02.01.09.06	Instrumentos Financeiros derivativos	4.585	5.048
1.02.01.09.07	Ativo financeiro disponível para venda	160.574	0
1.02.01.09.09	Ativo relacionado aos fundos de pensão	15.481	20.243
1.02.01.09.13	Outros Tributos	85.165	99.170
1.02.01.09.14	Demais ativos	72.262	94.499
1.02.02	Investimentos	1.603.553	1.413.263
1.02.02.01	Participações Societárias	11.447	13.290
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	11.447	13.290
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	1.592.106	1.399.973
1.02.03	Imobilizado	3.716.088	5.209.496
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.272.814	4.615.555
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	1.591	3.443

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	441.683	590.498
1.02.04	Intangível	3.091.124	4.408.446
1.02.04.01	Intangíveis	2.935.494	4.276.716
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	402.617	638.445
1.02.04.01.02	Licenças Regulatórias	2.270.140	3.284.115
1.02.04.01.03	Sistema de processamento de dados	193.824	261.415
1.02.04.01.04	Marcas e patentes	18.337	25.578
1.02.04.01.07	Outros	50.576	67.163
1.02.04.02	Goodwill	155.630	131.730

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	16.221.088	20.073.689
2.01	Passivo Circulante	2.957.114	4.659.847
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	139.357	191.348
2.01.01.01	Obrigações Sociais	17.185	16.445
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	122.172	174.903
2.01.02	Fornecedores	597.789	910.086
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	597.600	909.885
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	189	201
2.01.03	Obrigações Fiscais	109.519	183.374
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	104.442	179.278
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	94.305	172.734
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	10.137	6.544
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	3.062	3.274
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.015	822
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	942.038	1.808.437
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	942.038	1.807.461
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	841.337	1.546.903
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	100.701	260.558
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	0	976
2.01.05	Outras Obrigações	887.228	1.179.634
2.01.05.02	Outros	887.228	1.179.634
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	75.891	231.217
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	0	3.913
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros derivativos	115.451	123.867
2.01.05.02.06	Outros tributos	284.467	381.934
2.01.05.02.07	Programa de refinanciamento fiscal	19.778	15.952
2.01.05.02.08	Autorizações e concessões a pagar	61.099	116.340
2.01.05.02.09	Demais obrigações	330.542	306.411
2.01.06	Provisões	281.183	386.968
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	281.183	386.968
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	26.186	32.465
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	49.417	65.195
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	7.444	17.034
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	198.136	272.274
2.02	Passivo Não Circulante	7.628.429	10.069.707
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.145.775	6.835.847
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.145.775	6.835.847
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	4.024.468	5.388.148
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.121.307	1.447.699
2.02.02	Outras Obrigações	995.583	1.152.068
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	75.106	3.903
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	71.203	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.903	3.903
2.02.02.02	Outros	920.477	1.148.165
2.02.02.02.04	Outros tributos	244.074	330.966
2.02.02.02.06	Instrumentos Financeiros derivativos	60.454	62.110

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.02.02.08	Autorizações e concessões a pagar	215.704	348.346
2.02.02.02.09	Programa de refinanciamento fiscal	172.921	194.971
2.02.02.02.13	Demais obrigações	227.324	211.772
2.02.03	Tributos Diferidos	476.676	728.712
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	476.676	728.712
2.02.04	Provisões	1.006.801	1.349.424
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.006.801	1.349.424
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	144.188	208.759
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	279.051	352.511
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	85.511	125.749
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	498.051	662.405
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	3.594	3.656
2.02.06.01	Lucros a Apropriar	3.594	3.656
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.635.545	5.344.135
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004
2.03.02	Reservas de Capital	5.003	4.735
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.615	-3.615
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	878	878
2.03.02.11	Reserva Reflexa Baseada em Ações	10.484	9.851
2.03.02.12	Reserva reflexa de ações em tesouraria	-2.744	-2.379
2.03.04	Reservas de Lucros	296.522	296.522
2.03.04.01	Reserva Legal	24.953	24.953
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	75.323	75.323
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	64.594
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	42.749	42.749
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	88.903	88.903
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	796.590	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-5.637	-2.981
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	227	-25
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-10.578	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.769.414	4.261.880

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.290.549	2.530.630	1.748.026	3.504.278
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-796.719	-1.579.919	-1.074.691	-2.108.423
3.03	Resultado Bruto	493.830	950.711	673.335	1.395.855
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-295.939	411.673	-390.807	-865.972
3.04.01	Despesas com Vendas	-153.775	-307.530	-220.508	-445.335
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-126.935	-241.701	-112.605	-282.693
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	83.463	1.189.169	83.426	136.819
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-98.692	-220.339	-141.120	-274.763
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-7.926	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	197.891	1.362.384	282.528	529.883
3.06	Resultado Financeiro	-52.658	-271.921	-151.665	-309.507
3.06.01	Receitas Financeiras	150.561	234.813	138.356	246.826
3.06.02	Despesas Financeiras	-203.219	-506.734	-290.021	-556.333
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	145.233	1.090.463	130.863	220.376
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-72.796	-67.039	-43.541	-39.008
3.08.01	Corrente	-33.367	-103.435	-66.954	-109.901
3.08.02	Diferido	-39.429	36.396	23.413	70.893
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	72.437	1.023.424	87.322	181.368
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	72.437	1.023.424	87.322	181.368
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	17.245	796.889	10.454	14.523
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	55.192	226.535	76.868	166.845
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01800	0,83200	0,01090	0,01520
3.99.01.02	PN	0,01800	0,83200	0,01090	0,01520
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01770	0,83140	0,00990	0,01380
3.99.02.02	PN	0,01770	0,83140	0,00990	0,01380

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	72.437	1.023.424	87.322	181.368
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-31.868	-35.582	0	0
4.02.02	Variação reflexa de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda, liquida de tributos	-35.069	-35.423	0	0
4.02.03	Realização reflexa de reserva de operações de derivativos, liquida de tributos	-193	-193	0	0
4.02.04	Reserva Reflexa de hedge accounting	417	-604	0	0
4.02.05	Outros	2.977	638	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	40.569	987.842	87.322	181.368
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	8.134	786.311	10.454	14.523
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	32.435	201.531	76.868	166.845

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	565.919	873.375
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.163.161	1.743.897
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.090.463	220.376
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	252.314	425.918
6.01.01.03	Depreciação e amortização	493.597	714.962
6.01.01.04	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	78.209	120.672
6.01.01.05	Provisões	67.969	102.334
6.01.01.06	Reversão Variação Monetária Depósito Judicial	3.406	0
6.01.01.07	Equivalência patrimonial	7.926	0
6.01.01.08	Baixa de ativo permanente	5.847	6.594
6.01.01.09	Taxa de prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	10.100	16.775
6.01.01.10	Participação de empregados e administradores	13.081	30.190
6.01.01.11	Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros	89.272	-4.467
6.01.01.12	Atualização monetária de provisões	4.589	0
6.01.01.13	Atualização monetária do programa de Refinanciamento Fiscal	18.052	9.758
6.01.01.14	Ganho/(perda) de participação	-1.067.063	0
6.01.01.15	Provisão (reversão) de programa de Refinanciamento Fiscal	32.825	0
6.01.01.16	Apropriação de despesas antecipadas	63.581	88.711
6.01.01.17	Remuneração baseada em ações	2.152	2.447
6.01.01.18	Dividendos fixos e atualização monetária sobre ações preferenciais resgatáveis	11.179	14.697
6.01.01.19	Prescrição de dividendos	-13.322	-1.515
6.01.01.20	Outras receitas, líquidas das despesas	-1.016	-3.555
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-209.658	-435.527
6.01.02.01	Contas a receber	-89.317	-124.607
6.01.02.02	Estoques	-8.956	14.049
6.01.02.03	Tributos	-83.783	95.927
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-550.581	-787.427
6.01.02.05	Resgate de aplicações financeiras mantidas para negociação	639.543	600.913
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-131.975	-140.108
6.01.02.07	Empréstimos a receber	149	3.959
6.01.02.08	Demais ativos	339	-20
6.01.02.09	Fornecedores	83.143	25.695
6.01.02.10	Salários, encargos sociais e benefícios	-38.901	-14.042
6.01.02.11	Provisões	-61.434	-64.331
6.01.02.12	Provisão para fundos de pensão	-15.067	-22.837
6.01.02.13	Adiantamento para futuro aumento de capital	13	0
6.01.02.14	Outras contas ativas e passivas	47.169	-22.698
6.01.03	Outros	-387.584	-434.995
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-358.771	-444.894
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos - Empresa	-79.699	-64.580
6.01.03.03	Imposto de renda e contribuição social pagos - Terceiros	-24.513	-29.190
6.01.03.04	Dividendos/JCP recebidos de controladas	75.399	103.669

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.516.575	-663.702
6.02.01	Ativo disponível para venda	-214.211	0
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-638.272	-533.404
6.02.03	Aumento dos investimentos permanentes, menos caixa líquido incluído na aquisição	-1.733.330	0
6.02.04	Depósitos e bloqueios judiciais	-186.138	-219.468
6.02.05	Resgates de depósitos e bloqueios judiciais	42.106	93.340
6.02.06	Recebimento de venda de ativo imobilizado	212.659	378
6.02.07	Caixa líquido recebido na venda de participações societárias	7.363	0
6.02.08	Caixa restrito	-6.752	0
6.02.09	Aplicações financeiras mantidas até o vencimento	0	-4.548
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.969.248	256.622
6.03.01	Captações	1.138.310	1.185.804
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e leasing	-1.659.139	-575.007
6.03.03	Transações com partes relacionadas	418.292	6.125
6.03.04	Aquisição de ações de controladas e recompra de ações	-178	-9.362
6.03.05	Autorizações e concessões	-33.640	-5.677
6.03.06	Programa de Refinanciamento Fiscal	-10.016	-14.981
6.03.07	Pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio	-156.724	-330.280
6.03.08	Aumento de capital	2.282.737	0
6.03.09	Pagamento de ações preferenciais	-10.394	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	18.592	466.295
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.939.084	2.338.315
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.957.676	2.804.610

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255	4.261.880	5.344.135
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	4.735	296.522	0	-3.006	1.082.255	4.261.880	5.344.135
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	464.350	464.350
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	584.436	584.436
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	0	0	0	0	0	-20	-20
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	0	0	0	-689	-689
5.04.09	Ações bonificadas a resgatar	0	0	0	0	0	0	-119.377	-119.377
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	796.889	-10.578	786.311	201.531	987.842
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	796.889	0	796.889	226.535	1.023.424
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.578	-10.578	-25.004	-35.582
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	0	0	638	638
5.05.02.06	Reserva Reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	-50	-50	-554	-604
5.05.02.07	Variação de reserva de ativos financeiros disponíveis para venda, líquida de tributos	0	0	0	0	-10.358	-10.358	-25.065	-35.423
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	-170	-170	-23	-193
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	268	0	-299	-2.404	-2.435	-1.158.347	-1.160.782
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	-365	0	0	0	-365	268	-97
5.06.05	Reserva de remuneração baseada em ações	0	0	0	0	0	0	12	12
5.06.06	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	633	0	0	0	633	895	1.528
5.06.07	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	-2.404	-2.404	72.703	70.299
5.06.08	Outros efeitos/variações PI controladas	0	0	0	-299	0	-299	-1.205.800	-1.206.099
5.06.09	Dividendos	0	0	0	0	0	0	-26.425	-26.425
5.07	Saldos Finais	784.004	5.003	296.522	796.590	-15.988	1.866.131	3.769.414	5.635.545

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	564.541	561	429.250	0	-31.955	962.397	-20.547	941.850
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	564.541	561	429.250	0	-31.955	962.397	-20.547	941.850
5.04	Transações de Capital com os Sócios	219.463	0	-219.463	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	219.463	0	-219.463	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	14.523	-93.166	-78.643	166.845	88.202
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	14.523	0	14.523	166.845	181.368
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-93.166	-93.166	0	-93.166
5.05.02.06	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	-93.166	-93.166	0	-93.166
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-73	0	0	0	-73	0	-73
5.06.04	Constituição/Realização Reservas Capital	0	-73	0	0	0	-73	0	-73
5.07	Saldos Finais	784.004	488	209.787	14.523	-125.121	883.681	146.298	1.029.979

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 30/06/2011	Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	4.450.883	4.713.820
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.367.525	4.722.814
7.01.02	Outras Receitas	1.161.567	111.678
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-78.209	-120.672
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.112.442	-1.546.350
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-386.873	-577.154
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-675.321	-789.067
7.02.04	Outros	-50.248	-180.129
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.338.441	3.167.470
7.04	Retenções	-646.560	-898.104
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-493.597	-714.962
7.04.02	Outras	-152.963	-183.142
7.04.02.01	Provisões	-115.395	-152.626
7.04.02.02	Outras	-37.568	-30.516
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.691.881	2.269.366
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	239.751	263.319
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.926	0
7.06.02	Receitas Financeiras	246.084	263.319
7.06.03	Outros	1.593	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.931.632	2.532.685
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.931.632	2.532.685
7.08.01	Pessoal	381.860	378.697
7.08.01.01	Remuneração Direta	309.724	273.387
7.08.01.02	Benefícios	34.235	62.012
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.556	10.720
7.08.01.04	Outros	28.345	32.578
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	954.796	1.284.482
7.08.02.01	Federais	223.814	241.010
7.08.02.02	Estaduais	670.962	1.027.663
7.08.02.03	Municipais	60.020	15.809
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	571.552	688.138
7.08.03.01	Juros	417.434	511.148
7.08.03.02	Aluguéis	137.794	175.403
7.08.03.03	Outras	16.324	1.587
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.023.424	181.368
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	796.889	14.523
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	226.535	166.845

Comentário do Desempenho

Índice

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva

1

Comentário do Desempenho

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, aos Diretores e ao Conselho de Administração da
Jereissati Participações S.A.
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Jereissati Participações S.A. ("Companhia") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 28, em 30 de junho de 2011, a Companhia e suas controladas possuem valores a receber de empresa ligada nos montantes de R\$100.783 mil na Companhia e R\$104.437 mil no consolidado, registrados no ativo não circulante, cuja realização dependerá da concretização do plano de negócio elaborado pela sua Administração.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.3, a Companhia está em processo de mensuração dos valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos das controladas indiretas em conjunto Telemar Norte Leste S.A. e CTX Participações S.A.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações contábeis intermediárias do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas

Comentário do Desempenho

informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 23 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Marco Antonio Brandão Simurro
Contador
CRC nº 1 RJ 052000/O-0 "S" SP

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Jereissati Participações S.A. (“Jereissati” ou “Companhia”) é uma companhia aberta nacional, com ações negociadas em bolsa de valores, e tem por objetivo a participação societária em outras empresas e a prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica, financeira e tributária. A Companhia é sediada no Brasil, na cidade de São Paulo, no bairro Jardim Paulistano, na Rua Angelina Maffei Vita, 200 – 9º andar parte. A Companhia é uma holding controlada pela Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A., que em 30 de junho de 2011 detêm 30,64% do capital votante e 29,33% do capital total da Companhia.

A controlada Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“Iguatemi”) com sede em São Paulo – SP, negocia suas ações na BM&F Bovespa – IGTA3, e tem por objetivo a exploração comercial e o planejamento de shopping centers, a prestação de serviços de administração de shopping centers regionais e de complexos imobiliários de uso misto, a compra e venda de imóveis, a exploração de estacionamentos rotativos, a intermediação na locação de espaços promocionais, a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e merchandising, o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social e a participação em outras companhias como sócia, cotista, acionista ou associada por qualquer outra forma permitida por lei.

Os empreendimentos (“shopping centers”) são constituídos em sua maioria sob a forma de condomínio de edificação, não possuindo personalidade jurídica. Suas operações são registradas pela controlada Iguatemi, em seus livros contábeis, na proporção da participação que as empresas possuem em cada empreendimento. A Iguatemi e suas controladas são detentoras de uma fração ideal (“participação”) de determinados empreendimentos imobiliários, em sua grande maioria shopping centers, localizados nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País.

A controlada Jereissati Telecom S.A., anteriormente denominada La Fonte Telecom S.A. (“Jereissati Telecom”) é uma companhia aberta nacional, com sede em São Paulo, e com ações negociadas em bolsa de valores, e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, a critério do Conselho de Administração, a exploração comercial e o planejamento de shopping centers e empreendimentos de uso misto, a compra e venda de imóveis, a fabricação e a comercialização de ferragens e o exercício de outras atividades industriais e comerciais de produtos conexos, bem como a importação e a exportação. A Jereissati Telecom possui participação direta no capital social da EDSP75 Participações S.A. (“EDSP75”) e da Infinity Trading Limited. (“Infinity”) e participação direta e indireta da Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”).

A controlada EDSP75 é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e tem por objeto social específico a participação no capital social da LF Tel S.A. (“LF Tel”), da Telemar Participações S.A. (“Telemar”); da Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”), da Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”), da CTX Participação S.A. (“CTX”), da Contax Participações S.A. (“Contax Participações”) e das sociedades por elas controladas.

Atualmente a EDSP75 possui participação integral no capital social da LF Tel, companhia aberta nacional, com sede em São Paulo. A LF Tel tem por objeto social específico a participação no capital social da Telemar Participações S.A., da Tele Norte Leste Participações S.A., da Telemar Norte Leste S.A., da CTX Participações S.A., da Contax Participações S.A. e das sociedades por elas controladas.

Notas Explicativas

A Infinity, subsidiária integral da Jereissati Telecom, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, foi constituída em 1996, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora.

Os valores originários das demonstrações financeiras da controlada em conjunto indireta EDSP75 e consequentemente da sua controlada direta LF Tel e as suas controladas em conjunto direta e indireta, que são a Telemar, Privatinvest Participações S.A., CTX, TNL e TMAR, para fins de demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas, foram proporcionalizados à participação detida pela Companhia nestas controladas em conjunto, exceto se indicados de outra forma. A consolidação do resultado foi elaborada na proporção da respectiva porcentagem de participação de cada período.

A controlada indireta em conjunto Telemar é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem como objeto social a participação direta no capital da TNL, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle, bem como participar em outras sociedades no país e no exterior. Além da participação na TNL, a Telemar possui participação no capital social da TMAR, da Valverde Participações S.A. (“Valverde”) e da Bakarne Investments Ltd. (“Bakarne”).

A TNL, controlada indireta em conjunto, é uma sociedade por ações, de capital aberto, e foi constituída em 22 de maio de 1998, pela cisão da Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Telebrás”), tendo como principais atividades a participação em outras sociedades e promoção de gestão operacional e financeira de suas empresas controladas, diretas ou indiretas. A TNL é uma holding controlada pela Telemar, que em 30 de junho de 2011 detém, das ações em circulação, 18,43% do seu capital total e 46,82% do seu capital votante.

A TNL ainda possui (i) através da subsidiária TMAR prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de Longa Distância Internacional - LDI em todo o território brasileiro; (ii) através da subsidiária TNL PCS S.A. (“Oi”) prestação de serviço de telefonia móvel nas Regiões I e III; (iii) através da subsidiária Brasil Telecom S.A. (“BrT”) prestação de serviços de telefonia fixa e concessão para o serviço de LDI na Região II; e (iv) através da subsidiária 14 Brasil Telecom Celular S.A. (“BrT Celular”) prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

As vigências dos contratos de concessão e das autorizações acima mencionadas se encontram divulgadas nas Notas 17 e 3 (h).

A Valverde é uma sociedade por ações, subsidiária integral da controlada indireta Telemar, que foi adquirida em 3 de março de 2011, cujo objeto social principal é a participação em outras sociedades, que em 30 de junho de 2011 detém, das ações em circulação da TNL, 3,78% do seu capital total e 9,59% do seu capital votante.

A Bakarne é uma empresa em fase pré-operacional, subsidiária integral da controlada indireta Telemar, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, constituída em 2003, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à controladora.

A Privatinvest Participações S.A. (“Privatinvest”), controlada indireta em conjunto, foi constituída em 1999 e tem por objeto social a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

A controlada indireta CTX é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto social a

Notas Explicativas

participação, direta ou indireta, no capital da Contax Participações S.A. (“Contax Participações”) e de outras sociedades, no país ou no exterior, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle. A controlada indireta CTX possui como controlada direta a Contax Participações e como controladas indiretas a Contax S.A. (“Contax”), a TODO Soluções em Tecnologia S.A. (“TODO”), a BRC Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“BRC”), a Ability Comunicação Integral Ltda. (“Ability”), a Contax Sucursal Empresa Extranjeira Argentina (“Contax Argentina”), Contax Colômbia S.A.S. (“Contax Colombia”), Stratton Spain S.L (“Stratton Espanha”), Allus Spain S.L. (“Allus”), Stratton Argentina S.A. (“Stratton Argentina”), Stratton Peru S.A. (“Stratton Peru”) e a Multienlace S/A (“Multienlace”).

2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 – Base de preparação

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de junho de 2011 e estão de acordo com o IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia e suas controladas. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Os valores correspondentes ao período findo em 30 de junho de 2010, apresentados para fins de comparação, foram ajustados para refletirem as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil em decorrência da aplicação dos CPCs com vigência para 2010.

Estas Informações Financeiras Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, arquivadas em 31 de maio de 2011, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 31 de dezembro de 2010 as quais estão descritas na nota explicativa 2 das Demonstrações Financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010, exceto pelas descritas abaixo:

a) Reconhecimento de receita – programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

As controladas indiretas da Companhia, BrT Celular e Oi, implementaram um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, por eventos disponíveis no “experiências Oi” e/ou transferidos ao Programa Multiplus Fidelidade (parceiro das referidas controladas) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento nos postos de combustíveis da rede Ipiranga, entre outros.

As controladas indiretas da Companhia contabilizam os pontos concedidos no programa, como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor

Notas Explicativas

justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados e/ou estes expiram (prazo de 24 meses). O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios, bem como quando são cancelados ou expiram, em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

b) “Hedge Accounting”

A partir de 1 de janeiro de 2011, a controlada indireta da Companhia, TMAR, passou a adotar o uso da contabilidade de “hedge” para os instrumentos financeiros derivativos. A adoção desta prática objetiva a redução da volatilidade do resultado reconhecido devido à variação do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros derivativos designados para a contabilidade de “hedge” são submetidos a testes periódicos de efetividade prospectiva e retrospectiva utilizando metodologia de compensação monetária (“dollar offset”).

Os derivativos contratados e designados para contabilidade de “hedge” são formalmente identificados por meio de documentação na designação inicial, elaboradas de acordo com os requisitos do CPC 38 (IAS 39). Foram designados para contabilidade de “hedge” os instrumentos financeiros derivativos classificados como “hedge” de fluxo de caixa.

A parcela eficaz, conforme definido no CPC 38 (IAS 39), é registrada em conta do patrimônio líquido, denominada “Outros resultados abrangentes”, líquida de impostos, e é reclassificada para resultado financeiro com base na taxa efetiva. A parcela ineficaz, mensurada após testes de efetividade realizados trimestralmente, é registrada no resultado financeiro no mesmo período em que ocorre.

As variações no valor justo de instrumentos financeiros derivativos não designados para fins de contabilidade de “hedge” são contabilizadas como receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período em que ocorrem.

Será terminada a relação de “hedge” e a designação removida quando:

- (i) O contrato do instrumento financeiro derivativo for exercido, terminado ou liquidado, ou se a controlada indireta TMAR remover voluntariamente a designação, obedecendo os critérios estabelecidos pelo CPC 38 (IAS 39). Caso o objeto de “hedge” continue existindo, os saldos acumulados em outros resultados abrangentes referentes às variações do valor justo do instrumento financeiro derivativo são apropriados ao resultado do período no qual as despesas de juros e variações cambiais do objeto de “hedge” são apropriadas.
- (ii) A dívida for pré-paga ou extinta. Neste caso, o saldo acumulado em outros resultados abrangentes é imediatamente apropriado às receitas e/ou despesas financeiras no resultado do período no qual a designação for desfeita.

As informações requeridas sobre os instrumentos financeiros derivativos, assim como os efeitos reconhecidos pela controlada indireta TMAR, no período findo em 30 de junho de 2011, estão descritas na Nota 3.

2.2 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Notas Explicativas

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia e suas controladas baseia-se em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas na nota explicativa 2 das Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas, além daquela mencionada na Nota 23, com relação às contingências trabalhistas.

2.3 - Outras alterações ocorridas no período

Jereissati Telecom

Aquisição da companhia EDSP75 e operação com a Portugal Telecom, SGPS (“PT”)

Em dezembro de 2010, a controlada Jereissati Telecom passou a deter participação integral do capital social de sua controlada LF Tel. Nesta mesma data, adquiriu a companhia EDSP75.

Em janeiro de 2011, a EDSP75 emitiu 133.938.273 (cento e trinta e três milhões, novecentos e trinta e oito mil e duzentas e setenta e três) novas ações ordinárias, sendo totalmente subscritas pela Jereissati Telecom, através de conferência de bens, aumentando o capital social da EDSP75 em R\$ 58,9 milhões. Os bens utilizados na integralização do capital social da EDSP75 foram os investimentos anteriormente detidos pela Jereissati Telecom em sua subsidiária integral LF Tel, descontados sua dívida com a Companhia.

Em março de 2011, a EDSP75 emitiu 291.226.681 novas ações ordinárias, tendo sido totalmente integralizadas pela Bratel Brasil S.A. (“Bratel”), subsidiária integral da PT, pelo preço de emissão de R\$ 4,70423923 (quatro reais e fração), totalizando R\$ 1.370 milhões, sendo R\$ 26 milhões destinado a conta de capital e R\$ 1.344 milhões destinado à conta de reserva de capital, em ágio na subscrição de ações. Nesta data o capital social da EDSP75 passou a ser R\$ 85 milhões. Com a integralização pela Bratel, das 291.226.681 novas ações ordinárias do capital da EDSP75 correspondendo a 30,31% do seu capital social, a Jereissati Telecom que antes detinha participação integral no capital social da EDSP75 passou a deter 69,69% de participação.

Nesta mesma data, através do Instrumento Particular de Compra e Venda, a Jereissati Telecom alienou para a Bratel, 45.096.035 ações ordinárias de emissão da EDSP75, correspondendo a 4,69% do seu capital social, no montante de R\$ 212 milhões. Com a aquisição pela Bratel, das 45.096.035 ações ordinárias do capital da EDSP75 representando 4,69% do seu capital social, a Jereissati Telecom que antes detinha 69,69% de participação passou a deter 65,0%, representado por 624.599.330 ações ordinárias do capital social da EDSP75. A Bratel passou a deter 35,0%, representado por 336.322.716 ações ordinárias do capital social da EDSP75.

Como consequência das transações mencionadas anteriormente, a Jereissati Telecom registrou um ganho no montante de R\$ 1.042.095, apresentado como outras receitas operacionais, conforme Nota 6. Esse ganho correspondente à parcela dos ativos não monetários vendida para a Bratel e conforme previsto pela Interpretação correspondente ao SIC 13, foi reconhecido no resultado do período pela

Notas Explicativas

Jereissati Telecom, por esta passar a ter controle compartilhado da EDSP75. Conforme Acordo de acionistas firmado entre a Jereissati Telecom e a Bratel, as decisões financeiras e operacionais serão tomadas em conjunto entre os acionistas da EDSP75.

Adicionalmente, dos recursos obtidos pela EDSP75 com a integralização de capital pela Bratel, no montante de R\$1.370 milhões, a EDSP75 reinvestiu R\$820 milhões na controlada indireta LF Tel, através da subscrição de 255.235.728 (duzentos e cinquenta e cinco milhões, duzentos e trinta e cinco mil, setecentos e vinte e oito) novas ações ordinárias, emitidas pela LF Tel.

Nesta mesma data, a controlada indireta LF Tel reinvestiu o montante de R\$820 milhões conforme descrito abaixo:

- a LF Tel subscreveu 11.240.386 ações preferenciais de emissão da controlada em conjunto TMAR correspondente a 3,2670% do seu capital social, pelo preço de R\$570 milhões, passando a deter participação direta no capital social daquela controlada;
- a LF Tel subscreveu 36.784.491 ações de emissão da controlada direta em conjunto Telemar correspondente a 0,02% do seu capital social, pelo preço de R\$150 milhões;
- a LF Tel, através do contrato de compra e venda celebrado com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS e Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, adquiriu 431.999.634 ações ordinárias de emissão de sua controlada direta em conjunto CTX, por R\$100 milhões passando a deter 36,80% de participação direta no capital social daquela controlada;

Adicionalmente, em julho de 2011, foi realizada Assembleia Geral de acionistas da controlada indireta CTX, em que foi aprovado o aumento de capital da CTX, no valor de R\$37.711, mediante a emissão de 162.913.541 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscrito pela Portugal Telecom e pela Fundação Atlântico de Seguridade Social. Após esta subscrição, a participação da controlada indireta LF Tel foi diluída, passando de 36,80% para 34,96% do capital da controlada indireta CTX.

As transações descritas anteriormente foram efetuadas unicamente com objetivo de implementar a estratégia da controlada direta Jereissati Telecom de alienar participação acionária na operação da Telemar e suas controladas (“Grupo de Telecomunicações”) e da CTX à Portugal Telecom, permitindo que este tivesse uma participação direta e indireta nas operações do Grupo de Telecomunicações e da CTX de aproximadamente 22% e 20%, respectivamente. Como parte desta estratégia, a LF Tel foi utilizada unicamente como um veículo no acordo global firmado entre os seus acionistas. Em decorrência do acordo mencionado anteriormente, de forma global, incluindo alienação e aquisição de participações por meio das diversas entidades sob seu controle, a controlada direta Jereissati Telecom alienou participação indireta de 6,75%, 0,65% e 0,10% da Telemar, da TMAR e da CTX, respectivamente.

Como parte do acordo mencionado anteriormente, a Portugal Telecom aportou recursos nas operações do Grupo de Telecomunicações e CTX, para redução do endividamento e ampliação de seus investimentos. Desta forma, a controlada indireta LF Tel recebeu recursos da Portugal Telecom como aumento de capital, que foi utilizado para: (i) efetuar o aporte de capital na Telemar e TMAR, o que ocasionou a diluição de participação acionária dos demais acionistas que optaram em não efetuar a subscrição de capital; e (ii) acréscimo da participação acionária no capital social da CTX, através dos eventos mencionados anteriormente.

No entendimento de sua Administração o acréscimo de participação ocasionado pela aquisição ou diluição na participação dos demais acionistas, não é considerado em essência como aquisição

Notas Explicativas

adicional de participação acionária na Telemar, TMAR e na CTX. Desta forma, a diferença entre os valores pagos ou aportados no capital social da Telemar, TMAR e CTX e o seu patrimônio líquido foram registrados pela controlada direta Jereissati Telecom no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2011 no montante de R\$ R\$24.968. O efeito no resultado da Companhia é de R\$19.817 na Controladora e R\$24.968 no Consolidado.

Grupo de Telecomunicações

Em 29 de setembro de 2010, a controlada indireta Oi assinou Acordo de Parceria Comercial com o Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”) e Acordo de Investimentos Cielo S.A. (“Cielo”).

O contrato celebrado entre TMAR, BrT, Oi, BrT Celular, Paggo Administradora, Way TV e o Banco do Brasil tem como objetivo estabelecer parceria comercial para emissão de cartões de crédito “co-branded” e pré-pagos, além de outros meios de pagamento no formato tradicional ou que utilizem a tecnologia “Mobile Payment” para a base de clientes atual e futura da Oi.

O contrato celebrado entre Oi, Paggo Acquirer, Cielo e CieloPar Participações Ltda. (“CieloPar”) estabeleceu a participação da Paggo Acquirer e da CieloPar em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”).

A Paggo Soluções foi constituída com o objetivo de dedicar-se à condução de atividades de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações comerciais com a tecnologia de “Mobile Payment” originadas ou concluídas em dispositivos de telefonia celular; e promover o credenciamento de lojistas à sua rede de transações originadas em dispositivos de telefonia celular, por meio dos relacionamentos já mantidos pela Cielo e pela Paggo Acquirer em todo território nacional.

Em 28 de fevereiro de 2011, após a autorização do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica, a Paggo Acquirer e a CieloPar passaram a deter, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções.

Em razão da alteração de participação supramencionada, a controlada indireta TNL deixou de consolidar os ativos e passivos da referida controlada indireta por 100% dos valores e passou a efetuar a consolidação proporcional à sua participação no referido empreendimento controlado em conjunto.

Os saldos do balanço da Paggo Soluções consolidado proporcionalmente pela controlada indireta Telemar e suas controladas em 30 de junho de 2011 são como segue¹:

Ativo		Passivo	
Circulante		Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	61	Fornecedores	3.925
Contas a receber	5.113	Outras obrigações	1.294
Outros ativos	644		
			<u>5.219</u>
	<u>5.818</u>		
Não circulante		Patrimônio líquido	
Intangível	49.570	Capital social	57.178
		Prejuízos acumulados	(7.009)

Notas Explicativas

	50.169
<u>55.388</u>	<u>55.388</u>

(1) valores não proporcionalizados à participação da controlada indireta LF Tel.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Integração das atividades da Contax Participações com a Portugal Telecom, SGPS

Em 25 de janeiro de 2011, as administrações da Contax Participações e da Mobitel S.A. (“Mobitel”), entidade controlada pela Portugal Telecom, SGPS, (“Dedic”) e sua controlada GPTI Tecnologia da Informação S.A. (“GPTI” ou, em conjunto com a Dedic, “Dedic GPTI”), tendo em vista atuarem no mesmo segmento de negócio, existindo complementaridade entre suas atividades, bases de clientes e serviços ofertados, celebraram Acordo de Incorporação de Ações da Dedic pela Contax Participações, que prevê, sujeito a determinadas condições, a convocação de assembleias gerais das empresas para deliberar sobre a incorporação, pela Contax Participações, das ações de emissão da Dedic, com o consequente aumento de capital da Contax Participações. Em 14 de junho de 2011, o Conselho de Administração da controlada indireta Contax Participações aprovou submeter aos seus acionistas, em assembléia geral extraordinária realizada e aprovada em 1º de julho de 2011, o Instrumento de Justificação e Protocolo de Incorporação de Ações, o qual estabelece os termos e condições da incorporação de ações da Mobitel pela controlada indireta Contax Participações. Os detalhes dessa transação estão descritos na Nota 30.

Contax Colômbia S.A.S

A Contax Colômbia S.A.S foi constituída em 25 de março de 2011, com capital inicial de aproximadamente R\$1, na cidade de Bogotá – Colômbia, tem como objeto social a prestação de serviços de teleatendimento em geral, oferecendo serviços integrados de relacionamento entre os clientes e seus consumidores, naquele país.

Grupo Allus

Em maio de 2011, a controlada indireta Contax adquiriu o controle integral da Stratton Spain S.L. (“Stratton Espanha”), e de suas controladas Allus Spain S.L., Stratton Argentina S.A., Stratton Peru S.A. e Multienlace S/A, esta última por meio da sua controlada Contax Colômbia, as quais, em conjunto, compõem o “Grupo Allus”. O Grupo Allus é um dos maiores prestadores de serviços de *contact center* na América Latina, com 22 unidades distribuídas na Argentina, Colômbia e Peru e atividade comercial nos Estados Unidos da América e na Espanha.

A aquisição objetivou a ampliação da oferta de serviços da Contax, que aumenta ainda mais sua atuação no mercado internacional, buscando consolidar seu plano estratégico.

O valor justo reconhecido dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição do controle integral do Grupo Allus é como segue:

Notas Explicativas

	<u>Multienlace</u>	<u>Stratton Espanha</u>
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	10.711	6.795
Contas a receber	26.931	41.933
Tributos a recuperar	7.565	4.772
Imobilizado	27.632	10.088
Intangível	66.917	8.115
Outros ativos	10.326	2.552
	<u>150.082</u>	<u>74.255</u>
Passivos		
Fornecedores	6.292	17.701
Empréstimos e financiamentos	32.551	14.913
Salários e encargos sociais	9.015	18.018
Tributos a recolher	12.128	1.108
Tributos diferidos	22.083	2.742
Contingências	-	1.598
Outros	178	1.726
	<u>82.247</u>	<u>57.806</u>
Total dos ativos identificáveis, líquidos	<u>67.835</u>	<u>16.449</u>
Ágio registrado na aquisição (*)	124.202	37.776
Total	<u>192.037</u>	<u>54.225</u>
Preço inicial - (pagamento à vista)	192.037	19.393
Valor retido (caixa restrito)	-	28.305
Preço adicional (contraprestação contingente) (**)	-	6.527

(*) Nos termos do contrato de compra e venda celebrado entre as partes, a transferência da totalidade das ações de emissão das sociedades que compõem o Grupo Allus para as controladas indiretas Contax e Contax Colômbia, foi pelo montante de R\$ 246.262, dos quais R\$ 161.978 como ágio fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura (parcela do ágio não alocada).

(**) Foi acordada uma contraprestação contingente entre as partes. O valor justo da contraprestação contingente na data de aquisição corresponde ao valor do saldo remanescente para pagamento, no montante de R\$6.527 (“preço adicional”). Esse valor representa a melhor estimativa do valor justo, com base na expectativa de lucratividade do Grupo Allus e nas informações atualmente disponíveis. O pagamento do preço adicional está vinculado ao atendimento de determinadas condições associadas ao crescimento e a rentabilidade do Grupo Allus pelos próximos 2 anos. Conforme acordado no Contrato, o preço de aquisição, que é composto pelo somatório do preço inicial com o preço adicional, poderá ser de até R\$ 264.105.

2.4 - Sazonalidade

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas não possuem operações sazonais relevantes.

Notas Explicativas

2.5 - Base de consolidação

Os critérios de consolidação adotados são os mesmos daqueles divulgados na nota 2 (b) das Demonstrações Financeiras anuais de 31 de dezembro de 2010. A Companhia elaborou suas Informações Trimestrais Consolidadas incluindo suas controladas diretas Iguatemi e Jereissati Telecom (consolidação integral), a qual inclui também as controladas indiretas em conjunto (consolidação proporcional):

	Participação - %		
	Direta	Indireta	Total
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("Iguatemi") (*)	52,9896	0,4823	53,4719
Jereissati Telecom S.A. ("Jereissati Telecom")	79,3700	-	79,3700

(*) Considerando ações em tesouraria

A identificação das controladas indiretas em conjunto, bem como as principais rubricas contábeis das Informações Trimestrais consolidadas estão apresentadas na Nota 15.

2.6 - Novos pronunciamentos de IFRS

No dia 12 de maio de 2011 o IASB publicou um pacote de 5 (denominado "*package of five*") normas novas ou revisadas, endereçando o tratamento contábil para consolidação, envolvimento em acordos conjuntos ("*joint arrangements*") e divulgação de envolvimento com outras entidades.

Cada uma das novas normas é aplicável para períodos anuais que iniciam em ou após 01 de janeiro de 2013, sendo sua aplicação antecipada permitida considerando que cada uma das normas no "*package of five*" seja também aplicada antecipadamente (a sua aplicação antecipada por entidades no Brasil em geral não é permitida até que essas normas sejam editadas na forma de CPCs e aprovadas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários e/ou CFC – Conselho Federal de contabilidade). Entretanto, é permitida a incorporação nas demonstrações financeiras das divulgações exigidas pela IFRS 12, sem significar que a entidade aplicou antecipadamente essa norma e, conseqüentemente, cada uma das outras quatro normas editadas. Uma das modificações mais significativas é a edição da IFRS 11 "*Joint Arrangements*", que substitui a IAS 31, eliminando a opção existente nessa norma de contabilizar os investimentos em entidades controladas em conjunto pelo método da consolidação proporcional (mantendo somente o método da equivalência patrimonial, diferentemente do que é hoje exigido no Brasil pelo CPC 19). O "*package of five*" inclui as seguintes normas: IFRS 10 – "*Consolidated Financial Statements*", IFRS 11 – "*Joint Arrangements*", IFRS 12 – "*Disclosure of Interests in Other Entities*", IAS 27 – "*Separate Financial Statements*", IAS 28 – "*Investments in Associates and Joint Ventures*". A Administração aplicará as determinações dos pronunciamentos aplicáveis a Companhia e suas controladas, após a edição destas normas pelo CPC e aprovação pela CVM.

No dia 12 de maio de 2011 o IASB publicou também a IFRS 13 "*Fair Value Measurement*", que substitui as orientações sobre mensurações pelo valor justo constantes na literatura das IFRS em uma única norma. Essa norma é resultante do esforço conjunto entre o IASB e o FASB para desenvolver uma única estrutura conceitual sobre "*fair value*" e desta forma o FASB também

Notas Explicativas

emitiu modificações nas suas orientações sobre valor justo constantes no ASC 820. Assim, as diferenças entre as IFRS e os US GAAP foram significativamente reduzidas (entre elas está o requerimento de divulgação da análise de sensibilidade para instrumentos financeiros, requerida pela IFRS 13 mas não requerida pelo ASC 820). A IFRS 13 “*define fair value*”, orienta sobre como determinar o “*fair value*” e requer certas divulgações sobre as mensurações a “*fair value*”. Entretanto, ela não introduz nenhum requerimento novo ou revisado sobre quais itens devem ser mensurados pelo valor justo ou quais devem ter o seu valor justo divulgado. A IFRS 13 é aplicável para períodos anuais que iniciam em ou após 01 de janeiro de 2013, sendo sua aplicação antecipada permitida (a sua aplicação antecipada por entidades no Brasil em geral não é permitida até que a norma seja editada na forma de CPC e aprovada pela CVM e/ou CFC). A Administração aplicará as determinações dos pronunciamentos aplicáveis a Companhia e suas controladas, após a edição destas normas pelo CPC e aprovação pela CVM.

3 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Administração do risco financeiro

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas estão expostas a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. Determinadas controladas usam instrumentos financeiros derivativos para protegerem-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

A Política de Gestão de Riscos Financeiros da Oi (“Política”) aprovada pelo seu Conselho de Administração formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo Oi. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como “*swaps*”, termo de moedas e opções. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, atualmente composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Assuntos Regulatórios, Diretor de Auditoria Interna, Diretor de Planejamento e Desempenho, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir instrumentos financeiros com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

Notas Explicativas

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos “*Swap e NDF*” foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2011. O método utilizado para o cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos adotado para reconhecimento contábil relativos ao prêmio das opções foi o “*Black&Scholes*”.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do período findo em de 30 de junho de 2011, multiplicado pelo número de títulos em circulação.

Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são semelhantes aos valores contábeis.

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

		30/06/2011			
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração Contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo	364.401	364.401	2.957.676	2.957.676
Aplicações financeiras	Valor justo	-	-	280.510	280.510
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	13.340	13.340
Contas a receber	Custo amortizado	-	-	1.073.125	1.073.125
Ativo financeiro disponível para venda (i)	Valor justo	-	-	160.574	160.574
Debêntures a receber	Custo amortizado	11.585	11.585	11.585	11.585
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	972	972	597.789	597.789
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	Custo amortizado	345.866	345.866	5.818.349	5.969.489
Ações preferenciais resgatáveis (*)	Custo amortizado	-	-	177.725	177.725
Notas Promissórias	Custo amortizado	-	-	38.688	38.688
Usufruto de ações (*)	Custo amortizado	-	-	53.051	53.051
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	175.905	175.905

Notas Explicativas

Dividendos/JCP	Custo amortizado	10.377	10.377	75.891	75.891
Autorizações e concessões a pagar (**)	Custo amortizado	-	-	276.803	276.803
Ações bonificadas a resgatar (***)	Custo amortizado	-	-	119.377	119.377

(*) As debêntures nos montantes apresentados na Nota 19, as ações preferenciais resgatáveis e o usufruto das ações não possuem mercado secundário para estimativa do valor justo.

(**) As autorizações e concessões a pagar não possuem mercado e por isso não percebidos ajustes de valor justo.

(***) Conforme Nota 30 (a).

		31/12/2010			
		Controladora		Consolidado	
	Mensuração Contábil	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo	9	9	2.939.084	2.939.084
Aplicações financeiras	Valor justo	-	-	487.769	487.769
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	14.621	14.621
Contas a receber	Custo amortizado	168	168	1.418.201	1.418.201
Debêntures a receber	Custo amortizado	11.371	11.371	11.371	11.371
Passivo					
Fornecedores	Custo amortizado	418	418	910.086	910.086
Empréstimos, financiamentos e debêntures					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (*)	Custo amortizado	335.705	335.705	8.355.721	8.331.326
Ações preferenciais resgatáveis (*)	Custo amortizado	-	-	288.563	288.563
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo	-	-	185.977	185.977
Dividendos/JCP	Custo amortizado	13.404	13.404	231.217	231.217
Autorizações e concessões a pagar (**)	Custo amortizado	-	-	464.686	464.686

(*) As debêntures nos montantes apresentados na Nota 19, as ações preferenciais resgatáveis e o usufruto das ações não possuem mercado secundário para estimativa do valor justo.

(**) As autorizações e concessões a pagar não possuem mercado e por isso não percebidos ajustes de valor justo.

- (i) Em 04 de março de 2011, a controlada indireta TMAR deu início ao processo de aquisição de participação acionária na Portugal Telecom – PT através de assinatura de contrato de compra e venda de ações a termo com o Barclays. Em 28 de março de 2011, o Barclays transferiu à controlada indireta TMAR 26.895.360 ações que representam 3% do capital social da PT.

Dentro do escopo do contrato e sujeito a determinadas condições de mercado, o Barclays poderá entregar ações adicionais para a controlada indireta TMAR, sem necessidade de novos desembolsos de caixa. Em 6 de junho de 2011, o Barclays transferiu à controlada indireta TMAR mais 1.801.706 ações da PT, representativas de 0,2% do capital social desta.

Em 19 de abril de 2011 a controlada indireta TMAR adquiriu mais 35.860.500 ações junto ao Citibank correspondentes a 4% do capital social da PT.

Notas Explicativas

Até 30 de junho de 2011, a controlada indireta TMAR detém 7,4% do capital social da PT, tendo pago o montante total de R\$ 1.366.910 (R\$ 214.211 valor proporcional a participação da Companhia no consolidado), já incluindo os custos de transação e impostos no valor total de R\$ 157.735 (R\$ 24.719 valor proporcional a participação da Companhia no consolidado).

A Administração da controlada indireta TMAR considera que (i) a sua participação de 7,4% do capital social da PT e (ii) os 2 representantes da controlada indireta TMAR nomeados em 6 de abril de 2011 no Conselho de Administração da PT não lhe conferem influência significativa nas políticas financeiras, operacionais e estratégicas da PT. Desta forma, a controlada indireta TMAR registrou o investimento, conforme requerido pelo CPC 38 / IAS 32 e 39, como ativo financeiro disponível para venda.

Até 30 de junho de 2011, a controlada indireta TMAR registrou em outros resultados abrangentes perdas no valor justo das ações da PT no montante de R\$ 342.261, sendo o montante líquido de tributos R\$ 225.892. A Companhia registrou perda de equivalência patrimonial em outros resultados abrangentes para fazer face à sua participação no montante de R\$ 10.358.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho “*nonperformance risk*”, incluindo o próprio crédito da companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela companhia.

Nível 2 — Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Notas Explicativas

Nível 3 — Os “inputs” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “inputs” representam as melhores estimativas da administração da companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontado, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia e suas controladas mensuram seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, nossos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010:

Controladora				
Descrição	30/06/2011	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Caixa e equivalentes de caixa	364.401	-	364.401	-
Total do ativo	364.401	-	364.401	-

Consolidado				
Descrição	30/06/2011	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	2.957.676	-	2.957.676	-
Aplicações financeiras	280.510	-	280.510	-
Instrumentos financeiros derivativos	13.340	-	13.340	-
Ativo financeiro disponível para venda	160.574	160.574	-	-
Total dos ativos	3.412.100	160.574	3.251.526	-
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	175.905	-	175.905	-

Notas Explicativas

Total do passivo	175.905	-	175.905	-
-------------------------	----------------	----------	----------------	----------

Controladora				
Descrição	31/12/2010	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	9	-	9	-
Total do ativo	9	-	9	-

Consolidado				
Descrição	31/12/2010	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	2.939.084	-	2.939.084	-
Aplicações financeiras	487.769	-	487.769	-
Instrumentos financeiros derivativos	14.621	-	14.621	-
Total dos ativos	3.441.474	-	3.441.474	-
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	185.977	-	185.977	-
Total do passivo	185.977	-	185.977	-

Determinação do valor justo

Na avaliação efetuada para fins de determinação do valor justo dos ativos e passivos mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.

Notas Explicativas

- Fornecedores: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.
- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

(b) Risco de taxa de câmbio

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda estrangeira são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para as controladas indiretas e aplicações em carteira própria.

O risco vinculado a esses ativos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam diminuir os saldos dos mesmos. Os ativos sujeitos a esse risco representam cerca de 4,65% (31/12/2010 – 14,23%) do total das nossas disponibilidades consolidadas que compreendem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	Consolidado			
	30/06/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo				
Equivalentes de caixa	133.203	133.203	396.017	396.017
Aplicações financeiras	17.254	17.254	91.472	91.472
Ativo financeiro disponível para venda	160.575	160.575	-	-

Passivos

Determinadas controladas possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 21,1% (31/12/2010 – 20,6%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos, desconsideradas as operações de proteção cambial contratadas. Para minimizar esse tipo de risco, a controlada indireta TNL e suas controladas têm contratado operações de proteção cambial junto a instituições financeiras. Da parcela da dívida em moeda estrangeira e cesta de Moedas do BNDES, aproximadamente 90,4% (31/12/2010 – 91,0%) está coberta por operações de proteção nas modalidades “swap” cambial, termo em moeda e aplicações em moeda

Notas Explicativas

estrangeira. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção são mensurados a valor justo conforme descrito no item (a) acima.

Em 30 de junho de 2011 e de 2010, foram registrados no consolidado, em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo: (vide Nota 7)

	Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
Ganho/(perda) com “swap” cambial	(50.937)	6.600
Operações de termo e opção de moeda	(31.016)	-
	<u>(81.953)</u>	<u>6.600</u>

No período findo em 30 de junho de 2011, a controlada indireta TMAR reconheceu perdas no montante de R\$ 8.420 (valor não proporcionalizado) em outros resultados abrangentes referentes à parcela efetiva dos contratos de “*hedge*” de proteção de fluxo de caixa de risco cambial designados para fins de contabilidade de “*hedge*”, e foi apropriado de outros resultados abrangentes ao resultado financeiro perdas no montante de R\$ 309.703 (valor não proporcionalizado) referentes à apropriação de saldos de variações nos valores justos referente à parcela efetiva dos derivativos.

Adicionalmente, no mesmo período, a controlada indireta TMAR reconheceu R\$ 197 de despesa financeira relacionada à parcela inefetiva dos contratos de “*hedge*”, trazendo o impacto total em resultado financeiro para R\$ 309.901 para o fator de risco câmbio (valores não proporcionalizados).

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

Derivativos Não Designados para Contabilidade de “Hedge”					Consolidado	
			Valor de referência (nocial)		Valores a (pagar)/ a receber	
	Indexador	Vencimento	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Contratos de “swap crosscurrency” US\$/R\$ (i)						
	US\$					
Posição ativa	US\$ Libor 6M 3,52% a 5,58%	fev/12 a fev/20	54.159	729.302	49.631	633.701
	% CDI					
Posição passiva	110,0% Pré 12,82%	fev/12 a fev/20	(54.159)	(729.302)	(62.634)	(761.745)
Valor líquido					(13.003)	(128.044)
Contratos de “swap crosscurrency” Iene/R\$ (ii)						
Posição ativa	Iene Libor 6M 0,48%	set/17	38.887	77.581	35.352	71.534
Posição passiva	% CDI 96,25%	set/17	(38.887)	(77.581)	(39.639)	(92.127)
Valor líquido					(4.286)	(20.593)
Contratos de “swap crosscurrency” Iene/US\$(iii)						
Posição ativa	Iene Libor 6M + 1,25%	jan/11		2.281		1.094

Notas Explicativas

Posição passiva	US Libor 6M + 3,59%	jan/11	(2.281)	(51)
Valor líquido				1.043

Contraparte:

(i) - Citibank, Deutsche, Itaú BBA, Merrill Lynch, Santander, e Votorantim.

(ii) - Santander

(iii) Goldman Sachs

Derivativos Designados para Contabilidade de “Hedge”

Consolidado

					Valor justo	
			Valor de referência (nacional)		Valores a (pagar)/ a receber	
	<u>Indexador</u>	<u>vencimento</u>	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/06/11</u>	<u>31/12/10</u>
Contratos de “swap crosscurrency” US\$/R\$ (i)						
	US\$					
Posição ativa	US\$ Libor 6M 1,50% a 6,05%	set/2011 ago/2019	540.834	-	452.420	-
	% CDI					
Posição passiva	CDI -1,50% a 109,54%	set/2011 ago/2019	<u>(540.834)</u>	-	<u>(554.068)</u>	-
Valor líquido					(101.647)	

Contraparte:

(i) - ABN, BNP Paribas, Citibank, Deutsche, HSBC, Itaú BBA, JP Morgan, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander, Standard Bank

A fim de garantir o cumprimento de obrigações financeiras de certas operações de “swap”, a controlada indireta TMAR pode vir a ter que ceder títulos fiduciariamente às suas contrapartes. No encerramento do período findo em 30 de junho de 2011, a controlada indireta TMAR não possuía garantias depositadas a favor de suas contrapartes.

Contratos de “cross currency swap” US\$/R\$

A controlada indireta TNL e suas controladas contrataram operações de “swap” cambial (“plain vanilla”) para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em dólar. Nestes contratos, a controlada indireta TNL possui posição ativa em dólar acrescida de taxa pré-fixada ou em dólar acrescida de LIBOR americana mais taxa pré-fixada e posição passiva em percentual do CDI. O principal risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na variação cambial do dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em dólar.

Contratos de “cross currency swap” Iene/R\$

A controlada indireta TMAR contratou operação de “swap” cambial (“plain vanilla”) para proteger o pagamento de dívida contratada em Iene. Nestes contratos, a controlada indireta TMAR possui posição ativa em Iene acrescida de LIBOR japonesa mais taxa pré-fixada, enquanto a posição passiva é indexada a um percentual do CDI. O risco mais significativo de perda na ponta ativa deste instrumento está, portanto, na variação cambial do Iene, porém esta possível perda seria integralmente compensada pelo fluxo do vencimento da dívida em Iene.

Notas Explicativas

Valores dos instrumentos financeiros derivativos NDF resumidos a seguir:

			Consolidado			
			Valor de referência (nocial)		Valor justo	
					Valores a (pagar)/ a receber	
			30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Indexador	Forward	Vencimento				
Contratos de "Non Delivery Forward" US\$/R\$ (NDF) (i)						
Posição ativa	US\$	1,6502 a 1,8249	jul/2011 a jan/2012	318.948	515.814	(41.267) (20.426)

Contraparte:

(i) - BNP Paribas, Bradesco, Deutsche, HSBC, ITAU BBA, Merrill Lynch, Morgan Stanley, Santander.

			Consolidado			
			Valor de referência (nocial)		Valor justo	
					Valores a (pagar)/ a receber	
			30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Indexador	Forward	Vencimento				
Contratos de "Non Delivery Forward" EUR/R\$ (NDF) (i)						
Posição passiva	US\$	2,4748	jul/12	38.783	-	(591)
(i) - Deutsche Bank						

Contratos de NDF “Non Deliverable Forward” US\$/R\$

A controlada indireta TMAR contratou operações de compra de dólar futuro via instrumentos de NDF “Non Deliverable Forward” no intuito de se proteger de uma depreciação do Real frente àquela moeda, em face a sua exposição atual ao Dólar desconsiderando tais contratos. A estratégia principal com estas contratações é fixar a variação cambial para o período contratado, mitigando assim suas variações desfavoráveis.

Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2011, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas com base no Dólar (PTAX de venda) deste período. Para o cenário provável, foi utilizada a mesma taxa de Dólar de 30 de junho de 2011. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Descrição	Taxa		Desvalorização
	30/06/2011	31/12/2010	
Cenário Provável			
Dólar	1,5611	1,6662	0%
Iene	0,01939	0,020500	0%
Cesta de Moedas		0,032718	0%
Euro	2.2667	2.2280	0%

Notas Explicativas

<i>Cenário Possível</i>			
Dólar	1,9514	2,0828	25%
Iene	0,02424	0,025625	25%
Cesta de Moedas		0,040898	25%
Euro	2,8334	2,7850	25%
<i>Cenário Remoto</i>			
Dólar	2,3417	2,4993	50%
Iene	0,029085	0,03075	50%
Cesta de Moedas		0,049077	50%
Euro	3,4001	3,3420	50%

Em 30 de junho de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento deste período e nas taxas de câmbio apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. O impacto das desvalorizações hipotéticas do Real frente a outras moedas pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de desvalorização. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente dos passivos.

Fluxo Futuro de pagamentos:

Consolidado						
						30/06/2011
	Risco					
Descrição	individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	120.230	232.166	175.641	689.605	1.217.641
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(348.377)	(125.692)	(114.767)	(269.949)	(858.785)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(96.319)	-	-	-	(96.319)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	15.764	31.026	30.530	22.570	99.890
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(6.001)	(11.833)	(11.665)	(8.639)	(38.138)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	6.827	13.654	13.654	280.068	314.202
Derivativos (Posição líquida -Euro)	Queda do Euro	-	(35.522)	-	-	(35.522)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(54.137)	-	-	-	(54.137)
Total vinculado a taxas de câmbio		(362.013)	103.800	93.391	713.655	548.832
Cenário Possível						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	150.287	290.207	219.551	862.006	1.522.052
Derivativos (Posição Líquida - USD)	Queda do Dólar	(435.471)	(157.115)	(143.459)	(337.436)	(1.073.481)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(120.399)	-	-	-	(120.399)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	19.705	38.783	38.162	28.212	124.863
Derivativos (Posição	Queda do Iene	(7.501)	(14.791)	(14.582)	(10.798)	(47.672)

Notas Explicativas

líquida - Iene)

Dívidas em Euro	Alta do Euro	8.534	17.067	17.067	350.085	392.753
Derivativos (Posição líquida -Euro)	Queda do Euro	-	(44.402)	-	-	(44.402)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(67.671)	-	-	-	(67.671)
Total vinculado a taxas de câmbio		(452.517)	129.749	116.739	892.069	686.040

Cenário Remoto

Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	180.345	348.249	263.461	1.034.408	1.826.462
Derivativos (Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(522.566)	(188.538)	(172.151)	(404.923)	(1.288.177)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(144.479)	-	-	-	(144.479)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	23.646	46.540	45.794	33.855	149.835
Derivativos (Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(9.001)	(17.749)	(17.498)	(12.958)	(57.207)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	10.240	20.481	20.481	420.102	471.303
Derivativos (Posição líquida -Euro)	Queda do Euro	-	(53.283)	-	-	(53.283)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(81.206)	-	-	-	(81.206)
Total vinculado a taxas de câmbio		(543.020)	155.699	140.087	1.070.483	823.249

Impactos**Cenário Possível -
Cenário Provável**

		(90.503)	25.950	23.348	178.414	137.208
Dólar		(81.117)	26.619	15.218	104.914	65.634
Iene		2.441	4.798	4.716	3.483	15.438
Euro		(11.828)	(5.467)	3.413	70.017	56.136
Cenário Remoto - Cenário Provável		(181.007)	51.900	46.696	356.828	274.416
Dólar		(162.233)	53.237	30.437	209.828	131.269
Iene		4.882	9.597	9.432	6.966	30.876
Euro		(23.655)	(10.934)	6.827	140.034	112.272

O valor justo dos instrumentos financeiros sujeitos a risco de taxa de câmbio sofreria os seguintes impactos nos cenários estimados:

Impacto no valor justo dos instrumentos passivos

		Consolidado
Descrição	Risco	Saldo em 30/06/2011
Cenário Provável		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	927.643
Derivativos(Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(764.621)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(96.319)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	97.300
Derivativos(Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(35.352)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	273.810

Notas Explicativas

Derivativos(Posição líquida -Euro)	Queda do Euro	(33.821)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(54.137)
Investimentos em Ações	Queda do Euro	(190.285)
Total vinculado a taxas de câmbio		124.218
<i>Cenário Possível</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.159.554
Derivativos(Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(955.776)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(120.399)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	121.625
Derivativos(Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(44.191)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	342.262
Derivativos(Posição líquida -Euro)	Queda do Euro	(42.276)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(67.671)
Investimentos em Ações	Queda do Euro	(237.856)
Total vinculado a taxas de câmbio		155.272
<i>Cenário Remoto</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.391.465
Derivativos(Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.146.931)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(144.479)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	145.951
Derivativos(Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(53.029)
Dívidas em Euro	Alta do Euro	410.715
Derivativos(Posição líquida -Euro)	Queda do Euro	(50.731)
Caixa em Euro	Queda do Euro	(81.206)
Investimentos em Ações	Queda do Euro	(285.428)
Total vinculado a taxas de câmbio		186.327
<i>Impactos</i>		
Cenário Possível - Cenário Provável		31.054
Dólar		16.676
Iene		15.487
Euro		(1.108)
Cenário Remoto - Cenário Provável		62.109
Dólar		33.352
Iene		30.974
Euro		(2.217)

Impacto no valor justo dos instrumentos passivos		Consolidado
Descrição	Risco	Saldo em 31/12/2010
<i>Cenário Provável</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.273.314

Notas Explicativas

Derivativos(Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.096.804)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(148.364)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	172.682
Derivativos(Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(72.627)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	2.179
Dívidas em Euro	Alta do Euro	365.989
Caixa em Euro	Queda do Euro	(359.684)
Total vinculado a taxas de câmbio		136.685
<i>Cenário Possível</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.591.642
Derivativos(Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.371.004)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(185.455)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	215.852
Derivativos(Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(90.784)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	2.723
Dívidas em Euro	Alta do Euro	457.486
Caixa em Euro	Queda do Euro	(449.605)
Total vinculado a taxas de câmbio		170.855
<i>Cenário Remoto</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.909.970
Derivativos(Posição líquida - USD)	Queda do Dólar	(1.645.205)
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(222.546)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	259.023
Derivativos(Posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(108.941)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	3.268
Dívidas em Euro	Alta do Euro	548.983
Caixa em Euro	Queda do Euro	(539.526)
Total vinculado a taxas de câmbio		205.026
<i>Impactos</i>		
Cenário Possível - Cenário Provável		34.170
Dólar		7.036
Iene		25.013
Cesta		545
Euro		1.576
Cenário Remoto - Cenário Provável		68.341
Dólar		14.073
Iene		50.027
Cesta		1.089
Euro		3.152

(c) Risco de taxa de juros

Notas Explicativas

Ativos

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento, geridos exclusivamente para a Companhia e suas controladas, aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados) emitidos por instituições financeiras de primeira linha, LFT's – Letras Financeiras do Tesouro, operações compromissadas, entre outras.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

Ativo	Consolidado			
	30/06/2011		31/12/2010	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Equivalentes de caixa	2.713.459	2.713.459	2.416.258	2.416.258
Aplicações financeiras	263.256	263.256	396.297	396.297
	2.976.715	2.976.715	2.812.555	2.812.555

Passivos

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, IPCA ou no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais. Determinadas controladas possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros, da LIBOR no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América, LIBOR japonesa no caso de parte da dívida expressa em Iene japonesa e das taxas de juros variáveis do BNDES no caso da dívida expressa em Cesta de Moedas do BNDES. De forma a reduzir a exposição à taxa LIBOR, determinadas controladas possuem operações de “swap” que alteram as taxas de LIBOR para taxas fixas e CDI mais “spread” para percentual do CDI.

Em 30 de junho de 2011, aproximadamente 74,7% (31/12/2010 – 78,4%) da dívida contratada consolidada, excluindo o saldo de ajuste proveniente das operações de derivativos, estava sujeita a taxas de juros flutuantes. Após as operações de derivativos, cerca de 80,2% (31/12/2010 – 83,1%) estava sujeita a taxas de juros flutuantes. A exposição mais relevante a taxa de juros para o endividamento consolidado após operações de “hedge” é o CDI. Portanto uma elevação sustentada desta taxa impactaria negativamente os pagamentos futuros de juros e ajustes de “hedge”. Porém, como o caixa das controladas está aplicado principalmente em títulos atrelados a variação do CDI, a exposição líquida ao CDI no circulante não constitui um risco material.

Em 30 de junho de 2011 e de 2010, no consolidado, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos os montantes apresentados abaixo: (vide Nota 7).

Notas Explicativas

	Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010
Ganho/(perda) com “swap” taxa de juros	(7.329)	(2.015)
	<u>(7.329)</u>	<u>(2.015)</u>

No período findo em 30 de junho de 2011, a controlada indireta TMAR represou ganhos não realizados no montante de R\$ 471 (valor não proporcionalizado) em outros resultados abrangentes referentes à parcela efetiva dos contratos de “hedge” de proteção de fluxo de caixa de taxas de juros designados para fins de contabilidade de “hedge”, e foi apropriado de outros resultados abrangentes ao resultado financeiro perdas no montante de R\$ 1.877 (valor não proporcionalizado) referentes à apropriação de saldos de variações nos valores justos referente à parcela efetiva dos derivativos. Adicionalmente, no mesmo período, a controlada indireta TMAR, reconheceu R\$ 4 (valor não proporcionalizado) de despesa financeira relacionada à parcela inefetiva dos contratos de “hedge”, trazendo o impacto total em despesa financeira para R\$ 1.881 (valor não proporcionalizado) para o fator de risco de juros.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção das taxas de juros flutuantes da dívida estão resumidos a seguir:

Derivativos Não Designados para Contabilidade de “Hedge”			Consolidado			
			Valor Justo			
			Valor de referência (nacional)		Valores a (pagar)/ a receber	
	<u>Indexador</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Contratos de “swap” taxaUS\$ LIBOR/Pré (i)						
Posição ativa	US\$ Libor 6M2,50%	fev/16	15.123	94.619	15.246	94.049
Posição passiva	US\$ 5,04%	fev/16	(15.123)	(94.619)	(15.755)	(97.544)
Valor líquido					(508)	(3.495)
Contratos de “swap” taxa CDI+ “spread”/CDI (i)						
Posição ativa	CDI 0,55%	mar/2013 a out/2020	16.573	59.010	19.990	61.758
Posição passiva	% CDI 103,80%	mar/2013 a out/2020	(16.573)	(59.010)	(19.601)	(61.597)
Valor líquido					389	160
Contraparte:						
(i) - Citibank						

Derivativos Designados para Contabilidade de “Hedge”					Consolidado	
Contratos de “swap” taxaUS\$ LIBOR/Pré (i)			Valor de referência (nacional)		Valor justo	
			30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Indexador	Vencimento					

Notas Explicativas

Posição ativa	US\$ Libor 6M 0,80%	fev/12 a jul/15	38.824	37.917
Posição passiva	US\$ 3,62% a 4,04%	fev/12 a jul/15	(38.824)	(39.568)
Valor líquido				(1.652)

Contraparte:

(i) - Citibank S.A., NY (Goldman Sachs) e Itaú.

Contratos de “swap” taxa US\$ LIBOR/Pré

A controlada indireta TNL e suas controladas contrataram operações de “swap” de taxa de juros para proteger os pagamentos das dívidas contratadas em Dólar com taxas flutuantes. Nestes contratos, a controlada indireta TNL possui posição ativa em LIBOR de Dólar e posição passiva em taxa pré-fixada. O risco de perdas na ponta ativa destes instrumentos está, portanto, na flutuação da LIBOR de Dólar, porém estas possíveis perdas seriam integralmente compensadas pelos fluxos dos vencimentos das dívidas em Dólar, indexadas a LIBOR.

Contratos de “swap” taxa CDI+”Spread”/CDI

A controlada indireta TMAR, contratou operação de “swap” de taxas de juros para proteger os pagamentos das debêntures contratadas em Reais com taxa do CDI mais “spread”. Neste contrato, a controlada indireta TMAR possui posição ativa em CDI mais “spread” e posição passiva em percentual do CDI.

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

Companhia

A Companhia possui empréstimo junto ao Banco Bradesco com custo financeiro de 109,8% a.a. CDI, estimando seus custos financeiros com base nos cenários de variações da taxa CDI, utilizando os percentuais de 25% e 50% para os cenários possível e remoto, respectivamente, conforme abaixo:

	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	R\$ Mil	CDI	R\$ Mil	CDI	R\$ Mil	CDI
Custo financeiro estimado para 2011	33.618	11,66%	42.037	14,58%	50.427	17,49%

LF Tel

A controlada indireta LF Tel possui debêntures com custo financeiro de IPCA + 5% a.a. A controlada indireta LF Tel estimou cenários de variações da taxa IPCA, utilizando os percentuais de 25% e 50% para os cenários possível e remoto, respectivamente, conforme abaixo (valores não proporcionalizados):

Notas Explicativas

	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	R\$ Mil	IPCA	R\$ Mil	IPCA	R\$ Mil	IPCA
Custo financeiro estimado para 2011	99.650	6,3000%	124.642	7,88%	149.475	9,45%

Grupo de Telecomunicações

A controlada indireta TNL e suas controladas consideram que o risco de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado à TJLP, à LIBOR (USD e JPY) e principalmente ao CDI. Sendo assim, o risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2011, a Administração estimou cenários de variação nas taxas CDI, TJLP e LIBOR USD. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes neste período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de Taxas de juros											
								30/06/2011			
Cenário provável				Cenário possível				Cenário remoto			
CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M
12,15%	6,0%	0,3416%	0,3978%	15,19%	7,5%	0,4270%	0,4972%	18,23%	9,0%	0,5123%	0,5966%

Cenários de Taxas de juros											
								31/12/2010			
Cenário provável				Cenário possível				Cenário remoto			
CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M	CDI	TJLP	IENE LIBOR 6M	USD LIBOR 6M
10,64%	6,0%	0,3475%	0,4559%	13,30%	7,5%	0,4344	0,5699%	15,96%	9,0%	0,5213	0,6839%

Em 30 de junho de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI, à TJLP e à LIBOR (USD) com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi.

O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação.

Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao

Notas Explicativas

valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito das controladas inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

O quadro a seguir mostra o fluxo futuro de pagamento de juros por período:

		Consolidado 30/06/2011				
		Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
Descrição	Risco Individual					
Cenário Provável						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	16.508	36.415	40.647	44.748	138.317
Dívida em CDI	Alta do CDI	186.916	253.554	132.258	73.324	646.051
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	71.115	117.208	96.785	85.615	370.723
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	75.186	88.746	36.764	15.940	216.635
Dívidas em U\$ LIBOR	Alta da U\$ LIBOR	7.435	11.376	6.525	3.030	28.367
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da U\$ LIBOR	(5.318)	(8.178)	(4.669)	(2.209)	(20.374)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta do IENE LIBOR	843	1.185	688	188	2.904
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(284)	(399)	(232)	(63)	(978)
Total vinculado a taxa de juros		352.400	499.905	308.766	220.573	1.381.645
Cenário Possível						
Dívida em IPCA	Alta do IPCA	16.884	39.323	46.729	54.378	157.313
Dívida em CDI	Alta do CDI	222.184	309.368	160.152	89.041	780.745
Derivativos (Posição líquida - CDI)	Alta do CDI	82.728	144.206	119.951	106.332	453.217
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	77.192	102.587	45.796	29.511	255.086
Dívidas em U\$ LIBOR	Alta da U\$ LIBOR	7.588	11.849	6.803	3.169	29.409
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da U\$ LIBOR	(5.430)	(8.521)	(4.870)	(2.310)	(21.131)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta do IENE LIBOR	875	1.285	746	204	3.111
Derivativos (Posição líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(295)	(433)	(251)	(69)	(1.048)
Total vinculado a taxa de juros		401.726	599.665	375.055	280.256	1.656.702
Cenário Remoto						

Notas Explicativas

Dívida em IPCA	Alta do IPCA	17.259	42.286	53.116	64.805	177.466
Dívida em CDI	Alta do CDI	257.037	364.482	187.707	104.618	913.844
Derivativos (Posição Líquida - CDI)	Alta do CDI	94.165	170.939	143.196	126.764	535.064
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	79.190	116.653	55.226	44.136	295.205
Dívidas em U\$ LIBOR	Alta da U\$ LIBOR	7.740	12.323	7.080	3.308	30.451
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da U\$ LIBOR	(5.543)	(8.863)	(5.070)	(2.412)	(21.888)
Dívidas em IENE LIBOR	Alta do IENE LIBOR	906	1.386	805	220	3.318
Derivativos (Posição Líquida - LIBOR)	Queda da IENE LIBOR	(305)	(467)	(271)	(74)	(1.117)
Total vinculado a taxa de juros		450.449	698.740	441.790	341.365	1.932.343
Impactos						
Cenário Possível - Cenário Provável						
		49.325	99.759	66.289	59.683	275.057
IPCA		376	2.908	6.082	9.629	18.996
CDI		46.882	82.812	51.059	36.435	217.187
TJLP		2.007	13.841	9.032	13.571	38.451
U\$ LIBOR		39	131	77	37	285
IENE LIBOR		21	67	39	11	138
Cenário Remoto - Cenário Provável		98.048	198.835	133.023	120.792	550.698
IPCA		751	5.872	12.470	20.057	39.149
CDI		93.172	164.658	101.860	72.443	432.133
TJLP		4.005	27.907	18.462	28.196	78.570
U\$ LIBOR		79	263	154	75	570
IENE LIBOR		42	134	78	21	275

Grupo de Contact Center e Cobrança

A CTX e suas controladas mantêm parte substancial da sua dívida e de seu caixa e equivalentes de caixa indexadas à variação do CDI. Em 30 de junho de 2011, no consolidado, o caixa líquido negativo era de R\$ 77.783, representado pelo valor do caixa e equivalentes de caixa, líquido de empréstimos e financiamentos e arrendamentos mercantis. A expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 5 de agosto de 2011, indicavam uma taxa mediana (Top 5) efetiva da Selic estimada em 12,50%, cenário provável para o ano de 2011, ante a taxa efetiva de 12,42% verificada em 30 de junho de 2011. Adicionalmente, a controlada indireta CTX e suas controladas efetuaram testes de sensibilidade para cenários adversos, considerando deterioração da taxa em 25% ou 50% superiores ao cenário provável, conforme quadro abaixo:

Notas Explicativas

Operação	Cenário provável	Cenário I deterioração de 25%	Cenário II deterioração de 50%
Taxa efetiva em 30 de junho de 2011	12,42%	12,42%	12,42%
Caixa líquido negativo consolidado (i)	77.783	77.783	77.783
Taxa anual estimada do CDI	12,50%	15,63%	18,75%
Efeito anual do caixa líquido:			
Redução	(62)	(2.496)	(4.923)
Aumento	-	-	-

- (i) O caixa líquido consolidado considera o montante de R\$ 56.302 relativo à caixa e equivalentes de caixa e R\$ 133.646 relativos a empréstimos e financiamentos e R\$ 439 relativos a arrendamentos mercantis.

A tabela abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro do Grupo de Contact Center e Cobrança com base nos pagamentos contratuais não descontados:

30/06/2011				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos (excluindo arrendamento mercantil)	29.879	47.038	39.526	-
Arrendamento mercantil	293	145	-	-
Empréstimos e outros a pagar	18.936	-	-	-
31/12/2010				
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos (excluindo arrendamento mercantil)	23.579	45.025	42.812	6.193
Arrendamento mercantil	976	-	-	-
Empréstimos e outros a pagar	18.982	-	-	-

(d) Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes do Grupo de Telecomunicações e da Iguatemi e suas controladas não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

O risco de crédito em relação às contas a receber do Grupo de Contact Center e Cobrança é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das empresas para as quais é prestado

Notas Explicativas

os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. Sempre que necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos.

A Iguatemi e suas controladas consideram para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses de custo ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção multiplicado por 12), as garantias aceitas (imóvel, carta fiança, seguro, etc.), a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios; fiadores; caucionantes) a utilização da empresa SERASA como referência para consultas.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os ratings publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

(e) Risco de liquidez

Os fluxos de caixa gerados a partir das operações e financiamentos com terceiros são utilizados para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, pagar dividendos, dívidas e investir em novos negócios.

(f) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da controlada indireta Telemar e suas controladas poderão configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

Os riscos de vencimento antecipado decorrentes do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados as dívidas da controlada indireta Telemar e suas controladas estão detalhados na Nota 19, na seção “*Covenants*”.

(g) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 23.

(h) Risco de aspecto regulatório

Notas Explicativas

Os riscos de aspecto regulatório dizem respeito à atividade do STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado, que representa o segmento mais expressivo exercido pelas controladas indiretas TMAR e BrT.

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades das controladas indiretas TMAR e BrT.

Contratos de concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela controladas indiretas TMAR e BrT junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;
- (ii) A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais para as controladas deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Em 30 de junho de 2011 as controladas indiretas TMAR e BrT firmaram junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC que serão imputadas para o período 2011 a 2015, para maiores detalhes vide Nota 30;
- (iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;
- (v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis;
- (vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão; e
- (vii) As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação.

(i) Gestão de capital

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas administram sua estrutura de capital, a qual consiste em relação entre o endividamento financeiro e o capital próprio.

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado da empresa, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia e suas controladas poderão alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital da Companhia e suas controladas são: Dívida Bruta sobre o *EBITDA* anual (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos e contribuições, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o *EBITDA* anual e índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/*EBITDA*..... entre 2x e 3x
 Dívida Líquida/*EBITDA* entre 1,4 x e 2x
 Índice de cobertura de juros (*) maior que 4
 (*) Mede a capacidade da Companhia e suas controladas em cobrir suas obrigações futuras de juros.

4 RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Receita bruta de vendas e/ ou serviços	1.029	1.174	3.824.886	5.342.063
Deduções da receita bruta				
Tributos	(146)	(167)	(836.895)	(1.218.536)
Outras deduções	-	-	(457.361)	(619.249)
	(146)	(167)	(1.294.256)	(1.837.785)
Receita de vendas e/ ou serviços	883	1.007	2.530.630	3.504.278

5 DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas normas internacionais, apresenta, a seguir, o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
Despesas por natureza	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Depreciação e amortização	-	-	(493.597)	(714.962)
Interconexão	-	-	(365.345)	(559.935)
Serviços de terceiros	(356)	(411)	(307.935)	(418.532)
Serviço de manutenção da rede	-	-	(150.852)	(228.237)
Pessoal	(3.180)	(1.914)	(401.949)	(373.972)

Notas Explicativas

Aluguéis e seguros	-	-	(137.615)	(174.956)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(78.209)	(120.672)
Fistel	-	-	(54.757)	(69.554)
Publicidade e propaganda	-	-	(46.775)	(53.971)
Materiais	-	-	(10.816)	(29.673)
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão – ANATEL	-	-	(10.100)	(16.775)
Custos de aparelhos e outros	-	-	(15.798)	(20.485)
Outros custos e despesas	(4.554)	(4.998)	(55.402)	(54.727)
	<u>(8.090)</u>	<u>(7.323)</u>	<u>(2.129.150)</u>	<u>(2.836.451)</u>

	Controladora		Consolidado	
Classificadas como:	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(923)	(725)	(1.579.919)	(2.108.423)
Comercialização de serviços	-	-	(307.530)	(445.335)
Gerais e administrativas	(7.167)	(6.598)	(241.701)	(282.693)
	<u>(8.090)</u>	<u>(7.323)</u>	<u>(2.129.150)</u>	<u>(2.836.451)</u>

6 OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Aluguéis de infra-estrutura	-	-	30.814	33.986
Despesas recuperadas	-	-	26.406	31.249
Multas aplicadas sobre contas vencidas	-	-	18.764	27.978
Serviços técnicos administrativos	-	-	9.368	12.832
Resultado na alienação de ativo permanente (*)	-	-	1.067.578	7.263
Dividendos Prescritos	-	-	13.322	1.515
Provisões/reversões para perdas em processos judiciais	-	-	2.048	1.338
Outras receitas	230	-	20.869	20.658
	<u>230</u>	<u>-</u>	<u>1.189.169</u>	<u>136.819</u>

Outras despesas operacionais	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Tributos	-	-	(82.239)	(99.816)
Baixa de valor contábil - ágio Paggo	-	-	(5.675)	-
Despesas com cobrança	-	-	(4.819)	(6.805)
Provisões/reversões	(1.280)	(676)	346.111	(107.355)
Participação dos empregados no resultado	(548)	(236)	(13.081)	(30.190)
Perda na alienação de ativo permanente	-	-	(4.974)	(8.852)
Remunerações baseadas em ações	-	-	(2.152)	(2.447)
Descontos concedidos	-	-	(5.024)	(5.803)

Notas Explicativas

Despesas com multas	-	-	(8.500)	(1.681)
Outras despesas	-	-	(439.986)	(11.814)
	<u>(1.828)</u>	<u>(912)</u>	<u>(220.339)</u>	<u>(274.763)</u>

(*) Representado substancialmente pela transação mencionada na Nota 2.3.

7 RESULTADO FINANCEIRO

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Rendimentos de aplicações financeiras	9.815	-	149.729	122.157
Juros e variações monetárias sobre outros ativos (i)	1.081	29	38.328	99.687
Descontos financeiros obtidos	-	-	8.388	3.126
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de empresas ligadas	6.606	4.472	8.542	8.279
Juros sobre debêntures	9.796	11.801	-	-
Dividendos recebidos (ii)	-	-	29.436	-
Variações cambiais sobre aplicações no exterior	-	-	(88)	6.638
Outros	288	1.009	478	6.939
	<u>27.586</u>	<u>17.311</u>	<u>234.813</u>	<u>246.826</u>

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(16.952)	(12.353)	(164.640)	(226.849)
Operações com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(89.272)	4.557
Juros e variações monetárias sobre outros passivos (i)	(1.823)	(1.435)	(87.645)	(46.867)
Atualização monetária de provisões	-	-	(43.252)	(49.166)
Juros sobre debêntures	-	-	(99.220)	(126.733)
IRRF, IOF e PIS/COFINS sobre operações financeiras e encargos bancários	(153)	(213)	(27.750)	(28.242)
Juros sobre dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	(308)	-
Juros e comissões sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas	-	-	(1.095)	(1.951)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados - Refinanciamento fiscal	-	-	(18.052)	(9.758)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros	-	-	61.691	(43.913)
Atualização monetária e dividendos fixos sobre ações preferenciais resgatáveis	-	-	(11.179)	(14.697)
Juros sobre usufruto de ações	-	-	(1.649)	-
Outros	(806)	(15)	(24.363)	(12.714)
	<u>(19.734)</u>	<u>(14.016)</u>	<u>(506.734)</u>	<u>(556.333)</u>
	<u>7.852</u>	<u>3.295</u>	<u>(271.921)</u>	<u>(309.507)</u>

Notas Explicativas

No período findo em 30 de junho de 2011 a controlada indireta BrT revisou o cálculo da estimativa de atualização monetária sobre depósitos judiciais, resultando em uma reversão de receita na conta “Juros e variações monetárias sobre outros ativos” referentes à atualização monetária no montante de R\$ 31 milhões (incluído no item (i) na tabela).

Adicionalmente de acordo com a Nota 23, em razão da revisão da avaliação da probabilidade de perdas em disputas judiciais relacionadas a tributos incluídos em programas de refinanciamento, a controlada indireta TMAR reconheceu em “Juros e variações monetárias sobre outros ativos”, a receita no montante de R\$ 15 milhões (incluído no item (i) na tabela) e em “Juros e variações monetárias sobre outros passivos”, a despesa no montante de R\$ 50 milhões (incluído no item (i) na tabela).

Em 2 de junho de 2011 a controlada indireta TMAR recebeu dividendos da Portugal Telecom de € 1,30 por ação, perfazendo o montante de € 81.583, equivalentes a R\$187.836 (R\$ 29.436, proporcional à participação indireta detida pela Companhia) (incluído no item (ii) na tabela).

8 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Tributos correntes	(84)	-	(103.435)	(109.901)
Tributos diferidos	-	-	36.396	70.893
Total	<u>(84)</u>	<u>-</u>	<u>(67.039)</u>	<u>(39.008)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes dos impostos e das participações	796.973	14.523	1.090.463	220.376
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IR/CSLL			(294)	(609)
Total do resultado tributável	<u>796.973</u>	<u>14.523</u>	<u>1.090.169</u>	<u>219.767</u>
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributável (15%+10%+9%)	(270.971)	(4.938)	(370.657)	(74.721)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais (basicamente, lucro da exploração) (i)	-	-	13.778	15.792

Notas Explicativas

Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (ii)	(102)	(50)	309.373	17.881
Exclusão (adição) permanente do resultado de equivalência patrimonial	271.295	6.319	(2.695)	-
Ativo fiscal diferido não constituído (iii)		(1.115)	(16.853)	(36.721)
Ativo fiscal diferido constituído de exercícios anteriores (iv)	-	-	-	27.647
Baixa de ativo fiscal diferido relacionado a reestruturação societária	-	-	(24.959)	-
Compensação de prejuízos e base negativa de CS	42	-	13.918	2.976
Outros	(348)	(216)	11.056	8.138
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração do resultado	(84)	-	(67.039)	(39.008)
Alíquota efetiva	0,01%	-	6,15%	17,75%

- (i) Refere-se ao lucro da exploração reconhecido no resultado pela aplicação da Lei nº 11.638/2007. O referido benefício fiscal é obtido após a obtenção de Laudo Constitutivo emitido pela SUDENE, depois de atendidas as exigências do referido órgão competente; entretanto, o laudo não prevê exigências adicionais cujo não cumprimento possa acarretar a perda do benefício fiscal antes do prazo final que se encerra em dezembro de 2013.
- (ii) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis, incentivos fiscais, patrocínios, anistia de juros e multa sobre programas de refinanciamento fiscal, amortização do excesso pago na concessão, receita de usufruto de ações, despesas de atualização monetária e dividendos fixos sobre as ações resgatáveis.
- (iii) Resultado da Companhia e das controladas que não constituem IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, por não apresentarem expectativa de realização.
- (iv) Refere-se substancialmente ao registro de tributos diferidos da controlada indireta TMAR após a revisão das projeções de resultados indicarem a recuperabilidade dos valores.

As Informações Trimestrais findas em 30 de junho de 2011 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e, no que se refere ao tratamento tributário, contemplam os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

9 CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, são classificados como mantidos para negociação e são mensurados pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Caixa e contas bancárias	91	9	111.014	126.809
Equivalentes de caixa	364.310	-	2.846.662	2.812.275

Notas Explicativas

364.401	9	2.957.676	2.939.084
---------	---	-----------	-----------

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Fundos de investimentos exclusivos	364.310	-	2.519.695	1.940.106
CDB – Certificado de depósito bancário	-	-	278.008	419.163
Operações compromissadas	-	-	2.075	41.866
Títulos privados	-	-	11.017	34.490
Time deposits	-	-	29.468	359.684
Outros	-	-	6.399	16.966
Equivalentes de caixa	364.310	-	2.846.662	2.812.275

(b) Aplicações financeiras

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Fundos de investimentos exclusivos	218.754	400.203
Títulos privados	36.983	71.159
Outras aplicações	24.773	16.407
Aplicações financeiras	280.510	487.769
Circulante	245.394	469.375
Não circulante	35.116	18.394

c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas, Jereissati Telecom, LF Tel e outras empresas do grupo, aplicam seus recursos em fundos exclusivos para a Companhia e suas controladas diretas e indiretas, Jereissati Telecom, LF Tel e outras empresas do grupo, dos quais, em 30 de junho de 2011, a Companhia possui aproximadamente 40,4%, a sua controlada Jereissati Telecom 47,5% (31/12/2010 – 24%), a LF Tel 0,1% (31/12/2010 – 0,7%), e as demais controladas e empresas do grupo 12,0% (31/12/2010 – 75,3%) de participação nas quotas destes fundos.

Adicionalmente, a partir do 2º. trimestre de 2011, a Companhia e sua controlada direta Jereissati Telecom, aplicaram parte de seus recursos em um fundo exclusivo para a Companhia e sua controlada Jereissati Telecom, do qual em 30 de junho de 2011, a Companhia possuía 50,9% e sua controlada Jereissati Telecom 40,1% de participação nas quotas deste fundo.

Grupo de Telecomunicações

Todos os fundos de investimento nos quais a controlada indireta TNL e suas controladas aplicam recursos são fundos exclusivos do grupo, dos quais, em 30 de junho de 2011, a controlada indireta TNL possui aproximadamente 5% (31/12/2010 – 7%), a controlada indireta TMAR 53% (31/12/2010 – 5%), a controlada indireta Oi 6% (31/12/2010 – 42%), a controlada indireta BrT 1%

Notas Explicativas

(31/12/2010 – 29%) e as demais controladas 35% (31/12/2010 – 17%) de participação nas quotas destes fundos.

As carteiras dos fundos exclusivos são compostas pelos títulos demonstrados no quadro abaixo que apresenta os saldos consolidados dos fundos:

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Operações compromissadas	743.301	1.256.199
CDB – Certificado de depósito bancário	53.939	58.078
Time deposits	58.074	-
Títulos privados	1.660.571	621.054
Títulos públicos	31	711
Outros	3.779	4.064
Títulos classificados em equivalentes de caixa	2.519.695	1.940.106
Títulos públicos	192.473	296.709
Bonds	305	47.929
Time Deposits	16.948	43.545
CDB – Certificado de depósito bancário	9.028	12.020
Títulos classificados em aplicações financeiras	218.754	400.203
Fundos de investimentos exclusivos	2.738.449	2.340.309

A controlada indireta TNL, direta e indiretamente, possui aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “*benchmark*”, o CDI no Brasil e a LIBOR no Exterior.

10 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Serviços faturados	-	168	754.386	1.029.190
Serviços a faturar	-	-	328.518	435.748
Aluguéis a receber	-	-	57.515	66.408
Co-participação a receber	-	-	30.346	3.339
Aparelhos, acessórios vendidos e outros	-	-	38.995	63.534
Venda de imóveis	-	-	31.359	30.403
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(167.994)	(210.421)
	-	168	1.073.125	1.418.201

Notas Explicativas

A composição por idade dos valores a receber consolidado é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	30/06/2011	%	31/12/2010	%
A faturar	328.518	26,5%	435.748	26,8%
A vencer	493.430	39,8%	649.051	39,9%
A receber de outros provedores	124.236	10,0%	149.736	9,2%
Vencidas até 30 dias	126.503	10,2%	176.785	10,9%
Vencidas de 31 a 60 dias	41.999	3,4%	57.723	3,5%
Vencidas de 61 a 90 dias	27.074	2,2%	35.831	2,2%
Vencidas há mais de 90 dias	99.359	7,9%	123.748	7,5%
	<u>1.241.119</u>	<u>100%</u>	<u>1.628.622</u>	<u>100%</u>

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes consolidada são as seguintes:

	Consolidado
Saldo em 31/12/2010	(210.421)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.115)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	67.542
Saldo em 30/06/2011	<u>(167.994)</u>

11 TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Tributos correntes a recuperar				
CS a recuperar (i)	94	-	12.947	52.840
IR a recuperar (i)	235	-	46.822	122.037
Impostos retidos na fonte- IR/CS	1.029	-	47.905	84.539
Outros tributos correntes	6	-	31.492	2.142
	<u>1.364</u>	<u>-</u>	<u>139.166</u>	<u>261.558</u>
Tributos diferidos a recuperar				
IR - sobre diferenças temporárias e créditos fiscais (ii)	-	-	443.824	616.754
CS sobre diferenças temporárias (ii)	-	-	135.295	191.380
IR sobre prejuízos fiscais (ii)	-	-	185.585	247.604
CS sobre base negativa (ii)	-	-	81.226	109.771
Provisão para perda no valor recuperável	-	-	(841)	(1.160)

Notas Explicativas

(ii)

Outros tributos diferidos e a recuperar (iii)	-	-	113.439	102.030
	-	-	958.528	1.266.379

Circulante	1.364	-	139.166	261.558
Não circulante	-	-	958.528	1.266.379

Adições temporárias por natureza:

Provisões diversas	-	-	1.421	5.580
Participação nos lucros	-	-	1.207	21.792
Provisão para cobertura insuficiência atuarial	-	-	31.587	48.519
Provisões para contingências	-	-	342.622	467.811
Provisões para crédito de liquidação duvidosa	-	-	100.341	129.944
Provisões de impostos e contribuições com exigibilidade suspensa	-	-	23.226	39.894
Variação cambial	-	-	11.703	21.853
Convergência ao IFRS - RTT:				
Subsídios e Fistel	-	-	8.596	12.013
Desmobilização de ativo	-	-	3.211	16.342
Gastos pré-operacionais	-	-	7.153	13.304
Reconhecimento de Receita	-	-	9.428	14.523
Contabilidade de "hedge"	-	-	424	-
Valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	18.236	-
Outros	-	-	19.964	16.558
	-	-	579.119	808.133

	Controladora		Consolidado	
	Passivo		Passivo	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	58	-	67.043	118.775
CS a pagar	26	808	29.278	54.353
Outros	202	85	13.198	10.246
Circulante	286	893	109.519	183.374

Tributos diferidos sobre a renda

IR diferido	-	-	350.822	536.094
CS diferido	-	-	125.854	192.618
Não circulante	-	-	476.676	728.712

Adições temporárias por natureza:

Convergência ao IFRS - RTT	-	-	-	10.324
Tributos diferidos sobre os efeitos da combinação de negócios BrT (*)	-	-	468.094	714.570

Notas Explicativas

Depreciação/Baixas CME Lei nº 8200/1991	-	-	-	3.154
Outras diferenças temporárias	-	-	8.582	664

(*) Compõe-se substancialmente dos efeitos tributários sobre os ajustes a valor justo dos ativos imobilizado e intangível reconhecidos na aquisição da controlada indireta BrT.

- (i) Referem-se a pagamentos realizados, calculados com estimativas legais, que serão compensados com obrigações fiscais futuras.
- (ii) A controlada indireta TNL e suas controladas e a controlada indireta CTX e suas controladas registram seus créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social. Conforme estudo técnico aprovado pelos órgãos de suas administrações, submetido à aprovação do Conselho Fiscal, a geração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, ajustados a valor presente será suficiente para absorver esses créditos tributários, como segue no quadro abaixo. A controlada indireta TNL e suas controladas e a controlada indireta CTX e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente. A controlada Iguatemi registra seus créditos fiscais decorrentes exclusivamente de diferenças temporárias.

A Companhia possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social a serem compensados com lucros tributários futuros, ambos no montante de R\$ 51.931 (R\$ 52.054 em dezembro 2010). A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, sem prazo de prescrição.

A Companhia não registrou contabilmente o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre esses montantes, devido à falta de expectativas de realização dos mesmos, considerando o estágio atual de suas operações.

Adicionalmente, para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2010, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis suficientes nos próximos dez anos, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizam R\$ 1.177.409 (2010 - R\$ 961.134) (valores não proporcionalizados).

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos em 30 de junho 2011:

	<u>Consolidado</u>
2011	39.702
2012	138.077
2013	127.803
2014	134.567
2015	86.424

Notas Explicativas

2016 a 2018	185.139
2019 a 2021	133.377
	<u>845.089</u>

- (iii) Refere-se principalmente antecipações realizados em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais futuros.

12 OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
ICMS a recuperar (i)	-	-	256.508	276.197
PIS/COFINS	-	-	21.834	29.928
Imposto retido na fonte	-	48	12.103	14.926
PAES a recuperar	-	-	1.413	2.214
Outros	178	551	9.773	10.893
	<u>178</u>	<u>599</u>	<u>301.631</u>	<u>334.158</u>
Circulante	178	599	216.466	234.988
Não circulante	-	-	85.165	99.170

	Controladora		Consolidado	
	Passivo		Passivo	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
PIS/COFINS	-	-	210.135	264.706
ICMS	-	-	179.141	228.330
FUST/FUNTEL/Radio difusão	-	-	76.053	108.469
ICMS Convênio nº 69/1998	-	-	51.769	56.204
Imposto retido na fonte	-	-	614	31.260
Outros	463	-	10.829	23.931
	<u>463</u>	<u>-</u>	<u>528.541</u>	<u>712.900</u>
Circulante	-	-	284.467	381.934
Não circulante	463	-	244.074	330.966

- (i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a lei Complementar nº 102/2000.

13 DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Controladora	Consolidado
--------------	-------------

Notas Explicativas

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Cíveis	-	-	873.220	1.099.372
Tributários	2	1	289.885	382.369
Trabalhistas	2.966	2.860	264.090	316.390
Bloqueios judiciais	-	-	33.235	47.308
	<u>2.968</u>	<u>2.861</u>	<u>1.460.430</u>	<u>1.845.439</u>
Circulante	-	-	299.288	396.329
Não circulante	2.968	2.861	1.161.142	1.449.110

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

14 DEMAIS ATIVOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Adiantamento a fornecedores	-	-	78.844	136.076
Fistel de manutenção (i)	-	-	53.594	-
Adiantamento à FATL	-	-	26.466	39.832
Valores a receber	-	-	20.337	37.058
Publicidade, propaganda e patrocínio	-	-	18.924	31.189
Adiantamentos a empregados	-	-	6.648	16.017
Debêntures	11.585	11.371	11.585	11.371
Incentivos fiscais	-	-	8.068	11.474
Aluguel de postes	-	-	9.968	5.117
Tributos, taxas e contribuições	-	-	4.383	3.908
Seguros	-	-	2.007	2.452
Outros	58	503	39.558	25.509
	<u>11.643</u>	<u>11.874</u>	<u>280.382</u>	<u>320.003</u>
Circulante	57	503	208.120	225.504
Não circulante	11.586	11.371	72.262	94.499

Abreviatura:

FATL - Fundação Atlântico de Seguridade Social

- (i) Taxa do FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, paga a Anatel com a finalidade de cobrir dos gastos necessários ao exercício da atividade de fiscalização do setor de telecomunicações, em conformidade com a legislação aplicável, é registrada como despesa antecipada e tem sua apropriação mensal ao resultado ao longo do ano.

15 INVESTIMENTOS

Notas Explicativas

(a) Investimentos em controladas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Participações avaliadas a:				
Equivalência patrimonial	1.715.721	939.813	-	-
Custo de aquisição (i)	-	-	6.350	8.864
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas	-	-	3.652	3.009
Propriedade para investimento	-	-	1.592.106	1.399.973
Outros investimentos	979	979	1.445	1.417
	<u>1.716.700</u>	<u>940.792</u>	<u>1.603.553</u>	<u>1.413.263</u>

- (i) Inclui no saldo consolidado, o investimento da controlada indireta TMAR na Hispamar Satélites S.A. (“Hispamar”) que tem como atividade principal a contratação de fabricação por terceiros, o lançamento e operação de satélites, bem como o uso e a comercialização da capacidade útil de satélites que ocupem as posições orbitais devidamente licenciadas nas diferentes bandas de frequência, a prestação de serviços de comunicação, especialmente via satélites, e demais serviços necessários ao desempenho de suas atividades sociais. O percentual de participação da controlada indireta TMAR é de 19,04%, não possuindo influência significativa na sua administração.

Resumo das movimentações dos saldos de investimentos

	Controladora		
	Iguatemi	Jereissati Telecom	Total
Saldo em 31/12/2010	788.539	151.274	939.813
Resultado de equivalência patrimonial	39.531	758.395	797.926
Variações de remuneração baseada em ações reflexa	284	349	633
Variações de ações em tesouraria reflexa	(469)	104	(365)
Variações reflexas sobre outros resultados abrangentes das controladas	-	(10.578)	(10.578)
Variações reflexas sobre o patrimônio líquido das investidas	-	(2.508)	(2.508)
Dividendos recebidos	(9.242)	-	(9.242)
Outros	343	(301)	42
Saldo em 30/06/2011	818.986	896.735	1.715.721

Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro líquido	Qtde. milhares de ações		Participação * % no Capital		30/06/2011	
				Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Investimento	Equivalência patrimonial
Iguatemi	1.544.776	836.363	74.466	41.962	-	53,0162	53,0162	818.986	39.531
Jereissati Telecom	1.129.817	226.047	955.519 ⁽ⁱ⁾	269.674	161.942	79,3700	80,0990	896.735	758.395
								<u>1.715.721</u>	<u>797.926</u>

* Participação na Iguatemi considerando ações em tesouraria

(i) Ajustado às práticas contábeis da Companhia.

Notas Explicativas

Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro (prejuízo) líquido	Qtde. milhares de ações		Participação % no Capital		31/12/2010	30/06/2010
				Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Investimento	Equivalência patrimonial
Iguatemi	1.488.101	823.859	151.547	41.954	-	52,9896	52,9896	788.539	34.429
Jereissati Telecom	190.592	226.047	(79.722)	269.674	161.942	79,3700	80,0990	151.274	(15.843)
LF Tel ¹								-	(2)
								<u>939.813</u>	<u>18.584</u>

¹ Participação vendida em dezembro de 2010

A partir de 2011, as principais rubricas contábeis das informações trimestrais consolidadas das controladas indiretas Telemar, TNL, TMAR, CTX e Privatinvest, estão proporcionalizadas e incluídas nas informações contábeis das controladas indiretas EDSP75 e TNL (participação direta através da Jereissati Telecom):

	EDSP75	TNL
	30/06/2011	30/06/2011
Ativo		
Ativo circulante	3.258.141	20.224
Não circulante		
Realizável a longo prazo	2.566.881	15.371
Demais não circulantes	6.711.840	39.608
	<u>12.536.862</u>	<u>75.203</u>
Passivo		
Circulante	2.722.368	15.872
Não circulante	6.169.862	34.024
Participações dos acionistas não controladores	2.816.187	11.540
Patrimônio líquido	828.445	13.767
	<u>12.536.862</u>	<u>75.203</u>
	30/06/2011	30/06/2011
Demonstrações dos resultados dos exercícios		
Receitas líquidas de serviços e produtos	2.366.634	14.262
Custo dos serviços e produtos	(1.532.066)	(8.113)
Despesas com vendas	(304.936)	(2.594)
Despesas administrativas	(195.232)	(1.481)
Despesas financeiras líquidas	(289.971)	(1.515)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	(99.315)	(476)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(18.688)	(125)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>(73.574)</u>	<u>(42)</u>

Notas Explicativas

Em 2010, as principais rubricas contábeis das informações trimestrais consolidadas das controladas indiretas Telemar, TNL, CTX e Privatinvest, estão proporcionalizadas e incluídas nas informações trimestrais da controlada indireta LF Tel são:

	TELEMAR	TNL	CTX	PRIVATINVEST
	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010	31/12/2010
Ativo				
Ativo circulante	4.328.090	561.118	141.945	238
Não circulante				
Realizável a longo prazo	2.518.742	328.007	57.784	-
Demais não circulantes	7.877.395	1.012.376	119.614	-
	<u>14.724.227</u>	<u>1.901.501</u>	<u>319.343</u>	<u>238</u>
Passivo				
Circulante	3.815.928	488.820	123.836	-
Não circulante	7.345.064	907.209	113.618	-
Participações dos acionistas não controladores	3.317.514	222.560	64.077	-
Patrimônio líquido	245.721	282.912	17.812	238
	<u>14.724.227</u>	<u>1.901.501</u>	<u>319.343</u>	<u>238</u>
	30/06/2010	30/06/2010	30/06/2010	30/06/2010
Demonstrações dos resultados dos exercícios				
Receitas líquidas de serviços e produtos	2.867.013	375.464	260.532	-
Custo dos serviços e produtos	(1.631.182)	(212.979)	(223.119)	-
Despesas com vendas	(464.333)	(60.809)	(2.815)	-
Despesas administrativas	(256.990)	(33.524)	(14.390)	(43)
Despesas financeiras líquidas	(244.219)	(28.687)	(619)	13
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	(107.622)	(14.095)	(2.918)	(44)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(14.468)	(1.895)	(6.173)	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	<u>148.199</u>	<u>23.475</u>	<u>10.498</u>	<u>(74)</u>

(b) Propriedade para investimentos

Ao custo

		Consolidado	
	Vida útil remanescente em anos	30/06/2011	31/03/2010
Custo	45 (*)	1.741.322	1.551.947

Notas Explicativas

Depreciação acumulada		(216.309)	(207.312)
		<u>1.525.013</u>	<u>1.344.635</u>
Ágio por mais valia de ativos (**)			
Aquisição de 100% da SISP	45 (*)	28.811	28.811
Depreciação acumulada		<u>(1.194)</u>	<u>(1.096)</u>
		<u>27.617</u>	<u>27.715</u>
Aquisição de 100% da Solway	45 (*)	30.058	30.058
Depreciação acumulada		<u>(2.643)</u>	<u>(2.435)</u>
		<u>27.415</u>	<u>27.623</u>
Subscrições ações da Wtorre Iguatemi		<u>5.433</u>	<u>-</u>
Aquisição de 65,14% da RASL	45 (*)	6.702	-
Depreciação acumulada		<u>(74)</u>	<u>-</u>
		<u>6.628</u>	<u>-</u>
		<u>1.592.106</u>	<u>1.399.973</u>

(*) A vida útil remanescente dos shoppings, estimada por peritos especializados e independentes, é de 45 anos em média e foi aplicada prospectivamente a 1º de janeiro de 2010. A vida útil dos demais itens classificados como propriedades para investimentos foi determinada a partir do histórico e refletem a natureza dos bens e sua utilização pela controlada Iguatemi.

(**) Referem-se aos ágios pagos pela controlada Iguatemi nas aquisições das participações de 100% da SISP e da Solway (empresa incorporada pela Amuco em 2009), referentes à mais-valia do ativo de R\$ 27.617e R\$ 27.415, respectivamente, líquido de amortização. São apresentados como no consolidado como propriedade para investimentos, devido a sua origem, conforme ICPC09.

A vida útil dos demais itens foi determinada a partir do histórico e refletem a natureza dos bens e sua utilização pela controlada Iguatemi.

A controlada Iguatemi obteve financiamento para a construção do SCIBRA e do SCIALPHA. Os encargos destes financiamentos foram capitalizados até o início da operação dos empreendimentos. No período findo em 30 de junho de 2011 a controlada Iguatemi capitalizou o montante de R\$ 4.284 (R\$12.383 em 31 de dezembro de 2010).

A movimentação das propriedades para investimentos é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.399.973
Adições	197.592
Baixas	(18)
Transferências	3.937
Depreciações	<u>(9.378)</u>

Notas Explicativas

Saldo em 30 de junho de 2011

1.592.106

16 IMOBILIZADO

	Consolidado						
	Obras em Andamento	Equipamentos de Comutação Automática	Equipamentos de transmissão e outros	Infra-estrutura	Prédios	Outros Ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2010	590.498	2.037.809	4.533.017	3.523.687	707.660	529.174	11.921.845
Adições	271.228	234.784	511.045	410.330	73.364	83.335	1.584.086
Transferências	(206.901)	8.167	106.027	36.576	5.297	2.485	(48.349)
Baixas	(215.366)	(190.734)	(823.963)	(459.333)	(140.688)	(89.251)	(1.919.335)
Saldo em 30/06/2011	439.459	2.090.026	4.326.126	3.511.261	645.633	525.743	11.538.247
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2010	-	(1.512.554)	(2.256.813)	(2.331.108)	(319.369)	(292.505)	(6.712.349)
Despesas de depreciação	-	(32.504)	(183.407)	(81.917)	(19.999)	(13.009)	(330.835)
Transferências	-	-	76	(137)	102	530	571
Baixas	-	(184.855)	(264.209)	(261.372)	(38.849)	(30.259)	(779.545)
Saldo em 30/06/2011	-	(1.729.913)	(2.704.353)	(2.674.534)	(378.115)	(335.244)	(7.822.158)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2010	590.498	525.256	2.276.204	1.192.579	388.291	236.669	5.209.496
Saldo em 30/06/2011	439.459	360.113	1.621.773	836.727	267.518	190.498	3.716.088
Taxa anual de depreciação (média)	0,00%	10,64%	10,44%	7,05%	5,74%	12,46%	

Informações adicionais (valores não proporcionalizados)

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio das controladas indiretas TMAR e da BrT, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos, são denominados reversíveis e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 30 de junho de 2011, o saldo residual dos bens reversíveis das controladas indiretas TMAR e BrT são R\$ 4.856.252 (31/12/2010 - R\$ 4.928.850) R\$ 3.115.300 (31/12/2010 – R\$ 3.292.438), respectivamente, composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação. O saldo de bens reversíveis não inclui a mais valia da controlada indireta BrT.

No período findo em 30 de junho de 2011, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R\$ 120.385 (30/06/2010 – R\$ 111.636) no consolidado, pela taxa média de 17,46% a.a.

Notas Explicativas

Contrato de arrendamento mercantil operacional

Para os contratos de arrendamento mercantil cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos permanecem com o arrendador, as contraprestações mensais são apropriadas ao resultado do período no decorrer do prazo desses contratos (vide rubrica “Aluguéis e seguros” na Nota 5). No período findo em 30 de junho de 2011 não houve apropriação no resultado (30/06/2010 – R\$ 3.170), pois os contratos foram encerrados em outubro de 2010. Todos os contratos de arrendamento mercantil operacional da controlada indireta TNL e de suas controladas são canceláveis.

17 INTANGÍVEL

	Consolidado							
	Ágio ("Goodwill")	Sistemas de processamento de dados	Licenças Regulatórias	Marcas e Patentes	Outros ativos	Carteira de Clientes	Concessão	Total
Custo do intangível								
Saldo em 31/12/2010	148.455	613.505	3.688.758	26.374	67.655	60.285	830.759	5.435.791
Adições/ Aumento de Participação	45.250	72.685	311.698	2.112	23.569	6.295	45.058	506.667
Transferências	-	33.470	-	-	(685)	-	-	32.785
Baixas/ Perda de Participação	(21.211)	(99.488)	(1.189.034)	(9.261)	(16.164)	(6.792)	(276.257)	(1.618.208)
Saldo em 30/06/2011	172.493	620.172	2.811.422	19.225	74.375	59.788	599.560	4.357.035
Amortização acumulada								
Saldo em 31/12/2010	(16.725)	(352.090)	(404.644)	(796)	(19.950)	(40.828)	(192.314)	(1.027.346)
Despesas de amortização	-	(36.898)	(86.990)	(1)	(3.413)	(11.958)	(14.127)	(153.387)
Baixas	(138)	(37.361)	(49.649)	(92)	(2.428)	(5.010)	9.498	(85.179)
Saldo em 30/06/2011	(16.863)	(426.348)	(541.282)	(888)	(25.791)	(57.796)	(196.943)	(1.265.912)
Intangível líquido								
Saldo em 31/12/2010	131.730	261.415	3.284.115	25.578	47.706	19.457	638.445	4.408.446
Saldo em 30/06/2011	155.630	193.824	2.270.140	18.337	48.584	1.992	402.617	3.091.124
Taxa anual de amortização (média)	-	20,00%	7,44%	0,00%	19,73%	40,00%	4,88%	

(i) Licenças regulatórias

Licenças regulatórias

Concessão / Autorização	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	13/03/2001	13/03/2016	172.698
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	11/07/2003	13/03/2016	10.358
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (2G)	22/01/2004	13/03/2016	7.086
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 (2G)	29/04/2008	11/12/2022	20.546
Radiofrequências e SMP Oi Região 1 (3G)	29/04/2008	13/03/2016	135.872
Radiofrequências e SMP Oi Região 3 - interior (2G)	08/09/2008	07/12/2022	19.874
Radiofrequências e SMP Oi	07/12/2007	07/12/2022	1.390
Concessão TV a cabo Way TV (Uberlândia)	06/11/1998	06/11/2013	612
Concessão TV a cabo Way TV (Belo Horizonte)	08/02/1999	08/02/2014	2.612
Concessão TV a cabo Way TV (Barbacena)	08/02/1999	08/02/2014	84
Concessão TV a cabo Way TV (Poços de Caldas)	08/02/1999	08/02/2014	272

Notas Explicativas

Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	18/02/2002	17/12/2017	30.011
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	4.486
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	76.512
Outras licenças			45.783
Valor justo das licenças STFC da BrT e BrT Celular			2.247.010
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (Banda H)			168
Valor justo das licenças SMP da Amazônia Celular			36.048
Total			2.811.422

(ii) Concessão

O excesso pago em relação aos ativos líquidos das controladas indiretas LF Tel, Telemar, TNL e TMAR, anteriormente classificada como ágio (aquisições anteriores à 01/01/2009), é classificado como intangível. Durante o exercício de 2001 a controlada indireta TMAR implementou o Plano Geral de Metas de Universalização, estabelecida pela ANATEL, o que lhe assegurou, entre outros, o direito de prorrogação da concessão até dezembro de 2025. Com base nesse novo cenário a Administração decidiu adequar a amortização desse ágio até a data que expirará a concessão.

(iii) Ágios (“Goodwill”)

Iguatemi

A controlada Iguatemi possui ágios na aquisição da Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. e SISP Participações S.A., no montante de R\$11.804 e R\$76.365, respectivamente, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado (“goodwill”). O saldo do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 1 (R).

LF Tel (valores não proporcionalizados)

Em 24 de abril de 2008 a controlada indireta LF Tel adquiriu 176.365.295 ações da CTX de propriedade da Lexpart pelo valor de R\$12.500, registrando um ágio no montante de R\$8.505, fundamentado na expectativa de rentabilidade do negócio em dez anos, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008, apresentando valor residual de R\$8.292. O saldo remanescente do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 1 (R).

Em março de 2011 a controlada indireta LF Tel através do contrato de compra e venda celebrado com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS e Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, a controlada indireta LF Tel adquiriu 431.999.634 ações ordinárias de emissão da CTX, correspondente ao aumento de participação de 13,9780%, por R\$ 100.000. Com esta aquisição a controlada indireta LF Tel, registrou um ágio no montante de R\$ 89.108 (R\$57.920 proporcional à participação da Companhia) conforme mencionado na Nota 2.3.

Grupo de Telecomunicações

Notas Explicativas

A controlada indireta TNL e suas controladas possuem ágios na aquisição de investimentos fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado (“goodwill”).

Em setembro de 2010 foram realizadas as análises anuais do valor recuperável, teste de (“impairment”), baseados em projeções de fluxo de caixa descontados de dez anos, prazo pelo qual a entidade estimava recuperar os investimentos quando da aquisição dos negócios, aplicando a taxa média de crescimento de 15,1% para TV a cabo e 38,9% para Meios de pagamento e utilização de perpetuidade no último ano. Os resultados dos testes não apuraram perdas.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Em 18 de maio de 2011 foi concluída a transferência da totalidade das ações de emissão das sociedades que compõem o Grupo Allus para as controladas indiretas Contax e Contax Colômbia, pelo montante de R\$ 246.261, dos quais R\$ 161.978, refere-se a ágio fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura (parcela do ágio não alocada), conforme mencionado na Nota 2.3.

Em setembro de 2010, a controlada indireta Contax adquiriu o controle integral da Ability Comunicação Integrada Ltda. (“Contax Ability”), gerando um ágio no valor de R\$ 74.365, fundamentado no seu valor econômico, em função da estimativa de rentabilidade futura do negócio. Em dezembro de 2010, a controlada indireta Contax transferiu o controle da Ability para a controlada indireta CTX, através de uma cisão parcial. Neste processo foi transferido para a controlada indireta CTX o valor do ágio líquido do crédito tributário no valor de R\$ 49.081. O valor de R\$ 25.284 foi reconhecido na Ability como imposto de renda e contribuição social diferidos.

18 FORNECEDORES

		Controladora		Consolidado
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Fornecedores de:				
Materiais de infraestrutura e rede	-	-	247.376	324.838
Repasse (interconexão e cobilling)	-	-	125.090	214.742
Manutenção de planta	-	-	34.376	69.032
Comissões de vendas	-	-	38.023	66.584
Tecnologia da informação	-	-	20.319	42.508
Estoques de aparelhos e simcards	-	-	10.669	17.888
Serviços	-	-	6.797	9.665
Call center	-	-	3.699	7.147
Aluguel de postes e direito de passagem	-	-	5.142	2.777
Aluguel de URA e sites	-	-	109	1.590
Outros	972	418	106.189	153.315
	<u>972</u>	<u>418</u>	<u>597.789</u>	<u>910.086</u>

19 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (inclui debêntures, ações preferenciais resgatáveis e ações em usufruto)

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Financiamentos	284.636	276.341	3.849.586	5.611.656
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	145.514	239.556
Atualização monetária e dividendos fixos sobre ações preferenciais	-	-	32.211	49.007
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos	8.786	7.898	90.685	101.162
Usufruto de ações	-	-	51.402	-
Juros sobre usufruto de ações	-	-	1.649	-
Arrendamento mercantil	-	-	439	1.160
Notas promissórias	-	-	37.731	-
Juros sobre notas promissórias	-	-	957	-
Debêntures	17.346	17.346	1.843.074	2.495.630
Juros provisionados sobre debêntures	35.098	34.120	134.190	291.741
Subtotal	<u>345.866</u>	<u>335.705</u>	<u>6.187.438</u>	<u>8.789.912</u>
Custo de captação	-	-	(99.625)	(145.628)
Total	<u>345.866</u>	<u>335.705</u>	<u>6.087.813</u>	<u>8.644.284</u>
Circulante	-	7.655	942.038	1.808.437
Não circulante	345.866	328.050	5.145.775	6.835.847

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado		Vencimento
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	
BNDES					
Ações preferenciais resgatáveis	-	-	177.724	288.563	
Moeda nacional	-	-	1.180.062	1.565.337	Jan/2011 a Dez/2018
Cesta de moedas, incluindo dólar	-	-	-	2.178	Jan/2011 a Abr/2011
Instituições financeiras					
Moeda nacional	293.422	284.239	1.431.195	2.314.249	Dez/2010 a Dez/2033
Moeda estrangeira	-	-	1.306.741	1.811.984	Jun/2011 a Out/2020
Debêntures	52.444	51.466	1.977.267	2.787.370	Fev/2011 a Jul/2021
Notas promissórias	-	-	38.688	-	
Usufruto de ações	-	-	53.051	-	
Arrendamento mercantil	-	-	439	1.160	Fev//2011 a Mar/2012
Instituições não financeiras	-	-	22.271	19.071	
Subtotal	<u>345.866</u>	<u>335.705</u>	<u>6.187.438</u>	<u>8.789.912</u>	
Custo de captação	-	-	(99.625)	(145.628)	
Total	<u>345.866</u>	<u>335.705</u>	<u>6.087.813</u>	<u>8.644.284</u>	
Circulante	-	7.655	942.038	1.808.437	
Não circulante	345.866	328.050	5.145.775	6.835.847	

Custos de transações por natureza

Consolidado	
30/06/2011	31/12/2010

Notas Explicativas

BNDES		
Moeda nacional	715	2.434
Cesta de moedas, incluindo dólar	-	2
Instituições financeiras		-
Moeda nacional	21.801	34.332
Moeda estrangeira	72.725	103.337
Usufruto de ações	381	-
Notas promissórias	217	-
Debêntures	3.786	5.523
Total	<u>99.625</u>	<u>145.628</u>
Circulante	15.602	24.823
Não circulante	84.023	120.805

Composição da dívida por moeda / indexador

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
TJLP	-	-	1.115.183	1.483.128
CDI	293.422	284.239	2.255.553	3.838.862
Dólar Norte-Americano	-	-	935.631	1.273.313
Euro	-	-	273.809	365.988
Ienes	-	-	97.300	172.682
Reais	-	-	453.305	432.456
UMBNDDES - Cesta de moedas do BNDES	-	-	-	2.178
IPCA	-	-	1.002.348	1.167.838
IGP - DI	52.444	51.466	54.309	53.467
Custo de captação	-	-	(99.625)	(145.628)
	<u>345.866</u>	<u>335.705</u>	<u>6.087.813</u>	<u>8.644.284</u>

A dívida de longo prazo, líquidas do custo de captação, está programada para ser paga nos seguintes exercícios:

	Controladora	Consolidado
2012	-	296.851
2013	97.876	861.445
2014	97.876	877.503
2015	97.670	740.275
2016	-	590.878
2017 em diante	52.444	1.778.823
	<u>345.866</u>	<u>5.145.775</u>

Os custos de transação serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado**Consolidado**

Notas Explicativas

2011	9.014
2012	13.817
2013	14.649
2014	11.528
2015	12.381
2016	10.775
2017 em diante	27.461
	<u>99.625</u>

(a) Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos do período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2011.

Financiamentos em moeda nacional

Companhia

Em março de 2010, a Companhia celebrou com o Banco Alfa de Investimentos S.A. um contrato de abertura de crédito no valor de R\$ 7.000. Esse contrato de abertura de crédito prevê incidência de juros à taxa de 112,0% do CDI a.a., com vencimento do principal mais juros em 25 de fevereiro de 2011, tendo sido integralmente liquidado nesta data.

Iguatemi

Em 06 de julho de 2010, a controlada Iguatemi celebrou o BNDES contrato de abertura de crédito de R\$ 138.760. Com incidência de juros à taxa de TJLP + 3,45% a.a., totalizando 9,45% a.a., sobre obra civil e instalações e de 4,5% a.a., sobre equipamentos nacionais. Durante o período findo em 30 de junho de 2011, foram amortizados R\$ 3.522 a título de juros. As demais condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em 25 de setembro de 2009, a controlada Iguatemi celebrou o Banco Bradesco contrato de abertura de crédito de R\$ 90.000. Até 30 de junho de 2011, foram liberados R\$ 85.515. Com incidência de juros à taxa de 10,50% a.a. acrescido de TR. Durante o período findo em 30 de junho de 2011, foram amortizados R\$ 3.987 a título de juros. As demais condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em 30 de dezembro de 2008, a controlada Iguatemi celebrou o Banco Santander contrato de abertura de crédito de R\$ 97.519. Até 30 de junho de 2011, foram liberados R\$ 97.470. Com incidência de juros à taxa de 12% a.a. acrescido de TR. Durante o período findo em 30 de junho de 2011, foram amortizados R\$ 5.117 a título de juros e R\$ 5.118 de principal. As demais condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Jereissati Telecom

Em 26 de março de 2010, a controlada Jereissati Telecom assinou contrato de abertura de crédito com o Banco Alfa de Investimentos S.A., no valor de R\$ 40 milhões, que foi integralmente liquidado no seu vencimento em 1º de abril de 2011. O custo financeiro é de 112,0% CDI/CETIP.

Notas Explicativas

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

Em maio de 2008, a controlada indireta TNL captou Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$ 4,3 bilhões junto ao Banco do Brasil, sendo o vencimento dos encargos financeiros semestral, de maio de 2010 até maio de 2016 e o principal vencendo em sete prestações anuais a partir de maio de 2010. A operação foi contratada ao custo de CDI + 1,30% a.a. Em maio de 2011 foi amortizada a primeira parcela de principal mais os juros atualizados no montante total de R\$ 839.886. Em junho de 2011, a controlada indireta TNL assinou o Segundo Aditivo de Retificação e Ratificação à Cédula de Crédito Bancário com o Banco do Brasil ("BB") no montante de R\$ 3.071 milhões. O vencimento dos encargos financeiros permanecerá semestral, de maio de 2015 até maio de 2018. O principal vencerá em quatro prestações anuais a partir de maio de 2015. O novo custo da operação é de CDI + 1,0% a.a. até maio de 2015 e CDI + 1,83% a.a. entre maio de 2015 e maio de 2018.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1 de abril de 2011 e reuniões do Conselho de Administração da controlada indireta Telemar ("Emissora") realizadas em 22 e 28 de março de 2011 foi aprovada a emissão de 30 notas promissórias comerciais da segunda emissão da Emissora, com valor nominal unitário de R\$ 10.000, na data da emissão, perfazendo o montante de R\$ 300.000, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da legislação pertinente vigente.

As notas promissórias farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, a ser efetuado na data do vencimento da emissão, que ocorrerá em 180 dias após a data da emissão, ou na data de vencimento antecipado, ou na data de resgate antecipado, o que ocorrer primeiro, incidentes sobre o seu valor unitário, equivalentes à variação percentual acumulada de 100% da CDI, acrescida de uma sobretaxa de 0,65% a.a., com base em 252 dias úteis.

Em abril de 2011, a controlada indireta TMAR liquidou voluntariamente a Cédula de Crédito Bancária da Caixa Econômica Federal de novembro de 2009 no valor de R\$ 2 bilhões com juros remunerados a 117,5% do CDI a.a.

Em fevereiro de 2011, a controlada indireta TNL realizou a emissão de R\$ 1.500 milhões em notas promissórias. Essa emissão foi coordenada pelo Banco Itaú BBA S.A. Ao todo, foram emitidas 1.500 (mil e quinhentas) notas promissórias, em série única, com valor nominal de R\$ 1.000.000 (um milhão de reais) cada uma. A operação foi contratada ao custo de CDI + 0,45% a.a., por um prazo de até 90 dias, cujo vencimento e o pagamento ocorreram em 16 de maio de 2011.

Durante o período findo em 30 de junho de 2011, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 392.982, dos contratos de financiamento contratados pelas controladas BrT e BrT Celular junto ao BNDES, em fevereiro de 2008 e novembro de 2006, no montante de R\$ 259 milhões e R\$ 2 bilhões, respectivamente. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Em maio de 2011, a controlada indireta CTX celebrou contrato de financiamento junto ao Banco Itaú, na modalidade de capital de giro, no montante de R\$ 1.500, cujo vencimento ocorrerá em

Notas Explicativas

agosto de 2011. Os juros pagos são remunerados a DI + 1,256% a.a. Em 30 de junho de 2011, o saldo é de R\$ 1.524.

Durante o período findo em 30 de junho de 2011, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 9.300, dos empréstimos contratados na modalidade de capital de giro, pela controlada indireta CTX junto ao Banco Itaú BBA em agosto e novembro de 2008 e março de 2010. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Durante o período findo em 30 de junho de 2011, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 10.460, dos empréstimos contratados na modalidade de capital de giro, pela controlada indireta CTX junto ao Banco Votorantim em maio e novembro de 2009 e maio de 2010. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em agosto de 2007, a controlada indireta Contax celebrou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$216.514. As liberações desse financiamento foram realizadas em cinco parcelas, sendo a primeira parcela liberada em outubro de 2007 e finalizando com a liberação da quinta e última parcela em novembro de 2008. Sobre o montante do principal incidem juros de 2,0% a.a. acrescidos da variação da TJLP (limitado a 6%). Durante o período findo em 30 de junho de 2011, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ R\$32.583. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em março de 2010, a controlada indireta Contax celebrou contrato de financiamento com o BNB, no montante de R\$51.000, com o objetivo de financiar a implantação de uma nova unidade operacional em Recife (PE). O saldo devedor será atualizado por uma taxa fixa de 10% a.a., com bônus de adimplência de 15%. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral até março de 2012, passando a ser mensal para o período de abril de 2012 até março de 2015. O principal deve ser pago em 36 parcelas mensais, de abril de 2012 até março de 2015. Durante o período findo em 30 de junho de 2011, foram amortizadas R\$ 2.485 a título de juros. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Financiamentos em moeda estrangeira (valores não proporcionalizados)

Grupo de Telecomunicações

Em junho de 2011 e fevereiro de 2011 foram desembolsados US\$ 96,5 milhões (R\$ 152 milhões) e US\$ 74 milhões (R\$ 123 milhões), respectivamente, do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao Finnish Export Credit em agosto de 2009, no valor de US\$ 500 milhões. As condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em maio de 2011 e fevereiro de 2011 foram desembolsados US\$ 54,7 milhões (R\$ 89,2 milhões) e US\$ 31 milhões (R\$ 51 milhões), respectivamente, do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao Credit Agricole tendo o ONDD – Office National Du Ducroire como “*export credit agency*” em abril de 2010, no valor de US\$ 220 milhões. As condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

Em março de 2011 a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto à Cisco Systems Capital no valor de US\$ 100 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. A operação tem juros de 3,5% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral e o principal vencerá em 13 prestações semestrais a partir de maio de 2012. Foram desembolsados US\$ 46 milhões (R\$ 75 milhões) em maio de 2011.

Em janeiro de 2011 foram desembolsados US\$ 21 milhões (R\$ 36 milhões) do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao China Development Bank em fevereiro de 2009, no valor de US\$ 300 milhões. As condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em janeiro de 2011 foram desembolsados US\$ 98 milhões (R\$ 164 milhões) do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao China Development Bank em outubro de 2009, no valor de US\$ 500 milhões. As condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Em Dezembro de 2008, as empresas controladas, do Grupo Allus contrataram uma série de empréstimos na modalidade de capital de giro com diversas instituições financeiras. Em 30 de junho de 2011, o valor desses empréstimos era de R\$ 50.201. Durante primeiro semestre de 2011 ocorreram novas contratações no montante de R\$ 19.012, com amortizações de principal e juros de R\$ 9.713.

(b) Debêntures públicas e privadas

Iguatemi

Em 1º de março de 2011, a controlada Iguatemi realizou sua segunda emissão através de oferta pública, em série única, de 33.000 debêntures nominativas, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações, com vencimento final em 1º de março de 2016 e com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o valor total de R\$ 330.000. A emissão das debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do seu Conselho de Administração realizadas em 1 de fevereiro de 2011.

Os recursos obtidos pela controlada Iguatemi com a oferta serão utilizados para financiar aquisição de participações em Shoppings Centers e / ou aquisição de imóveis.

As debêntures foram objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas nem lotes mínimos ou máximos.

As debêntures foram registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures e do BOVESPA FIX.

O prazo das debêntures é de cinco anos, contados da data de emissão, com carência de quatro anos para a amortização do principal, que ocorrerá em duas parcelas anuais, iguais e sucessivas em 1º de

Notas Explicativas

março de 2015 e 1º de março de 2016. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem apenas juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 1,35% ao ano, pagos semestralmente a partir da data de emissão. O primeiro pagamento dos juros ocorrerá em 1º de setembro de 2011 e o último na data de vencimento. O saldo dos juros provisionados no circulante, líquido de custos de transação, em 30 de junho de 2011 é de R\$ 12.942.

Em 1º de junho de 2007, a controlada Iguatemi fez a primeira emissão, para distribuição pública (“Oferta”), em série única, de 20.000 debêntures nominativas, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações, com vencimento final em 1º de junho de 2014 e com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o valor total de R\$ 200.000 em 1º de junho de 2007. A emissão das debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do seu Conselho de Administração realizadas em 16 de maio e 15 de junho de 2007.

Os recursos obtidos pela controlada Iguatemi com a oferta foram utilizados para financiar: (a) a expansão das operações dos shopping centers nos quais a controlada Iguatemi é titular de participação; (b) a aquisição de maior participação; (c) a aquisição de participação em shopping centers de terceiros já existentes e em redes de menor porte; (d) a concepção, a incorporação e a administração de novos shopping centers; e (e) o refinanciamento de obrigações financeiras vincendas.

As debêntures foram objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, não existindo reservas antecipadas nem lotes mínimos ou máximos, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do procedimento de “bookbuilding”.

As debêntures foram registradas para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures e do BOVESPA FIX.

O prazo das debêntures é de sete anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2014, com carência de quatro anos para a amortização do principal, que ocorrerá em três parcelas anuais, iguais e sucessivas.

Sobre o saldo do valor nominal das debêntures, incidem apenas juros remuneratórios correspondentes a 104,5% do CDI, pagos semestralmente a partir da data de emissão, conforme aprovado em Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 22 de abril de 2008. Em 1º de junho de 2008, data do primeiro vencimento das debêntures, os juros remuneratórios passaram a ser de 110% do CDI. Nessa mesma Assembleia Geral, foi autorizado o resgate antecipado facultativo pela controlada Iguatemi de quaisquer das debêntures, a qualquer tempo a partir de 180 dias contados da data de 1º de junho de 2008, mediante comunicação prévia de 30 dias. O primeiro pagamento dos juros ocorreu em 1º de dezembro de 2007 e o último na data de vencimento. O saldo dos juros provisionados no circulante, líquido de custos de transação, em 30 de junho de 2011 é de R\$ 1.791 (R\$ 1.747 em 31 de dezembro de 2010).

Jereissati Telecom

Em Assembléia Geral Extraordinária – AGE da Jereissati Telecom, realizada em 30 de setembro de 2008, foi aprovada a primeira emissão de 300 debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal unitário de R\$ 1 milhão, totalizando R\$ 300 milhões. Essas

Notas Explicativas

debêntures são nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, e foram emitidas para subscrição privada. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 1º de abril de 2008. A remuneração dessas debêntures é de 110% da taxa correspondente à acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interbancários – DI's. A remuneração, bem como o valor nominal de cada debênture, com vencimento em 3 parcelas, devidas em 1º de abril de 2013, 2014 e 2015.

Essas debêntures serviram para liquidar parcialmente o adiantamento para futuro aumento de capital com a Companhia, no montante de R\$217 milhões, equivalente a 204 debêntures. Em 30 de novembro 2010, a Companhia subscreveu mais 44 debêntures pelo valor nominal R\$ 1.344, totalizando R\$59.142 para liquidar o adiantamento para futuro aumento de capital com a controlada no montante de R\$ 59.142. As demais 52 debêntures que permaneceram em tesouraria foram canceladas em janeiro de 2011.

Em março de 2011 as debêntures cujos vencimentos eram em 1º de abril de 2013, 2014 e 2015, foram integralmente liquidadas.

LF Tel (valores não proporcionalizados)

Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta LF Tel, realizada em 15 de abril de 2008, foi aprovado o cancelamento da segunda emissão de debêntures, deliberada na AGE de 24 de maio de 2004, em todos os seus termos e condições, e aprovada a terceira emissão de 665.000 debêntures permutáveis, com garantia real, não conversíveis em ações, em quatro séries, no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 665.000. Essas debêntures são nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, e foram emitidas para subscrição privada, com a garantia real representada por penhor da totalidade: (i) das ações ordinárias de emissão da Telemar Participações S.A., de propriedade da controlada indireta LF Tel, inclusive as que vierem a ser por ela adquiridas; e (ii) das ações de emissão de sociedade detentora de ações da Telemar Participações S.A., e das ações alvo e ações alvo adicionais que vierem a ser adquiridas pela controlada indireta LF Tel, com os recursos do Contrato de Penhor celebrado com o Debenturista. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 15 de fevereiro de 2008, e foram emitidas em quatro séries, sendo: (i) a 1a. série composta de 365.000 debêntures; e (ii) a 2a., 3a., e 4a. séries compostas de 100.000 debêntures cada uma.

Em 2 de julho de 2008, em substituição à terceira emissão de debêntures, foi celebrado o Contrato de Debêntures do Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão Privada de Debêntures, para a emissão de 665.000 debêntures, com garantia real, não conversíveis em ações, em série única, no valor nominal de R\$ 1.000,00, totalizando R\$ 665.000. Essas debêntures são nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas ou certificados, e foram emitidas para subscrição privada, com garantia real representada por penhor da totalidade: (i) das ações ordinárias de emissão da Telemar Participações S.A., de propriedade da controlada indireta LF Tel, inclusive as que vierem a ser por ela adquiridas; e (ii) das ações que foram adquiridas no mercado, pela controlada indireta LF Tel, com os recursos provenientes da terceira emissão de debêntures. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures é 15 de fevereiro de 2008. As debêntures são atualizadas pela variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido de juros prefixados correspondentes a 5% a.a., base 252 dias úteis, desde a data da emissão até a data de seu efetivo pagamento. O principal possui vencimento a partir de 30 de outubro de 2011 até 30 de abril de 2020. As debêntures possuem cláusula de Opção de Compra de ações adquiridas pela controlada indireta LF Tel no mercado (11.409.200 ações da TNLP4), que poderá ser exercida a qualquer tempo pelo Debenturista no prazo de até 147 (cento e quarenta e sete) meses contados da data da

Notas Explicativas

emissão, sem prejuízo do cronograma de resgate programado das debêntures associadas à Opção de Compra. O preço de exercício de cada opção será definido pelo quociente da divisão do valor nominal unitário de cada debênture, acrescido da atualização monetária, na data do exercício, pela quantidade de ações objeto de cada Opção de Compra.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Telemar, realizada em 15 de março de 2011, foi aprovada a nona emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 5 séries, da espécie com garantia real, no valor principal de até R\$ 180.000, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos do Art. 52 e seguintes da Lei das S.A. e demais disposições legais aplicáveis, incluindo a Instrução Normativa da CVM no. 476 de 16 de janeiro de 2009. As debêntures foram emitidas em 31 de março de 2011, em 5 séries distintas, sendo a 1ª no valor de R\$ 41.249 com vencimento em 31 de março de 2015, a 2ª no valor de R\$ 38.254 com vencimento em 31 de março de 2016, a 3ª no valor de R\$ 35.671 com vencimento em 31 de março de 2017, a 4ª no valor de R\$ 33.403 com vencimento em 2 de abril de 2018 e a 5ª no valor de R\$ 31.422, com vencimento em 1 de abril de 2019, sendo emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados e serão escrituradas junto ao banco mandatário da emissão (Banco Votorantim S.A.). As debêntures farão jus a uma remuneração pré-fixada equivalente a 11,3568% ao ano, calculada de forma linear com base em um ano de 365 dias, incidente sobre o valor nominal unitário das debêntures, desde a data efetiva da integralização das debêntures, até a data do pagamento pela emissora.

Em Assembleia Geral Ordinária da controlada indireta Telemar, realizada em 8 de abril de 2008, foi aprovada a oitava emissão pública de 161.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 1.610.000. Essas debêntures foram integralmente colocadas no mercado em 4 de julho de 2008 pelo valor de R\$1.654.050. As debêntures da 1ª série, totalizando 115.000 debêntures, serão amortizadas em cinco parcelas anuais e sucessivas, cada parcela no valor de R\$ 2 por debênture, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2009 e o último no vencimento, em 15 de abril de 2013. A remuneração dessa 1ª série será de 1,40% a.a. acima da taxa DI, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2008 e o último no seu vencimento. As debêntures da 2ª série, totalizando 46.000 debêntures serão amortizadas em duas parcelas anuais e sucessivas, cada parcela no valor de R\$ 5 por debênture, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de abril de 2014 e o último no vencimento, em 15 de abril de 2015. A remuneração dessa 2ª série será de 1,55% a.a. acima da taxa DI, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2008 e o último no seu vencimento.

Esta emissão possui avaliações trimestrais de razões financeiras da controlada indireta Telemar e avaliação anual de razões financeiras de sua controlada direta TNL, que vêm sendo regularmente cumpridas.

Em 15 de abril de 2011, houve pagamento de amortização e juros sobre a 1ª série da 8ª Emissão debêntures no valor de R\$ 272.005 e pagamento de juros sobre a 2ª série, no valor de R\$ 28.364.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 23 de maio de 2011 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de maio de 2011, foi aprovada a terceira emissão pública, pela controlada indireta TNL, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476) no valor de R\$ 1.500.000 (valor unitário de R\$ 10), em série única. A data

Notas Explicativas

de emissão e subscrição da totalidade das notas foi 26 de maio de 2011. As 150 mil debêntures têm vencimento em 25 de maio de 2012 com remuneração de CDI + 0,65% a.a., e pagamento de juros e principal no vencimento final. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$ 231 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da controlada indireta TNL, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2010 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2010, foi aprovada a 2ª emissão pública, pela controlada indireta TMAR, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476) no valor de R\$ 1.500 milhões (valor unitário de R\$ 10 milhões), em série única. A data de emissão e subscrição da totalidade das notas foi 19 de agosto de 2010. As 150 debêntures com remuneração de CDI + 1,10% a.a., e pagamento de juros e principal no vencimento final foram liquidadas em 15 de fevereiro de 2011.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de agosto de 2010 e Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2010, foi aprovada a segunda emissão pública, pela controlada indireta TMAR, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476) no valor de R\$ 1.500 milhões (valor unitário de R\$ 10 milhões), em série única. A data de emissão e subscrição da totalidade das notas foi 19 de agosto de 2010. As 150 debêntures com remuneração de CDI + 1,10% a.a., e pagamento de juros e principal no vencimento final foram liquidadas em 15 de fevereiro de 2011.

Em 1 de junho de 2006, a controlada indireta BrT realizou sua quarta emissão pública de 108.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 1.080 milhão. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1 de junho de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um “spread” de 3,5% a.a. e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1 de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Em junho de 2011 foi amortizada a primeira parcela de principal mais os juros atualizados no montante total de R\$ 564.696.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 7 de março de 2006, foi aprovada a emissão pública, pela controlada indireta TMAR, de 216.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, no valor nominal unitário de R\$ 10, totalizando R\$ 2,2 bilhões, sendo a data de emissão 1 de março de 2006 e a data da colocação 27 de março de 2006. O prazo de vencimento das debêntures de 1ª série é de cinco anos e de 2ª série de sete anos, a contar da data de emissão, remuneradas a 103% a.a. da taxa de juros do CDI e a taxa de juros do CDI acrescida de “spread” de 0,55% a.a., respectivamente. Os juros são amortizados semestralmente. A 1ª série desta emissão venceu em março de 2011, sendo amortizado o montante total de R\$ 1.706.750.

As debêntures emitidas pelas controladas diretas e indiretas, não possuem cláusulas de repactuação.

(c) Ações preferenciais resgatáveis (valores não proporcionalizados)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2008 a controlada indireta Telemar aumentou o capital, mediante a emissão de 1.000.000 (um milhão) de novas ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1.239,61 (um mil, duzentos e

Notas Explicativas

trinta e nove reais e sessenta e um centavos) por ação, perfazendo um total de R\$1.239.616. As ações preferenciais ora emitidas foram integralmente subscritas e integralizadas pelo acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

As ações preferenciais gozam das seguintes preferências, direitos e vantagens:

- (i) Prioridade na distribuição de dividendo fixo, cumulativo, no valor em moeda corrente equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano sobre o preço de emissão por ação corrigido monetariamente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, a ser pago até o dia 30 de abril de cada exercício social, mesmo no exercício em que acontecer o resgate, sendo que, neste caso, o montante a ser distribuído calculado *pro rata die* até a data do efetivo resgate;
- (ii) Serão resgatáveis pelo valor correspondente a seu preço de emissão, reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA a partir da data de integralização das ações até a data do efetivo resgate, e ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações, ou qualquer outro que venha a substituí-lo, observado as datas e as quantidades abaixo para tal resgate (“Resgate Programado”):

<u>Data Resgate</u>	<u>Quantidade</u>	<u>% do Total</u>
30/04/2011	66.666	6,67%
30/10/2011	66.666	6,67%
30/04/2012	66.666	6,67%
30/10/2012	66.666	6,67%
30/04/2013	66.666	6,67%
30/10/2013	66.667	6,67%
30/04/2014	66.667	6,67%
30/10/2014	66.667	6,67%
30/04/2015	66.667	6,67%
30/10/2015	66.667	6,67%
30/04/2016	66.667	6,67%
30/10/2016	66.667	6,67%
30/04/2017	66.667	6,67%
30/10/2017	66.667	6,67%
30/04/2018	66.667	6,67%
Total	1.000.000	100%

- (iii) O pagamento do resgate das ações preferenciais poderá, a exclusivo critério de seus titulares, ser efetuado através de pagamento em ações (“Resgate em Ações”), mediante a entrega, pela controlada indireta Telemar, ao acionista que desejar resgatar suas ações, para cada ação preferencial de emissão da TNL objeto do resgate, de 12,243116 ações preferenciais classe “A” de emissão de Telemar Norte Leste S.A. (“Ações TMAR5”) de que a controlada indireta Telemar for titular, a partir do momento em que tais ações estiverem desoneradas, observado, entretanto, que a controlada indireta Telemar deverá obter a desoneração até as datas e nas quantidades mínimas previstas no cronograma constante da tabela abaixo:

<u>Data Máxima</u>	<u>Quantidade mínima a estar desonerada</u>
25/04/2011	1.224.311
25/10/2011	2.244.571
25/04/2012	3.468.882

Notas Explicativas

25/10/2012	4.693.193
25/04/2013	6.121.556
25/10/2013	7.141.816
25/04/2014	8.162.076
25/10/2014	9.182.336
25/04/2015	10.202.596
25/10/2015	11.222.856
25/04/2016	12.243.116

Após o recebimento de notificação do titular das ações preferenciais, a controlada indireta Telemar deverá, no prazo de até 15 (quinze) dias, tomar todas as providências necessárias para operacionalizar o Resgate em Ações, transferindo, para o titular das ações preferenciais, as Ações TMAR5 de sua titularidade na quantidade indicada na relação de troca prevista acima, procedendo ao imediato cancelamento das ações preferenciais objeto do resgate.

- (iv) Caso as Ações TMAR5 de titularidade da controlada indireta Telemar estejam oneradas ou gravadas no momento em que o acionista detentor das ações preferenciais notificar a controlada indireta Telemar para promover o Resgate em Ações, a controlada indireta Telemar deverá cientificar tal acionista dessa circunstância, e este a seu exclusivo critério poderá (i) optar por promover o Resgate em Ações sobre a quantidade de Ações TMAR5 eventualmente disponíveis, postergando a data do Resgate em Ações do saldo remanescente até a nova data que o acionista detentor das ações preferenciais estipular ou (ii) conceder à controlada indireta Telemar um prazo de no máximo 30 (trinta) dias para disponibilizar Ações TMAR5, livres e desembaraçadas, na quantidade necessária para promover integralmente o Resgate em Ações. Nas hipóteses acima, a controlada indireta Telemar deverá transferir ao acionista detentor das ações preferenciais, ainda, quando do efetivo resgate, quaisquer valores recebidos a título de dividendos ou juros sobre capital próprio atribuíveis às Ações TMAR5 cuja data de entrega tenha sido postergada pela não liberação pela controlada indireta Telemar dos gravames nos prazos previstos acima.
- (v) O pagamento do resgate das ações preferenciais poderá, a critério da controlada indireta Telemar, ser efetuado através de pagamento em ações, mediante a entrega, pela controlada indireta Telemar, ao acionista que desejar resgatar suas ações, de Ações TMAR5 de que a controlada indireta Telemar for titular, em qualquer tempo, na hipótese de (a) a média da cotação das Ações TMAR5 dos 40 pregões anteriores à data de notificação para resgate das ações preferenciais seja de, no mínimo, R\$ 141,75 (cento e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos), corrigidos pelo IPCA a partir da data de emissão das ações preferenciais, e desde que nesse período as Ações TMAR5 não tenham passado a ser negociadas sem direito a dividendos (*ex-dividendos*); e (b) as Ações TMAR5 que deverão ser entregues ao detentor das ações preferenciais como pagamento do resgate estejam livres, desoneradas e sem qualquer gravame. Neste caso, para cada ação preferencial de emissão da controlada indireta Telemar que seja objeto do resgate, serão entregues 12,243116 Ações TMAR5 de que a controlada indireta Telemar for titular.
- (vi) Serão conversíveis em ações ordinárias, a qualquer tempo, à livre opção de seus titulares, reunidos em assembleia convocada para este fim, na hipótese de a controlada indireta Telemar com base na relação de 1 ação preferencial para 1.866,672409 ações ordinárias de emissão da controlada indireta Telemar, caso: (a) o Resgate Programado não tenha ocorrido, total ou parcialmente; (b) o Resgate em Ações não tenha ocorrido, total ou parcialmente; (c) o dividendo fixo das ações preferenciais não tenha sido pago; e (d) a controlada indireta Telemar descumpra a obrigação de depositar na conta vinculada a

Notas Explicativas

quantia destinada ao Fundo de Resgate, para o qual serão destinados os recursos financeiros recebidos a título de dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos de suas controladas. Neste caso, a relação de troca estabelecida será de 1.866,672409 ações ordinárias de emissão da controlada indireta Telemar para cada ação preferencial; e

- (vii) Não terão direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral da controlada indireta Telemar.

A cada ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, corresponde o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Em virtude da adoção das normas internacionais de contabilidade, a controlada indireta Telemar reclassificou o montante das ações preferenciais resgatáveis do patrimônio líquido para o passivo e reconheceu a atualização monetária e os dividendos fixos no resultado do exercício na rubrica de despesas financeiras.

No período findo em 30 de junho de 2011, o montante da dívida é de R\$ 1.413.082, sendo R\$ 231.415 reconhecido no passivo circulante e R\$ 1.181.667 no passivo não circulante.

De acordo com o prazo de programação da dívida, as parcelas de curto prazo serão liquidadas nos meses de abril e novembro de 2011.

Conforme previsto no Artigo 40 do Estatuto Social da controlada indireta Telemar, foi destinada à reserva de fundo de resgate o montante que considera o valor a ser pago nos próximos 12 meses mais os valores de dividendos fixos pagos nos exercícios de 2009 e 2010.

Em 29 de abril de 2011, foram resgatadas, pelo BNDESPAR, 66.666 ações preferenciais pelo BNDESPAR, no valor de R\$ 82.640, acrescida de juros no montante de R\$ 15.265. Nesta mesma data, foi realizado o pagamento dos dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis referentes ao exercício de 2010, no montante de R\$ 71.306. As ações preferenciais resgatadas encontram-se em tesouraria.

(d) Usufruto de ações (valores não proporcionalizados)

Em 22 de março de 2011, a controlada indireta Telemar celebrou com o Banco Votorantim S.A. (“Votorantim”) o Instrumento Particular de Constituição de Usufruto Oneroso (“Usufruto”) sobre 150.000 ações preferenciais da sua subsidiária integral Valverde, em favor do Votorantim, mediante pagamento, pelo Votorantim, no valor de R\$ 120.000.

Cada uma das ações, objeto do Usufruto, fará jus ao pagamento de dividendos fixos, prioritários e cumulativos, que serão equivalentes ao montante resultado da variação do CDI, acrescida da taxa efetiva de 1% a.a., *pro rata temporis*, multiplicado pelo valor de integralização de cada uma das ações, até o efetivo pagamento, nos termos do estatuto social da Valverde. Caso os dividendos fixos não sejam pagos nas datas estabelecidas no estatuto social da Valverde, a variação do CDI será acrescida de taxa equivalente de 2,5% a.a. até o seu efetivo pagamento.

O Usufruto vigorará até o dia 31 de março de 2019. Caso o Votorantim não tenha recebido durante o prazo do Usufruto pelo menos a quantia de R\$ 120.000, ou caso não sejam pagos os dividendos fixos cumulativos durante o prazo de vigência do usufruto, o Usufruto permanecerá válido até o pagamento do referido valor, pelo prazo máximo de 30 anos.

Notas Explicativas

Em 30 de março de 2011, a controlada indireta Telemar celebrou com o Banco Itaú BBA S/A (“IBBA”) o Instrumento Particular de Constituição de Usufruto Oneroso (“Usufruto IBBA”) sobre 19.069.120 ações ordinárias nominativas (TNLP3), de sua titularidade, em favor do IBBA, mediante pagamento, pelo IBBA, no valor de R\$ 300.000.

O Usufruto IBBA terá o prazo de duração de 15 anos e será remunerado através da CDI mais *spread* de 1,37% a.a., caso o usufruto seja liquidado, total ou parcialmente, através (i) do pagamento de Juros Sobre Capital Próprio (“JSCP”), ou (ii) através do pagamento de penalidade de natureza compensatória, motivada por (a) mudança de controle acionário direto ou indireto; (b) quaisquer mudanças que resultem na impossibilidade de a controlada indireta Telemar atingir as metas estabelecidas no *business plan*, será aplicado um aumento de 1% a.a. na taxa interna de retorno mínimo, elevando-se, portanto, a CDI + 2,37% a.a. sobre as parcelas liquidadas nas modalidades acima.

Em 5 de maio de 2011 houve um pagamento de amortização e encargos do uso fruto no montante de R\$ 11.302, devido ao recebimento de dividendos da TNL.

O IBBA fará jus ao recebimento direto de todos os proventos das ações que serão pagos pela controlada indireta TNL, que serão creditados diretamente à sua conta corrente pela própria controlada indireta TNL.

(f) Garantias

Companhia

O empréstimo contratado pela Companhia junto ao Banco Bradesco S.A. possui como garantia as ações de emissão da controlada indireta LF Tel S.A.

Iguatemi

Os contratos de abertura de crédito com o BNDES no valor total de R\$ 20.000 têm como garantia, promissórias avalizadas pela Companhia.

Em conjunto com o financiamento obtido em 8 agosto de 2006 com Banco Santander foi celebrado com o Banco Santander o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, por meio do qual a controlada Iguatemi cedeu fiduciariamente em garantia ao Banco Santander os direitos creditórios cabíveis em virtude de sua participação no PBSC, e que correspondem ao percentual de 4,718% dos valores líquidos distribuídos à Iguatemi mensalmente pela administradora do Condomínio Civil do Praia de Belas.

Como garantia do empréstimo obtido com Banco Santander em 31 de agosto de 2006, a controlada Iguatemi alienou ao Banco Santander, em caráter fiduciário: (i) os imóveis, objeto do financiamento (sua participação de 20%), bem como todas as benfeitorias e cessões que venham a ser acrescidos a estes; (ii) a fração ideal de 3,1% de cada um dos imóveis descritos no contrato, integrantes do Praia de Belas; e (iii) a cessão fiduciária dos créditos de que a controlada Iguatemi é e será titular no empreendimento PBSC. A controlada Iguatemi apresentou ao credor apólice de seguros relativa à cobertura de danos físicos sobre 100% do imóvel dado em garantia, cujo valor corresponde a R\$

Notas Explicativas

118.569 com vencimento em 28 de setembro de 2009, obrigando-se a manter o seguro em vigor, no valor mínimo anteriormente mencionado, até que o financiamento seja integralmente quitado.

Em contrapartida, pelo pagamento da dívida decorrente do financiamento com Banco Santander obtido em 27 de outubro de 2006, a controlada Iguatemi celebrou com esta instituição financeira Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, por meio do qual a Iguatemi cedeu fiduciariamente em garantia ao Banco Santander os direitos creditórios cabíveis em virtude de sua participação no PBSC, e que correspondem ao percentual de 4,718% dos valores líquidos distribuídos à controlada Iguatemi mensalmente pela administradora do Condomínio Civil do Praia de Belas.

Para o empréstimo com o Banco Santander celebrado em 30 de dezembro de 2008, aditado em 25 de junho de 2009, a controlada Iguatemi apresentou como garantia o imóvel denominado MPT-I, contemplando os conjuntos 41, 51, 61, 71, 81, 91, 101, 111, 121, 131, 141 e 151, e 45% das matrículas individualizadas dos imóveis que constituem o empreendimento denominado MPSC.

Para o empréstimo com o Banco Bradesco celebrado em 25 de setembro de 2009, a controlada Iguatemi apresentou o imóvel denominado Condomínio Iguatemi Alphaville registrado na matrícula 138.678 do Registro e Imóveis de Barueri, que recai sobre o domínio útil do terreno urbano integrante do Quinhão 3 do Sítio Tamboré localizado em Barueri/SP constituídos pelos lotes 12.1, 12.2, 12.3 e 12.4 da quadra n.02 do arruamento denominado “Alphaville Centro Industrial e Empresarial”.

Para o financiamento celebrado com o Banco Itau S.A. em 31 de março de 2010, a controlada Iguatemi apresentou como garantia, a fração ideal de 60,66% das unidades autônomas descritas na Cédula de Crédito Bancário de Abertura de Crédito para Construção de Empreendimento imobiliário com garantia Hipotecária e Outras Avenças, imóvel denominado Condomínio Shopping Center Iguatemi Rio registrado nas matrículas 53705 a 53917 do 10º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro.

LF Tel

As debêntures de emissão da controlada indireta LF Tel possuem garantia real representada por penhor da totalidade: (i) das ações ordinárias de emissão da Telemar Participações S.A., de sua propriedade, inclusive as que vierem a ser adquiridas; e (ii) das ações que foram adquiridas no mercado (11.409.200 ações da TNLP4), pela controlada indireta LF Tel, com os recursos provenientes da terceira emissão de debêntures.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

As debêntures emitidas pela controlada indireta Telemar, referentes à nona emissão e o Usufruto, possuem garantia através de alienação fiduciária de 850.000 ações ordinárias e 150.000 ações preferenciais da Valverde, de titularidade da controlada indireta Telemar, bem como os direitos creditórios de sua titularidade decorrentes dos dividendos, JSCP e/ou quaisquer outros proventos relacionados às ações alienadas fiduciariamente, nos termos no Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia.

As debêntures emitidas pela controlada indireta Telemar, referentes à oitava emissão, possuem garantia real, na forma do disposto no Artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, estando garantidas por penhor de ações de emissão da TNL, de titularidade da emissora.

Notas Explicativas

O Usufruto IBBA possui como garantia o penhor de ações representativas do capital da TNL em valor equivalente a 100% do saldo devedor (valor principal sacado acrescido de juros).

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis das controladas indiretas TMAR, Oi, BrT e BrT Celular e aval da controladora e das companhias, no montante de R\$ 5.777.688. Os empréstimos do Banco do Nordeste do Brasil S.A. possuem garantias em recebíveis das controladas indiretas TMAR e Oi e aval das controladas indiretas TNL e TMAR, no montante de R\$ 416.691.

Certos empréstimos e financiamentos contraídos, pela controlada indireta BrT e suas controladas, estão garantidos por cauções de direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de telefonia fixa, avais e fianças das controladas indiretas TNL e TMAR.

As debêntures públicas, emitidas pela controlada indireta BrT, possuem garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela controlada indireta TNL.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Os empréstimos obtidos pela controlada indireta CTX com os Bancos Itaú BBA e Votorantim estão garantidos pelo penhor das ações de emissão da Contax Participações

A controlada indireta Contax, no financiamento celebrado com o BNDES em agosto de 2007, por opção contratual, apresentou garantias através de fianças de instituições financeiras, não sendo neste caso, aplicáveis as estruturas de recebíveis e de cláusulas restritivas (*financial covenants*) em 30 de junho de 2011. Os custos relativos a essas fianças totalizaram R\$ 417 (R\$ 743 em 30 de junho 2010).

Em garantia ao financiamento obtido com o BNDES em março de 2010, a controlada indireta Contax oferece os direitos creditórios provenientes do Contrato de Prestação de Serviços firmado com a Oi Fixa, TNL PCS S/A (“Oi Móvel”) e a Telemar Internet Ltda.

(g) Arrendamento mercantil

As obrigações pelos contratos de arrendamento mercantil financeiro possuem prazo de pagamento que variam entre 12 e 60 meses e estão registradas pelo seu valor presente. Os encargos financeiros, que se referem, substancialmente, à variação do CDI, são registrados no resultado do período das controladas durante o prazo do arrendamento.

O valor presente dos pagamentos mínimos futuros está distribuído da seguinte maneira:

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Até um ano	293	1.160
Mais de um ano e até cinco anos	146	
	<u>439</u>	<u>1.160</u>

Notas Explicativas

(h) “Covenants”

Companhia

O empréstimo da Companhia com o Bradesco S.A. possuem cláusulas contratuais que prevêm o vencimento antecipado do saldo devedor estão abaixo sumarizadas:

- Inadimplemento de quaisquer obrigações da Companhia e seus avalistas;
- Ocorrência, na Companhia ou seus avalistas, de protestos de títulos de valor individual ou agregado superior a 10% do valor do saldo devedor do empréstimo;
- Existência de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar o imóvel oferecido como garantia;
- Não substituição de qualquer um dos avalistas que se encontrarem nas situações acima mencionadas.
- Alienação, transferência ou cessão, total ou parcial, de percentual igual ou superior a 20% de sua participação acionária na Jereissati Telecom S.A., LF Tel S.A. e Telemar Participações S.A.

Essas cláusulas contratuais foram cumpridas em 30 de junho de 2011.

Iguatemi

Parte dos contratos de financiamento e debênture obtidos pela controlada Iguatemi possuem cláusulas contratuais que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e manutenção de saldos mínimos recebíveis em uma conta corrente. Essas cláusulas contratuais foram cumpridas em 30 de junho de 2011.

LF Tel

Até a integral liquidação das debêntures, a controlada indireta LF Tel possui obrigações e restrições de natureza societária, contábil e financeira previstas na cláusula 8 do Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão Privada de Debêntures. Em 30 de junho de 2011 todas as obrigações foram atendidas. As principais são:

- incorrer em endividamento adicional;
- prestar garantias;
- dar bens em garantia;
- vender ou dispor de ativos; e
- fazer certas aquisições, fusões e reestruturações.

Notas Explicativas

Grupo de Telecomunicações

As emissões de debêntures da controlada indireta Telemar exigem cumprimento de índices financeiros que são apurados em bases trimestrais e anuais, conforme cláusula específica das respectivas escrituras de emissão.

Os contratos de financiamentos com o BNDES, com outras instituições financeiras e as emissões de Debêntures, das controladas indiretas TMAR, Oi, BrT e BrT Celular, exigem cumprimento de índices financeiros. Os índices financeiros nos contratos com o BNDES são apurados semestralmente, em junho e dezembro. Os demais são apurados trimestralmente.

No fechamento das Informações Trimestrais de 30 de junho de 2011 todos os índices foram cumpridos.

Grupo de Contact Center e Cobrança

De acordo com cláusulas contratuais do financiamento da controlada indireta Contax obtido com o BNDES em março de 2010, a controlada indireta Contax deverá manter, durante a vigência do presente contrato, Índice de Cobertura do Serviço da Dívida ("Índice") igual ou maior que 1,65, sendo:

a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida calculado pela divisão do Lucro Antes de Imposto de Renda, Juros, Depreciação e Amortização (LAJIDA), também conhecido como Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization - EBITDA, pelo Serviço da Dívida, em base semestral;

b) LAJIDA (EBITDA) equivale ao resultado operacional antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social e despesas com depreciação e amortização, no semestre;

c) Serviço da Dívida equivale ao montante da dívida efetivamente pago aos credores a título de amortização de principal e juros, no semestre.

Em 30 de junho de 2011, a controlada indireta Contax revisou a cláusula restritiva referente a este contrato de financiamento, e concluiu que cumpria o referido Índice.

(i) Linhas de crédito contratadas e não utilizadas (valores não proporcionalizados)

Iguatemi

Em 5 de outubro de 2010, a controlada Iguatemi contratou financiamento com o BNDES, no valor de R\$ 89.798, para a construção do JK Iguatemi. O financiamento tem taxa de TJLP + 3,82% a.a., totalizando 9,82% a.a., sobre obra civil e instalações e de 5,5% a.a sobre equipamentos nacionais e TJLP sobre investimentos sociais. A carência é de 24 meses após a data da assinatura com amortização de 60 meses. Até 30 de junho de 2011 tinham sido liberados R\$ 46.086.

Em 6 de julho de 2010, a controlada indireta SCIALPHA contratou financiamento com o BNDES, no valor de R\$ 138.760, para a construção do Shopping Iguatemi Alphaville. O financiamento tem taxa de TJLP + 3,45% a.a., totalizando 9,45% a.a., sobre obra civil e instalações e de 4,5% a.a sobre

Notas Explicativas

equipamentos nacionais. A carência é de 24 meses após a data da assinatura com amortização de 60 meses. Até 30 de junho de 2011 tinham sido liberados R\$ 138.260. O Shopping Iguatemi Alphaville foi inaugurado em abril de 2011.

Com o objetivo de construir o JK Iguatemi, a controlada Iguatemi celebrou um financiamento com o Banco Itau S.A. em 31 de março de 2010, no valor total de R\$ 60.000. Até 30 de junho de 2011, foram liberados R\$ 45.128. A amortização ocorrerá no prazo de 76 meses a partir de 10 de dezembro de 2013, através do Sistema de Amortização Constante - SAC.

Com o objetivo de construir o Shopping Iguatemi Alphaville, a controlada indireta SCIALPHA celebrou um financiamento com o Banco Bradesco S.A. em 25 de setembro de 2009, no valor total de R\$ 90.000. Até 30 de junho de 2011, foram liberados R\$ 85.515. A amortização ocorrerá no prazo de 90 meses a partir de 25 de abril de 2012, através do Sistema de Amortização Constante - SAC.

Com o objetivo de construir o SCIBRA, a controlada Iguatemi celebrou um financiamento com o Banco Santander em 30 de dezembro de 2008, aditado em 25 de junho de 2009, no valor total de R\$ 97.519. Até 30 de junho de 2011, foram liberados R\$ 97.470. A amortização ocorrerá no prazo de 115 meses a partir de 25 de junho de 2010, através do Sistema de Amortização Constante - SAC.

Grupo de Telecomunicações

Em junho de 2011 a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto ao Deutsche Bank tendo a EKN – “Exportkreditnämnden” (the Swedish Export Credits Guarantee Board) como “export credit agency”, no valor de US\$ 103,4 milhões em dois “tranches” com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. O vencimento dos encargos financeiros da primeira “tranche” será semestral entre agosto de 2011 até fevereiro de 2020 e o principal da primeira “tranche” será pago em 17 prestações semestrais a partir de fevereiro de 2012. O vencimento dos encargos financeiros da segunda “tranche” será semestral entre fevereiro de 2013 até fevereiro de 2021 e o principal da segunda “tranche” será pago em 17 prestações semestrais a partir de fevereiro de 2013. A operação tem juros de 2,21% a.a.

Em junho de 2011 a controlada indireta TMAR assinou contrato de linha de crédito junto ao China Development Bank, no valor de US\$ 500 milhões e poderá ser usada para o refinanciamento de dívidas. A operação tem juros de Libor + 2,30% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral e o principal vencerá em cinco prestações semestrais escalonadas a partir de janeiro de 2012.

Em AGE, realizada em 18 de fevereiro de 2011, foi aprovada a emissão privada, pela controlada indireta TMAR, de 446.481 debêntures conversíveis em ações preferenciais classe A (TMAR5), em série única, no valor nominal unitário de R\$ 1, totalizando R\$ 446.481. As debêntures são remuneradas pela TJLP + 1,65% a.a. e possuem prazo de até 240 meses. A emissão decorre de uma obrigatoriedade para contratação de financiamento junto ao BASA, mediante a utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (“FDA”), para realização do plano de investimentos na região da Amazônia Legal. O projeto objetiva promover a modernização e melhoria da atual rede de comunicação da controlada indireta TMAR, atendendo a novos municípios, ampliando a capacidade nas regiões onde hoje há cobertura, assim como a evolução da rede existente, permitindo oferecer novos tipos de serviços. A controlada indireta TMAR ainda não emitiu estas debêntures, não tendo, portanto, recebido os respectivos recursos.

Notas Explicativas

Em setembro de 2010 a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto ao Export-Import Bank of China no valor de US\$ 100 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. A operação tem juros de Libor+2,00% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral e o principal vencerá em 16 prestações semestrais a partir de março de 2013.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Contax, realizada em 21 de junho de 2011, foi aprovada a emissão de notas promissórias da Contax, no montante de R\$ 230.000 em série única (“Notas Promissórias”), para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº476/09, que trata das ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários no mercado (“Emissão”). As Notas Promissórias possuem as seguintes principais características:

- Valor total da Emissão: R\$ 230.000;
- Data de Emissão: data em que ocorrer a subscrição e integralização das Notas Promissórias;
- Quantidade de Notas Promissórias: 115, ao valor nominal unitário de R\$ 2.000 cada;
- Data de Vencimento: 180 dias a contar da Data de Emissão.

Sobre as Notas Promissórias incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-grupo (“Taxa DI”). Os juros remuneratórios incidirão sobre o valor nominal unitário de cada uma das Notas Promissórias, desde a data de emissão até a respectiva data do efetivo pagamento. As Notas Promissórias não farão jus a nenhum tipo de garantia, aval ou preferência.

A futura emissão de dívida faz parte da estratégia financeira da controlada indireta Contax de aprimoramento de seus indicadores financeiros de liquidez (i.e., alongamento do perfil da dívida). As informações financeiras consolidadas referentes ao trimestre e período de seis meses findo em 30 de junho de 2011 refletem o impacto da aquisição do Grupo Allus, com o decréscimo das disponibilidades da controlada indireta Contax e consequente incremento de seu passivo circulante e não circulante em função das obrigações assumidas com a referida aquisição. Em 30 de junho de 2011, a controlada indireta Contax apresenta capital circulante líquido negativo consolidado no montante de R\$ 192.580 (capital circulante líquido positivo de R\$ 79.331 em 31 de dezembro de 2010).

Em março de 2010, a controlada indireta Contax firmou contrato de financiamento com o BNDES no montante de R\$ 323.552, dividido em dois subcréditos: Subcrédito “A”, no montante de R\$ 281.455 e Subcrédito “B”, no montante de R\$ 42.097. Sobre o montante do principal do subcrédito “A” incidirão juros de 1,73% a.a. acrescidos da variação da TJLP acrescida de 1% a.a., enquanto sobre o subcrédito “B” incidirão juros de 4,5% a.a. O principal da dívida será liquidado em 60 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira parcela em 15 de outubro de 2011 e a última em 15 de setembro de 2016. O vencimento dos encargos financeiros será trimestral no período de março de 2010 a setembro de 2011, passando a ser mensal a partir de outubro de 2011. Até 30 de junho de 2011 tinham sido liberados R\$ 261.776, sendo R\$ 80.888 durante o primeiro semestre de 2011. No primeiro semestre de 2011 foram amortizados R\$ 8.238 referente a juros do subcrédito “A” e R\$ 644 referente a juros do subcrédito “B”.

Notas Explicativas

20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Ativos		
Contratos de "swap" - cambial	10.298	10.536
Contratos de "swap" - taxa de juros	389	161
Contratos de "Non Deliverable Forward" - NDF	2.653	2.859
Contratos de Opção	-	1.065
	<u>13.340</u>	<u>14.621</u>
Circulante	8.755	9.573
Não circulante	4.585	5.048
	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Passivos		
Contratos de "swap" - cambial	129.236	159.196
Contratos de "swap" - taxa de juros	2.160	3.495
Contratos de "Non Deliverable Forward" - NDF	44.509	23.286
	<u>175.905</u>	<u>185.977</u>
Circulante	115.451	123.867
Não circulante	60.454	62.110

A partir de 1 de janeiro de 2011, a controlada indireta TMAR e sua controlada indireta BrT adotaram dentre suas políticas contábeis a contabilidade de “*hedge*”. Os efeitos decorrentes da referida adoção se encontram descritos na Nota 3.

21 AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
SMP	276.803	429.427
Concessões do STFC	-	34.447
Outras Autorizações	-	812
	<u>276.803</u>	<u>464.686</u>
Circulante	61.099	116.340
Não circulante	215.704	348.346

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviço STFC, obtidas através de leilões. No período não ocorreram novas aquisições.

Notas Explicativas

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Até 31 de dezembro de:	Consolidado
2011	4.925
2012	58.310
2013	53.011
2014	53.265
2015	53.265
2016	53.265
2017	254
2018	254
2019	254
Total	<u>276.803</u>

22 PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

PAES – REFIS II

A controlada indireta TNL e suas controladas TMAR, Oi e iG Brasil aderiram ao PAES – Parcelamento Especial (também conhecido como REFIS II – Programa de Refinanciamento Fiscal II), disciplinado pela Lei nº 10.684/2003, inscrevendo parte substancial dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 28 de fevereiro de 2003.

Conforme previsto no art. 7º da referida Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do PAES, podendo ser excluídas do programa caso atrasem esses pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer.

A RFB – Receita Federal do Brasil e a PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional incluíram indevidamente diversos débitos das controladas indiretas TNL, TMAR e Oi no PAES, de modo que o saldo dos referidos parcelamentos foi consolidado em valor superior àquele incluído pelas empresas.

As controladas indiretas TMAR e Oi optaram pela discussão judicial das diferenças apontadas pela RFB e PGFN. No caso da Oi o parcelamento já se encontra liquidado, persistindo a discussão apenas para a controlada indireta TMAR.

As controladas indiretas BrT e iG Brasil possuíam saldos decorrentes da inclusão de débitos federais vencidos até 29/02/2000 em programa de refinanciamento, este regulado pela Lei nº 9.964/2000 (também conhecido como REFIS I).

Com a edição do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 (REFIS 4), os saldos de parcelamentos das controladas indiretas TNL, BrT, iG Brasil e TMAR foram migrados, conforme abaixo.

Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009

Iguatemi

Notas Explicativas

Em 30 de novembro de 2009, a controlada Iguatemi e suas controladas aderiram ao parcelamento de débitos perante a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no montante total de R\$10.095. Após a consolidação dos débitos, que ocorreu em junho de 2011, o montante passou a ser R\$ 5.189. A controlada Iguatemi optou pelo pagamento desses débitos em 30 meses e não irá utilizar-se de créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social para liquidação de juros e multas.

LF Tel

Em 30 de novembro de 2009, a LF Tel aderiu ao parcelamento de débitos perante a Receita Federal e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, no montante total de R\$ 1.628 (valor não proporcionalizado). Após a consolidação dos débitos, que ocorreu em junho de 2011, o montante passou a ser R\$ 1.376, tendo optado pelo pagamento desses débitos em 30 meses. Este montante permanece classificado como passivo circulante.

As principais teses inseridas no programa foram:

- Reparcamentos de PIS e COFINS, anteriormente existentes.
- Valores relativos ao PIS e COFINS devidos s/ receita de juros sobre o capital próprio.

Grupo de Telecomunicações

A controlada indireta TNL e várias de suas controladas aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos administrados pela RFB e PGFN (débitos relativos a tributos federais, inclusive previdenciários) vencidos até 30 de novembro de 2008.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

A controladas indiretas TNL, BrT, iG Brasil e TMAR optaram por migrar os saldos dos parcelamentos especiais anteriores (REFIS e PAES) para o novo parcelamento. Para tanto, nos termos da Lei nº 11.941/2009, as empresas restabeleceram as respectivas dívidas nos montantes referentes ao momento anterior aos antigos parcelamentos e, posteriormente, aplicaram os redutores previstos na nova lei.

Os valores dos parcelamentos são compostos como segue:

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
PAES	2.936	47.947
Parcelamento da Lei 11.941/2009	189.763	162.976
	192.699	210.923
Circulante	19.778	15.952

Notas Explicativas

Não circulante

172.921

194.971

Os valores do PAES e do novo parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

	Consolidado			
	30/06/2011		31/12/2010	
	Principal	Multa	Juros	Total
COFINS/PIS	63.686	10.729	50.043	124.458
Imposto de renda	16.379	1.971	11.836	30.186
CPMF	2.873	288	1.531	4.692
IOF	7.071	731	3.850	11.652
INSS - SAT	1.684	634	3.381	5.699
Contribuição social	4.945	584	2.676	8.205
Outros	2.486	746	4.575	7.807
	<u>99.124</u>	<u>15.683</u>	<u>77.892</u>	<u>192.699</u>
				<u>210.923</u>

No que se refere à sua controlada indireta TMAR, como já mencionado, os débitos originariamente incluídos no PAES encontram-se refinanciados no âmbito do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/09 (REFIS 4). Os valores incluídos de ofício pela PGFN e RFB no PAES permanecem objeto de disputa judicial.

Em função de uma decisão judicial de primeira instância publicada ao final de março de 2011, a controlada indireta TMAR revisitou a avaliação da probabilidade de perda para essa disputa judicial, alterando-a de possível para provável. Consequentemente, a controlada indireta TMAR reconheceu no resultado a diferença, objeto da disputa, entre o valor incluído no PAES em 2003, com o qual a controlada indireta TMAR não concordava, e o novo programa de parcelamento. Em março de 2011 a controlada indireta TMAR reconheceu o principal em outras despesas operacionais, impactando o resultado consolidado em R\$ 8 milhões e registrou a atualização monetária líquida em despesas financeiras, impactando o resultado consolidado em R\$ 34 milhões.

Os pagamentos do REFIS e do Novo Parcelamento foram liquidados sem atraso, em consonância com a determinação da Instrução CVM nº 346/2000, que dispõe sobre a regularidade do pagamento como condição essencial para a manutenção das condições previstas no parcelamento.

Os valores do PAES são atualizados monetariamente pela variação da TJLP, e do Novo Parcelamento pela SELIC, tendo sido reconhecidos R\$ 18.184 (30/06/2010 – R\$ 9.758) no consolidado como “Despesas financeiras”, no período findo em 30 de junho de 2011 (vide Nota 7).

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Até 31 de dezembro de:	Consolidado
2011	10.481
2012	15.101
2013	15.101
2014	14.165
2015	14.166

Notas Explicativas

2016 a 2018	42.005
2019 a 2021	42.005
2022 a 2024	39.675
	<u>192.699</u>

23 PROVISÕES

(a) Composição do saldo

		Controladora		Consolidado	
		30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Tributárias (vide item (d) (1))					
(i)	ICMS	-	-	89.825	135.918
(ii)	FUNTTTEL	-	-	17.864	23.615
(iii)	ILL	-	-	9.168	12.118
(iv)	ISS	-	-	6.390	16.914
	INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	-	-	2.525	3.550
(v)		-	-	44.602	49.109
(vi)	Demais ações	278	278		
		<u>278</u>	<u>278</u>	<u>170.374</u>	<u>241.224</u>
Trabalhistas (vide item (d) (2))					
(i)	Horas extras	-	-	104.997	133.913
(ii)	Diferenças salariais	-	-	53.037	64.117
(iii)	Adicionais diversos	-	-	35.034	45.119
(iv)	Indenizações	-	-	25.416	37.613
(v)	Complemento de aposentadoria	-	-	15.636	20.545
(vi)	Verbas rescisórias	-	-	15.259	24.183
(vii)	Estabilidade/ Reintegração	-	-	14.960	17.468
(viii)	Subsidiariedade	-	-	14.833	19.392
(ix)	FGTS	-	-	6.495	8.544
(x)	Multas trabalhistas	-	-	4.003	5.723
(xi)	Honorários advocatícios/periciais	-	-	2.039	2.586
(xii)	Vínculo empregatício	-	-	805	1.424
(xiii)	Demais ações	6.589	5.309	35.954	37.079
		<u>6.589</u>	<u>5.309</u>	<u>328.468</u>	<u>417.706</u>
Cíveis (vide item (d) (3))					
(i)	Societário	-	-	375.722	528.026
(ii)	Estimativas ANATEL	-	-	78.804	106.093
(iii)	Multas ANATEL	-	-	61.074	76.683
(iv)	Juizados Especiais Cíveis	-	-	29.198	39.774
(v)	Caixa Econômica Federal	-	-	33.559	35.379
(vi)	Corella	-	-	9.963	10.228
(vii)	Demais ações	-	-	107.867	138.496
		-	-	696.187	934.679
		<u>6.867</u>	<u>5.587</u>	<u>1.195.029</u>	<u>1.593.609</u>
Circulante		-	-	273.739	369.934
Não circulante		6.867	5.587	921.290	1.223.675

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, as provisões para perdas em processos judiciais são mensalmente atualizadas monetariamente.

Notas Explicativas**(b) Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)**

	30/06/2011			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	170.374	328.468	696.187	1.195.029
Passivos contingentes	2.707.628	646.171	232.242	3.586.041

	31/12/2010			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	241.224	417.706	934.679	1.593.609
Passivos contingentes	3.408.562	688.448	309.214	4.406.224

(c) Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31/12/2010	241.224	417.706	934.679	1.593.609
Adições, líquidas de reversões	(54.739)	(85.093)	(206.279)	(346.111)
Baixas por pagamentos	(24.441)	(27.905)	(43.375)	(95.721)
Atualização monetária (Nota 7)	8.330	23.760	11.162	43.252
Saldo em 30/06/2011	<u>170.374</u>	<u>328.468</u>	<u>696.187</u>	<u>1.195.029</u>

(d) Provisões (consolidado) (valores não proporcionalizados)**(1) Tributárias:**

- (i) ICMS - Refere-se à provisão considerada suficiente pela Administração para fazer face a autuações fiscais diversas relacionadas à: (a) exigência de tributação de determinadas receitas pelo ICMS ao invés do ISS; (b) compensação e apropriação de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, inclusive necessários à manutenção da rede e (c) autuações relacionadas a descumprimento de obrigações acessórias.
- (ii) FUNTTEL - A provisão é relativa à alteração introduzida quanto à forma de cálculo do FUST pela súmula 7 da ANATEL (que deixou de permitir a exclusão das despesas relativas a EILD e interconexão da base de cálculo, inclusive retroativamente).
- (iii) ILL - A controlada indireta TMAR compensou o valor do ILL recolhido até o ano-calendário de 1992 com base em decisões do STF acerca da inconstitucionalidade do referido imposto.

Notas Explicativas

Entretanto, embora o mérito da discussão já esteja pacificado no âmbito dos tribunais superiores, uma provisão ainda é mantida tendo em vista que não existe decisão definitiva sobre os critérios de atualização daqueles créditos.

- (iv) ISS – Representado principalmente pela seguinte provisão: as controladas indiretas TMAR e a BrT mantém provisões para autuações fiscais relacionadas a questionamentos acerca da incidência da tributação de ISS sobre diversos serviços, como alugueis de equipamentos, de valor agregado e técnicos e administrativos.
- (v) INSS – Provisão relacionada, substancialmente, a parcela de perda provável das discussões de responsabilidade solidária e verbas indenizatórias.
- (vi) Demais ações - Refere-se, substancialmente, a provisões para fazer face a autuações fiscais de IPTU, no valor de R\$ 10.462 (31/12/2010 – R\$ 10.462), e a diversas autuações fiscais relacionadas à cobrança de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 1.336 (31/12/2010 - R\$ 1.562). Na controlada Iguatemi é ré em autuações relacionadas com a falta de recolhimento das contribuições ao PIS e à COFINS sobre a receita de aluguel em períodos anteriores a 1998. Em 30 de junho de 2011, os valores montam a R\$14.840 (31/12/2010 - R\$ 14.577) para a COFINS e R\$3.413 (31/12/2010 - R\$3.355) para o PIS. O processo administrativo da COFINS foi julgado na 2ª Instância da esfera administrativa e a Receita perdeu o recurso. Os processos judiciais (execuções fiscais) do PIS e da COFINS estão em fase de instrução processual na 1ª Instância. As demais autuações fiscais da controlada Iguatemi, referem-se substancialmente a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, Pis e Cofins, cuja controlada matem provisão para fazer face à potenciais perdas. Em 30 de junho, os valores montam R\$ 9.081 (31/12/2010 – R\$ 13.665). Na controlada indireta Contax, o questionamento refere-se principalmente à dedução do custo do ISS sobre a base de calculo para apuração de PIS/COFINS, no montante de R\$ 14.391 (31/12/2010 – R\$ 12.625) e à aplicação do multiplicador FAP – Fator Acidentário de Prevenção incidente sobre a alíquota do encargo previdenciário RAT – Risco de Acidente de Trabalho, cuja nova sistemática de cálculo passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010, no montante de R\$ 22.742 (31/12/2010 – R\$ 14.711)

(2) Trabalhistas:

- (i) Horas extras - Reclamações referentes a pedidos de recebimento de horas adicionais, trabalhadas além da jornada normal de trabalho.
- (ii) Diferenças salariais - Representadas, substancialmente, por verbas decorrentes de diferenças salariais entre empregados de equiparação salarial/reenquadramento, pleiteadas por aqueles que recebem menor remuneração a despeito da identidade de funções, associada a outros requisitos previstos na legislação aplicável.
- (iii) Adicionais diversos - Refletem, substancialmente, as expectativas de perda nas ações que dizem respeito à exigibilidade do pagamento de adicional de periculosidade para empregados que desempenham funções em um ambiente considerado perigoso, principalmente próximo às instalações de alta tensão.
- (iv) Indenizações - Correspondem a pedidos de ressarcimento ou compensação por danos ocorridos no curso do contrato de trabalho, decorrentes de razões diversas, entre as quais pode-se citar: acidente de trabalho, estabilidade provisória, danos morais, devolução de

Notas Explicativas

descontos em folha de pagamento, auxílio creche e produtividade previstos em acordo coletivo.

- (v) Complemento de aposentadoria - Reclamações referentes as diferenças devidas no plano de previdência privada dos ex-empregados, originadas pelo êxito na integração de outras verbas salariais devidas e não consideradas no cálculo do valor da aposentadoria.
- (vi) Verbas rescisórias - Valores devidos aos reclamantes decorrentes de verbas da rescisão do contrato de trabalho, tais como férias (proporcionais/vencidas), décimo terceiro salário, multa FGTS e outras, além do reflexo de outros pedidos que deveriam integrar o cálculo da rescisão.
- (vii) Estabilidade/reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (viii) Subsidiariedade - Reclamações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas, por responsabilidade subsidiária pelos créditos porventura devidos e não liquidados pelas empresas terceirizadas, normalmente em decorrência do encerramento das atividades destas empresas.
- (ix) FGTS - Reclamações referentes às diferenças devidas quanto ao depósito do FGTS do reclamante e, ainda, diferenças oriundas dos expurgos inflacionários nas contas de FGTS em função das perdas monetárias geradas pelos Planos Econômicos das décadas de 80 e 90, bem como a consequente diferença no pagamento da multa de 40% do FGTS prevista nas demissões sem justa causa, provenientes desses mesmos expurgos.
- (x) Multas trabalhistas - Valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verbas do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas.
- (xi) Honorários advocatícios/periciais - Parcelas pagas nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial.
- (xii) Vínculo empregatício - Reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a controlada indireta TMAR e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta.
- (xiii) Demais ações - Refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

No primeiro trimestre de 2011, a controlada indireta BrT e suas controladas concluíram o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos aos praticados pela controlada indireta TMAR. Como consequência, a controlada indireta BrT reconheceu efeitos no resultado consolidado de R\$ 53.074 (valor não proporcionalizado), contabilizado como outras despesas operacionais na conta “provisões/reversões” e R\$ 63.566 (valor não proporcionalizado), contabilizado como despesas financeiras na conta “atualização monetária de provisões”.

Notas Explicativas

(3) Cíveis:

- (i) Societário - Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais: nº 415/1972, nº 1.181/1974, nº 1.361/1976, nº 881/1990, nº 86/1991 e nº 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT, sociedade incorporada pela controlada indireta BrT discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A controlada indireta BrT provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do primeiro semestre de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a controlada indireta BrT a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A controlada indireta BrT, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da controlada indireta BrT, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A controlada indireta BrT atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais)

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que o mesmo fixou critérios de indenização a ser adotado pela controlada indireta Brasil Telecom S.A, em benefício de acionistas da extinta Companhia Riograndense de Telecomunicações – CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, a eventual indenização (conversão da eventual obrigação em dinheiro) deve se basear: (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base nas informações atuais, a controlada indireta BrT julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 30 de junho de 2011, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da BrT.

Notas Explicativas

- (ii) Estimativas ANATEL – Refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU e PGMQ.
- (iii) Multas ANATEL – Refere-se, substancialmente, as provisões de PADO's – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade.
- (iv) Juizados Especiais Cíveis - Questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.
- (v) Caixa Econômica - O Condomínio Shopping Center Iguatemi ajuizou ação em face da Caixa Econômica Federal - CEF, objetivando concessão de liminar e decisão judicial definitiva para expurgar do saldo devedor do mútuo o reajuste aplicado em 16/04/90 (84,32% - IPC de março/90), proceder ao recálculo do saldo do débito com a aplicação do BTNF vigente no dia do aniversário do contrato (7,10%) e apurar o valor das prestações vincendas. O processo está no Supremo Tribunal Federal aguardando julgamento.
- (vi) Corella - A controlada Iguatemi é ré em ação ordinária que objetiva a aplicação de cláusula de recompra da participação do autor no SCIR, equivalente a 3,58% desse empreendimento. Os assessores jurídicos da controlada Iguatemi classificam a probabilidade de perda como possível. A ação, que poderá elevar a participação da controlada Iguatemi no empreendimento, totaliza R\$ 9.963 (31.12.2010 - R\$ 10.228). O processo aguarda julgamento na 2ª Instância da esfera judicial.
- (vii) Demais ações - Refere-se, principalmente, a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra as controladas da controlada indireta TNL, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais, para os quais a Administração e seus consultores jurídicos atribuem prognósticos de perda provável, entre outros. Já a controlada indireta Contax é parte envolvida em 81 ações cíveis relacionadas, substancialmente, às ações de cobrança indevida. Adicionalmente, a controlada indireta Contax foi multada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ("Correios") por quebra de obrigações do contrato celebrado entre as partes em 13 de maio de 2002 para vigorar pelo prazo de 6 (seis) anos. As multas aplicadas totalizam R\$ 2.645 por alegada violação de confidencialidade de mensagens telefônicas; falha em não transferir linhas telefônicas reservadas (0800); e falha em não atender integralmente as ligações telefônicas. Apesar de a controlada indireta Contax possuir fortes fundamentos jurídicos para contestar a equidade de tais multas, a controlada indireta Contax provisionou o valor de R\$ 442. A controlada indireta Contax ajuizou Ação Anulatória, garantindo o valor discutido através de apólice de seguro. Em junho de 2010, os Correios efetuaram o depósito do valor de R\$ 2.645, a favor da controlada indireta Contax, em cumprimento à liminar judicial.

(e) Passivo contingente (valores não proporcionalizados)

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Notas Explicativas

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Tributárias:

Companhia

A Companhia possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro 2010 os valores estimados totalizavam R\$ 20.958.

Iguatemi

A controlada Iguatemi possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda. Em 30 de junho de 2011 os valores estimados totalizam R\$ 16.243 (31/12/2010 - R\$ 16.176).

Jereissati Telecom

A controlada Jereissati Telecom possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda, relacionados a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 os valores estimados de perda totalizam R\$ 13.230.

LF Tel

A controlada indireta LF Tel possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda, relacionados a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010 os valores estimados de perda totalizam R\$ 7.873.

Grupo de Telecomunicações

ICMS - Autuações fiscais que alcançam o montante aproximado de R\$ 5.511.556 (31/12/2010 – R\$ 4.645.477). Dentre essas autuações, destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS, ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

Tributos municipais – Autuações referentes a tributos lançados pelas autoridades municipais, dentre os quais se destacam aquelas pertinentes a aluguel de equipamentos, serviços despertador, entre outros serviços de comunicação. O montante total envolvido é de aproximadamente R\$ 2.513.893 (31/12/2010 - R\$ 3.047.052), sendo que não estão provisionados por serem consideradas pelos advogados responsáveis com risco de perda possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas pelo ICMS. Ademais, fortalecendo os argumentos de defesa, o STF decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre locação de

Notas Explicativas

equipamentos, sendo que parte substancial dos valores autuados refere-se a esta modalidade de receita.

INSS - Processos no montante aproximado de R\$ 1.518.056 (31/12/2010 – R\$ 1.442.202) relacionados, principalmente, à responsabilidade subsidiária, percentual aplicável de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária. Dentre os quais destaca-se a cobrança efetuada a controlada indireta TMAR pelas autoridades previdenciárias (NFLD's de julho de 2005) que questiona a incidência de contribuição previdenciária sobre valores pagos a título de participação nos lucros e resultados, cujo pagamento foi realizado nos termos da Lei nº 10.101 e do art. 7º da Constituição Federal de 1988, não devendo integrar a base de cálculo da referida contribuição. O valor referente a esta autuação monta a R\$ 414.973 (31/12/2010 – R\$ 393.332).

Tributos federais - As autuações de tributos federais são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas na apuração dos tributos, no valor aproximado de R\$ 5.301.214 (31/12/2010 – R\$ 3.980.752). A Administração das controladas indiretas TNL, TMAR e BrT, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, considera como possíveis chances de perdas nesses processos, razão pela qual não constitui provisão para eventuais perdas.

Seguem abaixo relacionadas, demais cobranças efetuadas pelas autoridades federais:

- (i) IRPJ, CSLL, PIS e COFINS – Amortização do ágio – Autuação de julho de 2005 – Questionamento de R\$ 2.353.076 (31/12/2010 – R\$ 2.229.872), substancialmente, relacionado à operação societária realizada pela controlada indireta TNL em 1998 que proporcionou a apropriação do ágio contábil apurado no leilão de privatização do Sistema Telebrás. A amortização do ágio e correspondente dedução para fins tributários estão previstas na Lei nº 9.532/1997, que, em seu art. 7º, autoriza que o produto da amortização do ágio seja computado no lucro real da controlada indireta TNL resultante de fusão, cisão ou incorporação, em que uma delas detenha investimentos na outra, adquiridos com ágio fundamentado na perspectiva de rentabilidade da investida. Há, portanto, previsão expressa na legislação federal vigente quanto à possibilidade de aproveitamento do ágio pago na aquisição de investimentos. Trata-se de operação usual no mercado e que obedeceu, inclusive, às prescrições da Instrução CVM nº 319/1999. A controlada indireta TNL conta com pareceres jurídicos de quatro renomados escritórios de advocacia tributária, confirmando a licitude dos procedimentos adotados na operação em questão.

A controlada indireta TNL obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R\$ 610.935 (31/12/2010 – R\$ 579.075) e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa, permanecendo como possível o montante de R\$ 1.742.140.

- (ii) PIS e COFINS – Glosas indevidas – Em 30 de junho de 2006, a controlada indireta TMAR foi autuada pela SRF no montante de R\$ 970.137 (31/12/2010 – R\$ 919.544), referente a diversas glosas de exclusões nas bases de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS; em razão da fiscalização não ter considerado as informações constantes nas obrigações acessórias retificadas pelo contribuinte (DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais retificadoras) para a apuração dos valores devidos, e incorreções nos comparativos (PIS e COFINS apurado x DCTF's) por parte da fiscalização. A controlada indireta TMAR levantou os documentos comprobatórios para defesa da sua

Notas Explicativas

correta apuração e recolhimento e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, avalia como possíveis às chances de perda nessa autuação.

Foi obtida decisão parcialmente favorável em primeira instância, ainda provisória, através da qual foi reduzido em, aproximadamente, R\$ 551.529 (31/12/2010 – R\$ 522.767) o valor autuado, tendo sido interposto recurso em face da parcela desfavorável à controlada indireta TMAR. Tendo em vista que o valor reduzido é decorrente da identificação de erros cometidos, na avaliação dos advogados da controlada indireta TMAR, permanecendo possível a parcela restante de R\$ 418.607.

- (iii) Multa - IRRF Mútuo - Autuação de dezembro de 2007 – As autoridades fazendárias imputaram à controlada indireta TMAR multa no valor histórico de R\$ 243.491 (31/12/2010 – R\$ 230.816) pela falta de retenção do IRRF devido (nos anos-calendário de 2002 e 2003) por ocasião dos rendimentos decorrentes dos contratos de mútuo celebrados com a sua controladora TNL.

A controlada indireta TMAR obteve decisão de 1ª instância parcialmente favorável, reduzindo o valor da autuação em R\$ 94.174 (31/12/2010 - R\$ 89.272) e, após apresentação do recurso cabível, aguarda decisão de 2ª instância administrativa, permanecendo como possível o montante de R\$ 149.317. Os assessores jurídicos da controlada indireta TMAR consideram que há bons argumentos para a defesa de seus interesses, uma vez que, além de parte dos valores terem sido alcançados pela decadência e serem de risco remoto de perda, a retenção de que se trata era dispensada pelo inciso II do art.77 da Lei nº 8.981/1995, que apenas veio a ser revogado pela Lei nº 10.833/2003.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a controlada indireta Contax possui passivos contingentes fiscais, atualizados com base na SELIC, no montante de R\$ 44.932. Este valor não está provisionado em função da controlada indireta Contax haver interposto recurso de defesa e ter se baseado na opinião de seus assessores legais externos que atribuem aos referidos processos probabilidade de perda possível ou remota.

Trabalhistas:

Grupo de Telecomunicações

Refere-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 3.086.041 (31/12/2010 – R\$ 2.546.580).

No primeiro trimestre de 2011, a controlada indireta BrT concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela controlada indireta TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela controlada indireta BrT e suas controladas tinha como base atribuir às causas os valores informados por seus consultores jurídicos externos, e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos pagos em processos de mesma natureza. Como consequência foi verificado o aumento no montante de R\$ 116.640, nas estimativas dos valores dos processos.

Notas Explicativas

Grupo de Contact Center e Cobrança

Em 22 de janeiro de 2010, a controlada indireta Contax foi autuada pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE) do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 29.136. No auto de infração, que atinge o período de janeiro de 2001 a fevereiro de 2009, são exigidos os valores relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Lei nº 8.036/90) e a Contribuição Social (Lei Complementar nº 110/01) incidentes sobre os pagamentos em dinheiro, aos seus funcionários, do valor correspondente ao benefício indireto do vale transporte. A controlada indireta Contax impugnou administrativamente o auto de infração e atualmente aguarda julgamento.

Adicionalmente, na esfera judicial, a controlada indireta CTX e suas controladas figuram como pólo passivo de diversas ações propostas pelos sindicatos dos funcionários e pelo Ministério Público do Trabalho, sendo efetuada uma reserva que sua Administração entende ser adequada para cobrir tais demandas. Em 30 de junho de 2011, a controlada indireta CTX e suas controladas era parte em cerca de 10.097 ações judiciais trabalhistas, (8.796 em 31 de dezembro de 2010). O valor total estimado de tais processos em 30 de junho de 2011 é R\$ 632.713 (R\$ 530.114 em 31 de dezembro de 2010).

Cíveis:

Grupo de Telecomunicações

Refere-se a ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente R\$ 1.420.159 (31/12/2010 – R\$ 1.371.801).

Esse valor está baseado, exclusivamente, nos montantes dos pedidos dos autores (normalmente superiores à realidade do mérito), não havendo até a presente data nenhuma decisão judicial final.

Os questionamentos acima mencionados incluem também determinadas disputas em aberto com promitentes assinantes e com cessionários de promitentes assinantes de seus serviços de telefonia fixa na Região I, que alegaram não cumprimento integral de determinados contratos de participação financeira anteriores à privatização (através das quais esses assinantes alegam ter direito a ações da TMAR). Tais processos envolvem, atualmente cerca de 45 mil contratos em disputa na esfera judicial e para os quais a controlada indireta TMAR não possui provisão, já que seus consultores avaliam o risco de perda como possível. Uma vez que os processos relacionados aos referidos contratos encontram-se em fase de conhecimento não é praticável mensurar valores de eventuais desembolsos para tais processos. Consequentemente, baseada no parágrafo 91 da “CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”, a controlada indireta TMAR não possui estimativa de valores envolvidos a ser divulgada em suas Informações Trimestrais.

Em setembro de 2004, o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro promoveram uma ação civil pública contra as controladas indiretas TNL, TMAR, Oi e a União, requerendo a anulação da transferência de controle acionário da controlada indireta Oi para a controlada indireta TMAR, bem como o pagamento de indenização por danos morais e materiais supostamente imputados aos acionistas minoritários e o mercado financeiro. A venda do controle acionário da controlada indireta Oi para a controlada indireta TMAR também é objeto de duas

Notas Explicativas

ações judiciais, movidas por dois acionistas minoritários, bem como de um processo administrativo instaurado pela CVM para apurar eventuais irregularidades na operação. Os 3 processos judiciais já foram julgados em primeira instância e todos os pedidos formulados foram julgados improcedentes pela 1ª instância da justiça brasileira. Desta forma, os consultores jurídicos reavaliaram a probabilidade de perda como remota.

Em julho de 2009, foi ajuizada uma ação civil coletiva contra controlada indireta TMAR pela União, Ministério Público Federal, Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, órgãos de Defesa ao Consumidor e diversos Procons Estaduais a título de reparação por supostos danos morais coletivos causados em razão de descumprimento das regras para fixar normas gerais sobre Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). A controlada indireta TMAR apresentou a sua defesa, protocolada em 16 de setembro de 2009, e aguarda a decisão judicial de primeira instância.

A controlada indireta TMAR está sujeita a procedimentos administrativos e investigações preliminares conduzidas pelo CADE referentes a potenciais violações da Lei 8.884/94 (Lei Antitruste). Essas investigações podem resultar em penalidades, incluindo multas. Até a presente data, nenhuma multa ou pena foi aplicada. A sua Administração considera que o risco de ocorrência de multas em um ou mais processos é possível, e assim sendo a controlada indireta TMAR não registrou qualquer provisão.

Grupo de Contact Center e Cobrança

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a controlada indireta Contax possui passivos contingentes cíveis, atualizados com base na SELIC, no montante de R\$ 26.473. Este valor não está provisionado em função da controlada indireta Contax haver interposto recurso de defesa e ter se baseado na opinião de seus assessores legais externos que atribuem aos referidos processos probabilidade de perda possível ou remota.

(f) Ativo contingente (valores não proporcionalizados)

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária, através das quais a controlada indireta BrT reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS - Refere-se a questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da TMAR e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela controlada indireta BrT em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. São aguardados os julgamentos dos demais processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da controlada indireta BrT, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam uma contingência ativa consolidada não reconhecida contabilmente, é de R\$ 20.851 (31/12/2010 – R\$ 20.271).

(g) Garantias (valores não proporcionalizados)

Notas Explicativas

A controlada indireta TNL e suas controladas possuem contratos de carta de fiança bancária e seguros garantia com diversas instituições financeiras e seguradoras para garantir compromissos em processos judiciais, obrigações contratuais e licitações junto à ANATEL. O valor histórico total de fianças contratadas e vigentes na data do encerramento do período findo em 30 de junho de 2011, corresponde a R\$ 130.785 (31/12/2010 - R\$ 128.319) na controladora e R\$ 6.847.276 (31/12/2010 - R\$ 6.555.789) no consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

24 DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Adiantamentos de clientes	-	-	55.457	70.781
Receitas a apropriar (i)	-	-	172.957	203.987
Provisão de desmobilização de ativos	-	-	32.260	44.104
Valores a pagar - Grupamento de ações	-	-	33.161	48.102
Valores consorciáveis	-	-	30.730	35.734
Consignação em favor de terceiros	-	-	759	-
Repasse acionistas	-	-	6.263	6.020
Contraprestação contingente (ii)	-	-	12.610	10.542
Ações bonificadas a resgatar (iii)	-	-	119.377	-
Outros	145	103	94.292	98.913
	<u>145</u>	<u>103</u>	<u>557.866</u>	<u>518.183</u>
Circulante	145	103	330.542	306.411
Não circulante	-	-	227.324	211.772

(i) Em telecomunicações referem-se aos serviços pré-pagos que são registrados como receitas a apropriar e reconhecidos na receita à medida que os serviços são utilizados pelos clientes. Já na controlada Iguatemi referem-se aos recursos recebidos pela cessão de direitos (cessão de estrutura técnica dos shoppings) contabilizados como receitas a apropriar, líquidas dos impostos e das contribuições incidentes considerando a forma de tributação a que a empresa detentora dos créditos está submetida, e serão reconhecidos linearmente ao resultado, com base no prazo de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir da data da inauguração dos respectivos empreendimentos.

(ii) Refere-se ao valor de contraprestação contingente, nas aquisições pela Contax da Ability e o Grupo Allus, sendo o valor justo da contraprestação contingente na data de cada uma das aquisições correspondente ao valor do saldo remanescente para pagamento (preço adicional). O pagamento do preço adicional está vinculado ao atendimento de determinadas condições associadas ao crescimento e a rentabilidade da Ability pelos próximos 3 anos e a lucratividade do Grupo Allus. O valor da contraprestação para a Ability e corresponde a R\$ 46.185 (31/12/2010 - R\$ 46.185) e R\$ 6.527 para o Grupo Allus, sendo R\$ 12.610 (31/12/2010 - R\$ 10.542) o valor na proporção do percentual de participação indireta da Companhia. Ambos os montantes representam a melhor estimativa do valor justo, com base na lucratividade e nas informações atualmente disponíveis.

(iii) Refere-se ao passivo decorrente do provisionamento de bonificação de ações a serem resgatadas no montante de R\$ 1.501.984 na controlada indireta BrT conforme mencionado na Nota

Notas Explicativas

30 (a), sendo R\$ 119.377 o valor na proporção do percentual de participação indireta da Companhia.

25 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 784.004, representado por 963.938.751 ações sem valor nominal, sendo 385.822.906 ações ordinárias e 578.115.845 ações preferenciais.

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 1.460.000.000 ações sem valor nominal, sendo 488.000.000 ações ordinárias e 972.000.000 ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(b) Ações em tesouraria

A Companhia possui, para permanência em tesouraria, 49.476 ações ordinárias e 6.098.900 ações preferenciais de sua própria emissão, no montante de R\$ 3.615, o qual está apresentado na coluna de “Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria” na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Retenção de lucros e lucros a realizar

Reserva de lucros a realizar: é composta pelo montante de R\$ 75.323 relacionada ao ganho de capital gerado na Oferta Pública de Ações – OPA de 30% de participação no capital da Iguatemi, reconhecido pela Companhia por meio de equivalência patrimonial realizada em 2007 e pelo ganho gerado na Oferta Pública de distribuição primária de 14.400.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão também da Iguatemi, em Oferta Publica de Ações - OPA realizada em outubro e novembro de 2009.

Reserva de retenção de lucros: é composta pelo montante de R\$ 64.594 relacionada a retenção de lucros para investimento e reforço do capital de giro da Companhia e de suas controladas.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos é constituída até 70% do lucro líquido do período após a destinação da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A reserva de investimentos terá seu valor limitado a 100% (cem por cento) do capital social somado à reserva de correção monetária do capital social realizado e destina-se à aplicação em investimentos votados à consecução do objeto social da

Notas Explicativas

Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é composto pelo resultado das diferenças apuradas na adoção das novas práticas contábeis (CPC's) no montante de R\$ 88.903.

Reserva de opções de ações

Representa a constituição reflexa da reserva de opções de ações originalmente constituída nas controladas direta e indireta Iguatemi, LF Tel, Telemar, TNL, TMAR e na CTX. Essa reserva foi constituída utilizando o mesmo percentual de participação no capital das controladas, aplicado nas movimentações ocorridas desde 1º de janeiro de 2009.

Em 30 de junho de 2011, o saldo desta reserva é de R\$ 10.484 (R\$ 9.851 em 31 de dezembro 2010).

(d) Dividendos

O dividendo obrigatório é equivalente a um percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do Estatuto Social atualmente em vigor, pelo menos 40% do lucro líquido realizado, apurado no exercício social, deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

Dividendos propostos a serem aprovados em Assembléia Geral de Acionistas

Cálculo do dividendo mínimo obrigatório	2010
Lucro líquido do exercício	6.167
(-) Reserva legal	(308)
Base dos dividendos	5.859
Dividendos mínimos obrigatórios - 40%	2.343
Dividendos propostos	2.343
- Movimentação da Reserva de Lucros a Realizar	2010
Saldo em 31 de dezembro de 2009	83.418
Total da realização da reserva por recebimento de dividendos	(10.438)
	72.980
Total da realização da reserva por recebimento de dividendos	10.438
(-) Transferência para dividendos propostos a título de realização da reserva	(8.095)
Constituição da reserva de lucros a realizar	2.343

Notas Explicativas

Saldo em 31 de dezembro de 2010

75.323

(e) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

(e.1) Ágio em transação de capital e variações de porcentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*.

Os montantes apresentados referem-se a transações das controladas indiretas, cujo reflexo foi reconhecido pela Companhia em seu patrimônio líquido.

(e.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado. Os montantes apresentados referem-se a transações das controladas indiretas, cujo reflexo foi reconhecido pela Companhia em seu patrimônio líquido.

O presente formulário de ITR apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”, tampouco a rubrica “Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações”). Consequentemente, os efeitos discutidos nos itens (e.1) acima são apresentados na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” no balanço patrimonial – patrimônio líquido e os itens (e.1) e (e.2) acima, são apresentados de forma agregada na rubrica “Outros resultados abrangentes” na demonstração das mutações do patrimônio líquido”.

(f) Lucro por ação

Lucro básico:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos.

Lucro (prejuízo) básico:

	Trimestre findo em <u>30/06/2011</u>	Semestre findo em <u>30/06/2011</u>	Trimestre findo em <u>30/06/2010</u>	Semestre findo em <u>30/06/2010</u>
Lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia	17.245	796.889	10.454	14.523

Notas Explicativas

Lucro (prejuízo) alocado às ações ordinárias	6.946	320.966	4.211	5.849
Lucro alocado às ações preferenciais	10.299	475.923	6.243	8.674
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)				
Ações ordinárias	385.773	385.773	385.773	385.773
Ações preferenciais	572.017	572.017	572.017	572.017
Lucro (prejuízo) por ação: (*)				
Ações ordinárias	0,0180	0,8320	0,0109	0,0152
Ações preferenciais	0,0180	0,8320	0,0109	0,0152

(*) em centavos por ação

Lucro Diluído

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora ajustado pelos seguintes eventos:

- (i) após o ajuste do resultado de equivalência da controlada direta Iguatemi, considerando o seu plano de opções de ações;
- (ii) após o ajuste do resultado de equivalência da controlada indireta Contax Participações, considerando o seu plano de opções de ações;
- (iii) após o ajuste do resultado de equivalência da controlada indireta TNL, considerando o seu plano de opções de ações;
- (iv) diluição da participação indireta da Companhia na TMAR, através da TMAR Part por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES; e
- (v) diluição da participação indireta da Companhia na TNL, através da LF Tel, por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES.

Para o trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2011, os ajustes decorrentes dos itens (ii), (iii), (iv) e (v) acima geraram efeitos anti-dilutivos; portanto não considerados no cálculo abaixo.

Para o trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2010, os ajustes decorrentes dos itens (ii) e (v) acima, geraram efeitos anti-dilutivo; portanto não considerados no cálculo abaixo.

Lucro diluído:

	<u>Trimestre findo em 30/06/2011</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2011</u>	<u>Trimestre findo em 30/06/2010</u>	<u>Semestre findo em 30/06/2010</u>
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	17.245	796.889	10.454	14.523
Impacto dilutivo sobre equivalência da Iguatemi - plano de opções de ações	(329)	(571)	(258)	(452)
Impacto dilutivo sobre equivalência da TNL - plano de opções de ações	-	-	(92)	(257)
Impacto dilutivo sobre equivalência da TMAR Part - opção de conversão das ações de direito do BNDES	-	-	(580)	(566)
	<u>16.916</u>	<u>796.318</u>	<u>9.524</u>	<u>13.248</u>
Lucro alocado às ações ordinárias	6.813	320.736	3.836	5.336
Lucro alocado às ações preferenciais	10.103	475.582	5.688	7.912

Notas Explicativas

Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)				
Ações ordinárias	385.773	385.773	385.773	385.773
Ações preferenciais	572.017	572.017	572.017	572.017
Lucro por ação: (*)				
Ações ordinárias	0,0177	0,8314	0,0099	0,0138
Ações preferenciais	0,0177	0,8314	0,0099	0,0138

(*) em centavos por ação

26 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A leitura desta nota explicativa deve ser realizada em conjunto com as respectivas divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 na Nota 28.

(a) Fundos de pensão

A controlada indireta TNL e suas controladas patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de Pensão”) a seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 30 de junho de 2011.

<u>Planos de benefícios</u>	<u>Empresas patrocinadoras</u>	<u>Gestor</u>
PBS-A	TNL, TMAR, e BrT	Sistel
PAMA	TNL, TMAR, e BrT	Sistel
PBS-Telemar	TNL e TMAR	FATL
TelemarPrev	TNL, TMAR, BrT, Oi e Oi Internet	FATL
PBS-TNCP	Oi	Sistel
CELPREV	Oi	Sistel
TCSPREV	BrT, BrT Celular, VANT, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
Fundador / Alternativo	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
PAMEC	BrT	BrT

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A controlada indireta Telemar, é uma das patrocinadoras do plano de benefícios TelemarPrev.

A controlada indireta TNL, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Em 1 de janeiro de 2010 os planos de benefícios de previdência complementar, que até então estavam sob administração da Fundação 14 de Previdência Privada e Fundação BrTPREV, foram transferidos para administração da FATL.

Os estatutos sociais prevêm a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC, no que cabe aos planos específicos.

Notas Explicativas

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Planos BrTPREV e Fundador/Alternativo	92.442	142.128
Plano PAMEC	513	655
Total	92.955	142.783
Circulante	7.444	17.034
Não circulante	85.511	125.749

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

Ativo reconhecido junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2011	31/12/2010
Plano TCSPREV	15.481	20.243
Total	15.481	20.243
Não circulante	15.481	20.243

(b) Participações dos empregados nos lucros

Companhia

A Companhia possui plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos empregados elegíveis. Os pagamentos são feitos anualmente, parte mediante depósito em conta de previdência privada.

Notas Explicativas

Iguatemi

A controlada Iguatemi possui plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos empregados elegíveis. Os pagamentos são feitos anualmente, parte mediante depósito em conta de previdência privada.

Grupo de Telecomunicações

O plano de participação nos lucros foi instituído em 1999 como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas. O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

- Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor econômico adicionado); e
- Indicadores operacionais, qualidade e mercado.

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se reversões ou complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

(c) Planos de remuneração baseada em ações

Plano de outorga de opções de ações da TNL

As controladas diretas e indiretas da Companhia possuem planos de remuneração baseada em ações para os quais não houve movimentações significativas no período findo em 30 de junho de 2011.

27 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmento de negócio para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações. Os segmentos divulgados estão resumidos a seguir:

- Telefonia Fixa/Dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade;
- Prestação de serviços de tele atendimento em geral (Contax, Contax Argentina e Contax Colombia);
- Prestação de serviços de tecnologia da informação em geral e informática (TODO);
- Prestação de serviços de agenciamento de publicidade e propaganda (Ability);
- Prestação de serviços e administração de shopping centers; e

Notas Explicativas

- Outros: Os demais segmentos operacionais incluem serviços de TV por assinatura, provedor de internet, meios de pagamentos e *Call Center* e despesas e receitas relacionadas a Companhia.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e sua controladas estão segregados conforme abaixo:

Notas Explicativas

	Setor de Telecomunicações						Setor de Contact Center e Cobrança						Setor de Shopping Center			
	Telefonia Fixa / Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos (i)		Serviços de Teletendimento em geral		Serviços de TI em geral e Informática		Serviços de agenciamento de publicidade e propaganda		Itens não alocados aos segmentos			
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Receitas	1.662.723	2.514.670	795.891	1.055.758	80.252	112.395	320.707	271.441	13.488	10.184	12.488	-	149.534	123.017	883	879
Custos dos Serviços Prestados	(1.107.414)	(1.621.767)	(431.020)	(579.009)	(43.289)	(65.553)	(284.776)	(233.968)	(10.929)	(9.290)	(9.673)	-	(38.423)	(33.081)	(923)	(725)
Interconexão	(453.460)	(672.731)	(176.857)	(232.031)	(1.358)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação e Amortização	(319.561)	(489.410)	(104.724)	(133.120)	(1.410)	(3.554)	-	-	-	-	-	-	(11.066)	(9.951)	-	-
Serviço de manutenção de rede	(133.824)	(209.900)	(22.859)	(25.200)	(109)	(145)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aluguéis e seguros	(112.566)	(116.320)	(47.535)	(86.366)	(3.662)	(6.863)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos de aparelhos e acessórios	-	(110)	(15.636)	(17.693)	(1.250)	(2.684)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros custos e despesas	(88.003)	(133.296)	(63.409)	(84.599)	(35.500)	(52.307)	(284.776)	(233.968)	(10.929)	(9.290)	(9.673)	-	(27.357)	(23.130)	(923)	(725)
Lucro bruto	555.309	892.903	364.871	476.749	36.963	46.842	35.931	37.473	2.559	894	2.815	-	111.111	89.936	(40)	154
Receitas (Despesas) operacionais																
Comercialização de Serviços	(234.671)	(326.435)	(187.828)	(209.584)	(39.303)	(37.510)	(4.034)	(2.818)	(300)	(15)	(126)	-	-	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(51.247)	(82.642)	(22.910)	(32.878)	(4.052)	(5.153)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissão de vendas	(28.883)	(39.590)	(75.226)	(90.591)	(5.129)	(4.611)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Postagem e cobrança	(35.380)	(49.565)	(7.348)	(11.452)	(1.649)	(1.644)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Publicidade e Propaganda	(19.112)	(23.768)	(26.848)	(28.588)	(3.453)	(3.734)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros serviços de terceiros	(12.735)	(14.338)	(4.546)	(5.670)	(1.458)	(3.734)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros custos e despesas	(87.314)	(116.532)	(50.950)	(40.405)	(23.562)	(18.634)	(4.034)	(2.818)	(300)	(15)	(126)	-	-	-	-	-
Gerais e Administrativas	(161.487)	(220.160)	(51.195)	(47.851)	(15.157)	(22.809)	(21.230)	(13.882)	(1.415)	(982)	(1.564)	-	(27.350)	(24.930)	(19.852)	(9.160)
Outras receitas operacionais (despesas), líquidas	(48.342)	(92.346)	(8.896)	7.749	7.116	(470)	(3.098)	(2.862)	(47)	(21)	(10)	-	4.224	9.877	1.845.435	4.886

Notas Explicativas

Outras receitas operacionais	112.353	109.750	21.819	30.449	11.998	4.730	2.463	1.354	-	-	-	-	14.662	15.094	1.857.741	19.175
Outras despesas operacionais	(160.695)	(202.096)	(30.715)	(22.700)	(4.882)	(5.200)	(5.561)	(4.216)	(47)	(21)	(10)	-	(10.438)	(5.217)	(12.306)	(14.288)

Resultado Financeiro	(291.925)	(269.151)	63.302	18.879	(2.777)	2.283	(3.312)	(933)	115	69	75	-	3.089	6.528	(18.153)	(42.511)
Receitas financeiras	135.859	174.861	110.157	64.663	17.736	16.425	3.363	2.097	146	76	136	-	44.553	29.500	46.345	33.849
Despesas financeiras	(427.784)	(444.012)	(46.855)	(45.784)	(20.513)	(14.142)	(6.675)	(3.030)	(31)	(7)	(61)	-	(41.464)	(22.972)	(64.498)	(76.360)
Resultado Antes dos Tributos	(181.116)	(15.189)	180.254	245.942	(13.158)	(11.664)	4.257	16.978	912	(55)	1.190	-	91.074	81.411	1.807.390	(46.631)
Provisão pra IR/CSLL	80.297	57.420	(71.905)	(69.078)	(2.370)	(4.705)	(1.207)	(5.967)	(324)	213	(404)	-	(16.586)	(16.472)	(31.639)	-
Resultado Líquido	(100.819)	42.231	108.349	176.864	(15.528)	(16.369)	3.050	11.011	588	158	786	-	74.488	64.939	1.775.751	(46.631)

Resultado atribuído ao controlador
Resultado atribuído aos acionistas não controladores

Informações adicionais

Serviços Prestados	1.563.105	2.390.943	566.560	750.352	52.971	74.837	320.707	271.441	13.488	10.184	12.488	-	149.534	123.017	883	879
Vendas	-	-	12.864	26.344	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita de clientes externos	1.563.105	2.390.943	579.424	776.696	52.971	74.837	320.707	271.441	13.488	10.184	12.488	-	149.534	123.017	883	879
Receita entre segmentos	99.617	123.726	216.466	279.062	27.280	37.558	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Receita Total	1.662.722	2.514.669	795.890	1.055.758	80.251	112.395	320.707	271.441	13.488	10.184	12.488	-	149.534	123.017	883	879
Depreciações e amortizações	340.551	515.906	108.597	150.689	3.960	8.596	15.348	14.078	645	528	597	-	11.066	9.951	-	-
Acréscimos de Capex	220.324	109.764	73.871	65.594	2.374	2.839	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Informações Patrimoniais	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Ativos	8.554.328	12.038.013	4.102.696	5.131.632	421.433	956.621	434.774	255.954	7.912	7.175	14.652	25.704	2.835.991	2.305.260	5.661.371	3.209.226
Passivos	7.391.326	11.370.615	1.171.180	1.366.080	469.535	1.024.189	346.409	189.456	4.932	4.892	7.534	8.459	1.291.035	817.002	1.157.853	1.559.452

ITR - Informações Trimestrais - 30/06/2011 - JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S/A						
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Receita de clientes externos	36.316	51.858	15.730	21.639	1.831	3.173
Receitas financeiras	1.691	2.158	152	54	1.252	347
Despesas financeiras	(386)	(330)	(152)	(1.061)	(2.527)	(1.657)
Depreciação e amortização	(1.666)	(2.159)	(1.359)	(1.189)	(827)	(1.723)
Prejuízo líquido	-	-	(10.339)	(9.565)	(1.130)	(16.676)
Lucro líquido	2.448	14.262	-	-	-	-
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Ativos	159.895	139.838	67.430	68.079	53.170	60.081
Passivos	26.125	36.375	75.073	64.321	40.517	52.205

Versão : 2

Notas Explicativas

Os quadros a seguir apresentam os componentes das receitas dos segmentos de serviços de telefonia fixa/dados e de telefonia móvel para os períodos de 30 de junho de 2011 e 2010.

Telefonia fixa/dados	30/06/2011	30/06/2010
Serviço local (ex - VC1)	919.396	1.414.881
Serviço ligações fixo móvel (VC1)	278.543	439.393
Longa distância (ex - VC2 e VC3)	312.798	501.856
Longa distância fixo móvel VC2 e VC3	80.686	140.790
Remuneração pelo uso da rede	113.933	150.101
Serviço de comunicação de dados	729.689	1.028.005
Telefones de uso público	31.802	69.529
Outros serviços	122.092	162.996
Receita bruta de serviços	2.588.939	3.907.551
Tributos sobre os serviços	(612.013)	(942.751)
Outras deduções	(314.202)	(450.130)
Receita de serviços	1.662.724	2.514.670

Telefonia móvel	30/06/2011	30/06/2010
Serviço móvel	672.482	883.600
Remuneração pelo uso da rede	429.437	565.754
Venda de aparelhos e acessórios	12.864	26.344
Receita bruta de serviços	1.114.783	1.475.698
Tributos sobre os serviços	(196.229)	(259.919)
Outras deduções	(122.663)	(160.021)
Receita de serviços	795.891	1.055.758

localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

	Receitas de clientes externos		Ativos não circulantes	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	31/12/2010
No país sede da entidade	2.511.928	3.496.348	10.947.230	14.007.480
Em países estrangeiros	18.702	7.930	132.225	110.914
Total	2.530.630	3.504.278	11.079.455	14.118.394

28 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Transações da Companhia com seus investidores e suas investidas:

	Encargos remuneratórios atuais	Controladora		Consolidado	
		30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Ativo não circulante					
Créditos com partes relacionadas					
Sociedade Fiduciária Brasileira	100% CDI CETIP a.a.	100.783	95.515	104.437	101.397
JP Sul Participações Rep. Coml	100% CDI CETIP a.a.	375	355	375	355
Itatinga Soc Coml Indl Agrícola	100% CDI CETIP a.a.	459	435	3.524	3.340
South Mall	Taxa Pré: 12% a.a.	-	-	5.877	5.552
Iguatemi x Outras		-	-	14.360	2.921
		101.617	96.305	128.573	113.565
Adiantamentos para futuro aumento de capital					
LF Tel S.A.		-	-	2.660	-
EDSP75 Part. e Emp. Imobiliários		-	-	13.246	-
		-	-	15.906	-
Debêntures a receber					
Jereissati Telecom S.A.		-	336.747	-	-
Iguatemi (Previ Banerj II e Previ Banerj II)		40.859	40.095	-	-
		40.859	376.842	-	-
		142.476	473.147	144.479	113.565
Passivo não circulante					
Exigível a longo prazo					

Notas Explicativas

Adiantamentos para futuro aumento de capital				
Outras pessoas ligadas	3.903	3.903	3.903	3.903
	3.903	3.903	3.903	3.903
Débitos com partes relacionadas				
EDSP75 Part. e Emp. Imobiliários	-	-	71.203	-
	-	-	71.203	-
	3.903	3.903	75.106	3.903
	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Resultado do período				
Transações				
Receitas (despesas) financeiras				
Sociedade Fiduciária Brasileira	5.268	3.983	5.465	6.348
Itatinga Soc. Ind., Com. e Agrícola S.A.	24	17	184	130
JP Sul Participações Rep. Coml	20	16	20	16
Iguatemi (Previ Banerj II e Previ Banerj II)	764	1.892	-	-
South Mall (atual razão social de Goiti Negócios e Participações Ltda)	-	-	326	290
Anwold Malls Corporation	-	-	(623)	(650)
Debêntures a receber Jereissati Telecom S.A	1.773	11.801	-	-
	<u>7.849</u>	<u>17.709</u>	<u>5.372</u>	<u>6.134</u>

Plano de amortização

A Sociedade Fiduciária Brasileira Serviços, Negociações e Participações Ltda. ("SFB") juntamente com a Companhia, revisou o plano ("plano") elaborado em 2005 que tratava especificamente da liquidação de valores entre as empresas do Grupo, que previa a liquidação de 77% até o final de 2008, tendo sido realizado o total de 65%.

A revisão do "plano" pelas partes deve-se fundamentalmente pela nova realidade de investimentos, principalmente decorrentes da reestruturação societária realizada na controlada indireta Telemar e da aquisição da BrT pela Oi.

Tais investimentos e as futuras amortizações dos novos compromissos financeiros irão afetar o volume de distribuição dos dividendos nos próximos anos, o que acarretará uma redução dos dividendos que a SFB irá receber. Diante dessa nova realidade, a Companhia e a SFB revisaram as condições atuais dos contratos e acordaram o prazo para amortização nos próximos oito anos.

As fontes de recursos previstas no "plano" são:

- (i) recursos próprios da SFB, que representarão cerca de 2/3 dos recursos a serem aplicados na quitação de tais obrigações;
- (ii) dividendos que a SFB irá receber da Companhia quando o fluxo retornar à sua normalidade;
- (iii) dividendos que outros acionistas da Companhia pertencentes ao Grupo Jereissati receberão e que aportarão à SFB.

Os dividendos referidos nos itens (ii) e (iii) acima, estão fundamentalmente baseados nas distribuições das controladas operacionais (direta ou indireta) da Companhia.

Notas Explicativas

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Benefícios de curto prazo	1.975	1.214	9.169	9.360
Remuneração com base em ações (i)	-	-	1.281	1.299
	<u>1.975</u>	<u>1.214</u>	<u>10.450</u>	<u>10.659</u>

(c) Garantias (valores não proporcionalizados)

Companhia

Conforme mencionado na Nota 19 (a), a Companhia é avalista das notas promissórias concedidas pela controlada Iguatemi ao BNDES.

Iguatemi

Em 30 de setembro de 2009, o Conselho de Administração da controlada Iguatemi aprovou a outorga de fiança em favor de sua controlada SCIAAlpha Participações Ltda., visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Bradesco S.A., no âmbito do Instrumento Particular de Abertura de Crédito com Garantia Hipotecária e Outras Avenças, no valor de R\$ 90.000, com taxa de juros de Taxa Referencial - TR mais 10,5% ao ano.

Grupo de Telecomunicações

A controlada indireta TNL é avalista das suas controladas TMAR, Oi, BrT e BrT Celular em financiamentos obtidos junto ao BNDES e demais empréstimos, bem como, presta garantia fidejussória por meio de fiança das debêntures públicas da quinta emissão da BrT. A controlada indireta TNL registrou no período findo em 30 de junho de 2011, a título de comissão pelo aval concedido, receitas no montante de R\$ 43.936 (30/06/2010 – R\$ 12.824).

Além das garantias em empréstimos bancários, a controlada indireta TNL concedeu garantias em processos judiciais da sua controlada TMAR mediante autorização de bloqueio de parte de suas ações preferenciais nominativas classe “A” de emissão da própria TMAR. Pela concessão da garantia, a controlada indireta TNL recebe da sua controlada TMAR o montante equivalente a 1,5% a.a. calculado sobre o valor garantido nesses processos judiciais. A controlada indireta TNL registrou no exercício findo em 30 de junho de 2011, a título de comissão pela garantia concedida, receitas no montante de R\$ 9.136 (30/06/2010 – R\$ 3.328).

Grupo de Contact Center e Cobrança

Notas Explicativas

Em março de 2010, a controlada indireta CTX e um dos ex-diretores da Contax Participações celebraram um contrato de empréstimo, negociado somente pelo ex-diretor, sem envolvimento da Contax Participações. O referido empréstimo, no montante de R\$ 15.769, tem data de vencimento no dia 30 de março de 2011, sem incidência de juros. O referido empréstimo foi liquidado na data de vencimento.

Em 30 de junho de 2011, existem avais e fianças concedidos a outras sociedades controladas referentes aos empréstimos de terceiros e às contestações judiciais, as quais estão apresentadas a seguir:

Fianças	30/06/2011	31/12/2010
Fiança bancária (BNDES)	124.825	156.101
Fiança bancária (Contingências)	39.754	40.819
Total	164.579	196.920

29 SEGUROS (VALORES NÃO PROPORCIONALIZADOS)

Iguatemi

A controlada Iguatemi tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações (não revisado pelos auditores independentes).

As coberturas foram contratadas por montantes, descritos a seguir, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de junho de 2011, a controlada Iguatemi e seus empreendimentos apresentavam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

a) Seguro de riscos nomeados

A controlada Iguatemi tem um seguro de riscos nomeados que abrange os usuais riscos que podem impactar suas atividades. Contratado com a Allianz Seguros S.A (60%) e Itaú Seguros S.A. (40%), a apólice prevê o limite máximo para a indenização de: (i) R\$ 205.000 relativos aos danos materiais; e (ii) R\$ 139.488 relativos aos lucros cessantes. O período de cobertura estende-se até 28 de setembro de 2011.

Locais Segurados	Danos		Total
	Materiais	Lucros Cessantes	
Shopping Center Praia de Belas	146.607	41.021	187.628
Shopping Center Iguatemi São Paulo	165.677	139.488	305.165
Shopping Center Iguatemi São Carlos	42.868	7.814	50.682
Shopping Center Iguatemi Rio de Janeiro	118.853	25.448	144.301
Shopping Center Iguatemi Porto Alegre	138.563	77.863	216.426
Shopping Center Iguatemi Campinas	194.753	76.441	271.194
Power Center Campinas	36.313	2.878	39.191
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	84.814	-	84.814
Shopping Center Iguatemi Florianópolis	97.132	27.342	124.474
Market Place Shopping Center	126.451	37.678	164.129

Notas Explicativas

Market Place Tower I	60.000	13.864	73.864
Market Place Tower II	60.000	11.694	71.694
Shopping Center Galeria	63.000	15.636	78.636
Shopping Center Iguatemi Brasília	194.700	40.158	234.858
Shopping Center Iguatemi Alphaville	211.000	35.133	246.133

b) Seguro de responsabilidade civil geral

A controlada Iguatemi tem um seguro de responsabilidade civil geral que abrange os riscos usuais aplicáveis às suas atividades. Contratado com a Allianz Seguros S.A, tal apólice refere-se às quantias pelas quais a controlada Iguatemi possa vir a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo de modo expresse pela seguradora, no que diz respeito às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros. O período de cobertura do seguro de responsabilidade civil geral estende-se até 28 de setembro de 2011.

A importância segurada terá o valor máximo de indenização de R\$ 8 milhões e pode ser dividida em: (i) shopping centers; (ii) objetos pessoais de empregados (sublimite de R \$40); (iii) responsabilidade civil do empregador; (iv) riscos contingentes de veículos; (v) danos ao conteúdo das lojas; (vi) falha profissional da área médica (sublimite de R\$ 800); (vii) responsabilidade civil de garagista: incêndio/roubo de veículo para locais que não possuem sistema de Valet e incêndio/roubo/colisão para os locais que possuem sistema de Valet (sublimite de R\$ 250); e (viii) danos morais para todas as coberturas.

Grupo de Telecomunicações

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo "todos os riscos" para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes na Cláusula XXIV dos Contratos de Concessão.

Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e/ou alto risco estão cobertos por seguros. A controlada indireta TNL e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens em 30 de junho de 2011:

Modalidade de seguro	Consolidado 30/06/2011
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000
Incêndio – estoques	100.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	124.888
Garantia de concessão – TMAR	64.971
Garantia de concessão - BrT	40.443
Roubo - estoques	20.000

Notas Explicativas

Responsabilidade civil - geral	15.000
Responsabilidade civil - veículos	3.000
(*) conforme cotação do câmbio do dia 30 de junho de 2011 (ptax) - US\$ 1.5611	

Grupo de Contact Center e Cobrança

Possui um programa corporativo de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o porte de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros, garantindo a integridade patrimonial e a continuidade operacional da Contax Participações. Todas as apólices de seguro do Grupo são renováveis automaticamente.

Em 30 de junho de 2011, a Contax Participações possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros, proporcionando as seguintes coberturas, de acordo com os riscos e a natureza dos ativos:

Ramos	Importâncias seguradas	Vencimento
Responsabilidade civil de diretores e administradores (i)	195.348	13.01.2012
Incêndio de bens do imobilizado	109.370	15.06.2012
Lucros cessantes	64.677	15.06.2012
Responsabilidade civil geral	10.000	15.06.2012

(i) Limite máximo de garantia estipulado em US\$ 120 milhões.

30 OUTRAS INFORMAÇÕES

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

a) Reorganização Societária – Oi S.A.

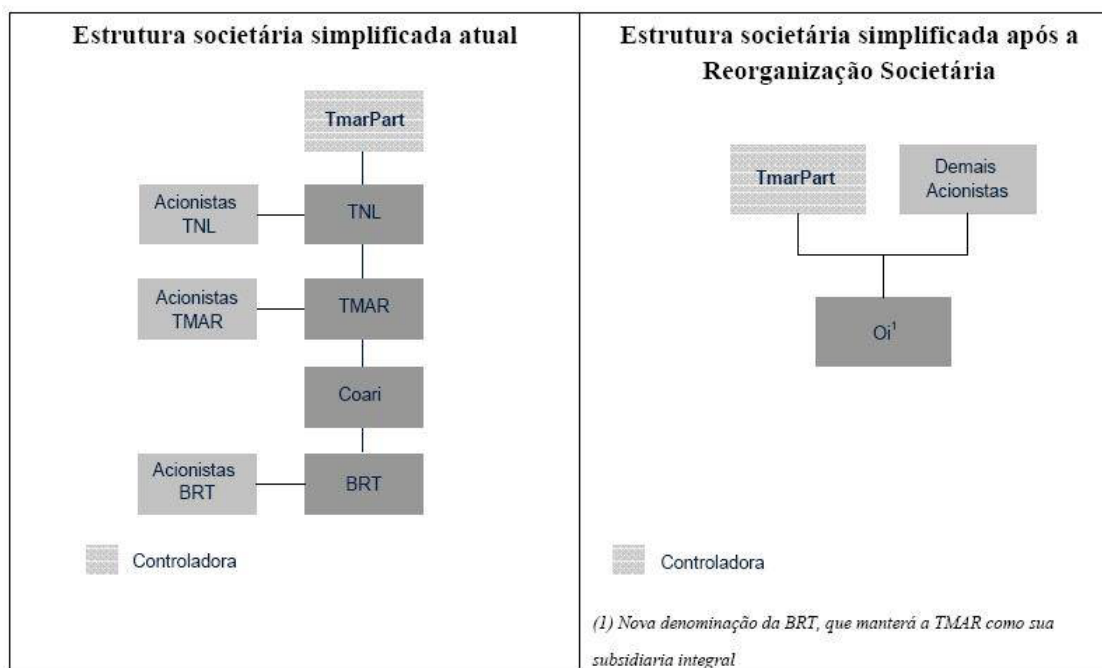
Em 24 de maio de 2011, a TNL, TMAR, Coari Participações S.A. (“Coari”) e BrT (denominadas em conjunto “Companhias Oi”), em atendimento ao art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e nos termos da Instrução CVM nº 358/02, informaram aos seus acionistas e ao mercado que, nesta data, foram comunicadas pela sua acionista controladora Telemar da divulgação de Fato Relevante nos seguintes termos:

“Telemar, em atendimento ao art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”) e nos termos da Instrução CVM nº 358/02, vem informar que, em reunião prévia de acionistas desta data, nos termos do seu Acordo de Acionistas, foi aprovada a orientação às administrações da Telemar e de suas controladas TNL, TMAR, Coari e BrT para que conduzam os estudos e adotem os procedimentos pertinentes visando uma reorganização societária das Companhias Oi (a “Reorganização Societária”).

A Reorganização Societária pretendida compreende conjuntamente a incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela BrT, companhia esta que concentrará todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e será a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, passando a ser denominada Oi S.A.

Notas Explicativas

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária atual e a estrutura após a implementação da Reorganização Societária:



A Reorganização Societária tem por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, eliminando custos operacionais e administrativos e aumentando a liquidez para todos os acionistas. A Reorganização Societária pressupõe a incorporação de ações da TMAR pela Coari e incorporações de ambas Coari e TNL pela BrT na mesma data, conjunta e indissociada uma da outra, de modo que a implementação de cada uma dessas operações será condicionada à aprovação da outra.

A manutenção do controle acionário da Oi S.A. exclusivamente pela Telemar é condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a Anatel. A Telemar e seus acionistas diretos ou indiretos implementarão as medidas necessárias para a manutenção do controle e o cumprimento de tais obrigações, incluindo, potencialmente, a permuta de ações preferenciais que detém por ações ordinárias de titularidade de seus acionistas diretos ou indiretos.

Estima-se que a Reorganização Societária resultará em criação de valor para os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificação da estrutura acionária das Companhias Oi;
- Unificação das bases acionárias das Companhias Oi atualmente divididas em 3 companhias abertas e 7 diferentes classes e espécies de ações negociadas, em uma única empresa com 2 espécies diferentes de ações negociadas;
- Aumento significativo de liquidez das ações, devido à concentração de acionistas em uma única companhia, cujas ações ordinárias e preferenciais serão negociadas na BM&F Bovespa e na NYSE, mediante programa de ADR;

Notas Explicativas

- Unificação dos balanços das Companhias Oi, após a conclusão da Reorganização Societária, de forma a permitir a definição de uma política de dividendos de longo prazo; e
- Redução dos custos operacionais, administrativos e financeiros com a racionalização e unificação da administração geral dos negócios, a otimização de sua estrutura de capital, a maximização da capacidade de captação de recursos e o acesso ao mercado de capitais.

Quando da AGO da BrT que aprovar as incorporações da Coari e da TNL, será proposta a bonificação em ações resgatáveis de emissão da BrT a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da BrT anteriores à incorporação, as quais serão imediatamente resgatadas em dinheiro, pelo valor total de R\$ 1,5 bilhão, a ser pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social. O valor das ações resgatadas acima será deduzido no cálculo das relações de substituição que vier a ser deliberado.

Em 29 de junho de 2011, a TNL, a TMAR e a BrT instituíram comitês especiais independentes constituídos para os fins do Parecer de Orientação CVM nº 35/08. A Coari não instalou seu próprio comitê especial independente uma vez que TMAR é sua única acionista.

Em reuniões realizadas em 17 de agosto de 2011, os Conselhos de Administração da TNL, TMAR e BrT aprovaram, relativamente à Reorganização Societária, as relações de substituição entre ações da TNL e BrT e entre ações da TMAR e BrT recomendadas pelos respectivos comitês especiais independentes, as quais foram resultado de análise e negociação entre os comitês especiais independentes.

As relações de substituição aprovadas são as seguintes:

<u>Ação original / Ação em substituição</u>	<u>Relação de substituição</u>
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

Os comitês especiais independentes realizaram estudos em conjunto com seus assessores financeiros e legais, contemplando diversas metodologias tipicamente empregadas em avaliações econômico-financeiras, e, após negociações entre os comitês especiais independentes, submeteram aos respectivos Conselhos de Administração as relações de troca recomendadas. Tais relações de troca resultam da metodologia por eles selecionada após as análises conduzidas individualmente por cada comitê especial independente e as negociações conduzidas entre eles: as cotações de mercado ponderadas por volume das ações de TNL, TMAR e BrT de acordo com as médias observadas nos 30 dias anteriores ao Fato Relevante divulgado em 24 de maio de 2011. Também foi considerada para a determinação das relações de troca a proposta de bonificação em ações resgatáveis de emissão da BrT, pelo valor total de R\$ 1,5 bilhão, a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da BrT anteriores às Incorporações.

Os Conselhos de Administração da TNL, TMAR, Coari e BrT se reunirão até o final do mês de agosto para deliberar sobre as demais condições da Reorganização Societária, incluindo os Protocolos e Justificações.

Notas Explicativas

As relações de substituição aprovadas pelos Conselhos de Administração irão respeitar, prioritariamente, as espécies de ações atualmente detidas por cada acionista. Entretanto, de modo a respeitar o limite legal de divisão do capital social da BrT entre ações com e sem direito a voto, os titulares de ações TNLP4, TMAR5 e TMAR6 também receberão, em substituição às suas ações, ações ordinárias da BrT (BRTO3). A proporção entre as ações BRTO3 e BRTO4 a que farão jus os titulares de ações TNLP4, TMAR5 e TMAR6 será deliberada pelos Conselhos de Administração nas reuniões citadas no parágrafo anterior. As relações de substituição ajustadas pela proporção descrita acima que serão submetidas para aprovação pelos Conselhos de Administração são: (i) 0,1879 ações BRTO3 e 1,9262 ações BRTO4 para os titulares de ações TNLP4 e (ii) 0,3904 ações BRTO3 e 4,0034 ações BRTO4 para os titulares de ações TMAR5 e TMAR6.

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária está sujeita à anuência da ANATEL.

Tendo em vista que as ações de BrT e da TNL possuem registro junto à SEC, a Reorganização Societária estará sujeita ao registro de ações a serem emitidas pela Oi S.A. junto à SEC.

A Reorganização Societária também será submetida à anuência de certos credores e debenturistas, nos termos dos respectivos instrumentos de dívida, não estando, contudo, condicionada à concordância destes.

Nos termos do art. 137, §1º da Lei das S.A., os acionistas dissidentes terão direito de retirada, o qual será exercível em relação às ações de que sejam titulares ininterruptamente desde o encerramento do pregão do dia 23 de maio de 2011 até a data do efetivo exercício do direito de retirada. As ações adquiridas a partir do dia 24 de maio de 2011 não conferirão ao seu titular direito de retirada com relação à Reorganização Societária.

Estima-se que as Assembleias Gerais da BrT, da Coari, da TMAR e da TNL que deliberarão sobre as operações acima descritas sejam convocadas para se realizar em aproximadamente 180 dias contados da data do Fato Relevante, a depender de diversos fatores, inclusive do prazo que os comitês especiais independentes entendam necessário para realizar o seu ofício. Além disso, estima-se que as ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. passarão a ser negociadas, já sob seu novo código, em aproximadamente 40 dias após a data das Assembleias que deliberarem sobre as incorporações.

Em decorrência do fato da Companhia estar compromissada com a reestruturação societária das empresas do grupo Oi, tendo parte substancial dos eventos sob seu controle, e em função da estratégia de negócio a ser adotada pela Administração as operações futuras da Companhia serão impactadas de tal forma que certas receitas serão consolidadas, haverá economia de despesas, certos ativos serão utilizados de forma integrada, bem como ocorrerão outros benefícios e efeitos provenientes da reestruturação. Portanto os fluxos de caixa serão analisados pela Administração de forma consolidada em seu processo de tomada de decisões.

Como consequência, a Companhia, com base nos pronunciamentos CPC 01 e CPC 25, considerou os fluxos de caixa futuros consolidados de suas operações para análise de indicativo de “*impairment*” de seus ativos (representando esta a unidade geradora de caixa). A referida análise não evidenciou indícios de “*impairment*” sobre os ativos de longa duração da Companhia.

Também em decorrência de estar compromissada com a reestruturação societária das empresas do grupo Oi, a Companhia procedeu aos seguintes registros: (i) na controlada indireta BrT, registro do

Notas Explicativas

passivo decorrente do provisionamento de bonificação de ações a serem resgatadas no montante de R\$ 1.501.984 e (ii) na controlada indireta TNL, registro da baixa de ativo fiscal diferido de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social em função da provável extinção da controlada indireta TNL, por incorporação na controlada indireta BrT, no montante de R\$178.807.

b) Revisão dos Contratos de Concessão STFC

Em 30 de junho de 2011, a controlada indireta TMAR e sua controlada indireta BrT firmaram junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC e Termo de Compromisso com a finalidade de adesão aos objetivos do Decreto nº 7.175/2010 (Plano Nacional de Banda Larga – PNBL).

A revisão dos contratos de concessão de STFC traz, entre suas principais alterações, a eliminação de vedação a que coligadas das concessionárias de telecomunicações possam oferecer o serviço de TV a Cabo.

Acompanha também a revisão, nova versão do Plano Geral de Metas Universalização (PGMU III), que constitui anexo aos referidos Contratos. Nessa versão, a a controlada indireta TMAR e sua controlada indireta BrT se comprometem com a instalação de TUPs em áreas rurais (em escolas, postos de saúde e outros locais), com a oferta de acesso individual a populações situadas em área rural e a oferta de acesso individual classe especial (AICE) a assinantes de baixa renda inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O Decreto Presidencial que edita o novo PGMU III estabelece que as obrigações previstas tenham asseguradas a sua viabilidade técnica e econômica e limita a instalação de TUPs em áreas rurais ao saldo disponível decorrente da desoneração de TUPs urbanos, em linha com o que prevê a Lei Geral de Telecomunicações e os contratos de concessão em vigor.

A meta de densidade de TUPs em áreas urbanas foi reduzida de 6 a cada 1.000 para 4 a cada 1.000 habitantes e produz efeitos imediatos. As metas de TUPs em áreas rurais e acesso individual rural são todas sob demanda e só terão início após a cobertura de rede por meio de sistema de radiocomunicação operando nas subfaixas de radiofrequências de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, a ser implementada pelo vencedor de processo de licitação da radiofrequência que ocorrerá em prazo ainda não definido.

Concomitantemente com a assinatura da revisão dos contratos de concessão e com a edição do novo PGMU, a controlada indireta TMAR e sua controlada indireta BrT firmaram voluntariamente com o Ministério das Comunicações e com a ANATEL um Termo de Compromisso, aderindo ao PNBL. Por esse Termo, as empresas que integram a “Oi” comprometem-se a realizar oferta popular de banda larga (“Oferta de Varejo”) bem como uma “Oferta de Atacado”, ambas voltadas para atendimento aos objetivos do Governo Federal de expansão e disseminação da banda larga no Brasil.

(c) Contrato de Prestação de Serviços e Patrocínio Oficial da Copa do Mundo FIFA 2014

Em junho de 2010, a controlada indireta TMAR celebrou contrato com a FIFA - “*Fédération Internationale de Football Association*” para ser o prestador oficial de todos os serviços de telecomunicações da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como ser um dos patrocinadores oficiais do evento.

Notas Explicativas

Os compromissos estabelecidos no contrato passaram a trazer efeitos apenas no exercício de 2011, tendo em vista que somente a partir de janeiro deste ano é que o referido contrato passou a vigorar.

Do contrato de prestação de serviços de telecomunicações a controlada indireta TMAR tem o compromisso de fazer os investimentos necessários em infraestrutura para prover os serviços.

(c) Capital circulante líquido negativo

A controlada indireta Telemar apresentou ao fim do período encerrado em 30 de junho de 2011, Capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 700.180 (valor não proporcionalizado). A Administração está implementando ações que objetivam equacionar esta situação a curto prazo e que incluem a emissão, junto às instituições financeiras de 1ª linha do mercado brasileiro, de debêntures privadas com vencimento a longo prazo. Em adição, parte dos recursos necessários ao equacionamento da deficiência de Capital circulante será proveniente do fluxo de dividendos a receber de suas controladas.

Grupo de Contact Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

Integração das atividades da Contax Participações com a Portugal Telecom, SGPS

Em 25 de janeiro de 2011, as administrações da Contax e da Mobitel S.A., entidade controlada pela Portugal Telecom, SGPS, (“Dedic”) e sua controlada GPTI Tecnologia da Informação S.A. (“GPTI” ou, em conjunto com a Dedic, “Dedic GPTI”), tendo em vista atuarem no mesmo segmento de negócio, existir complementaridade entre suas atividades, bases de clientes e serviços ofertados, resolveram propor aos seus acionistas, sujeito a determinadas condições, a integração de suas atividades objetivando o fortalecimento de suas posições de mercado.

Incorporação de Ações da Dedic pela Contax

Foi celebrado Acordo de Incorporação de Ações da Dedic pela Contax, que prevê, sujeito a determinadas condições, a convocação de assembleias gerais das empresas para deliberar sobre a incorporação, pela Contax, das ações de emissão da Dedic, com o consequente aumento de capital da Contax. O valor do aumento de capital na Contax será determinado com base no valor patrimonial contábil das ações de emissão da Dedic, conforme laudo de avaliação a ser elaborado oportunamente (“Incorporação de Ações Dedic”). Como resultado da Incorporação de Ações Dedic, a Contax emitirá novas ações ordinárias e preferenciais que serão recebidas pelos atuais acionistas da Dedic em substituição às ações da Dedic por eles então detidas.

A Administração da Contax contratou parecer de fidedignidade (“fairness opinion”), elaborado de forma independente pelo Banco BTG Pactual S.A. (“BTG Pactual”). De acordo com os valores indicados no referido parecer preparado pelo BTG Pactual, foi indicada uma faixa de relação de troca entre 0,0342 e 0,0417 ação ordinária e entre 0,0343 e 0,0418 ação preferencial de emissão da Contax para cada ação de emissão da Dedic.

Com base na faixa de relação de troca indicada, as administrações de Contax e Dedic indicaram uma relação de troca de 0,0362 ação ordinária e 0,0363 ação preferencial de emissão da Contax para cada ação de emissão da Dedic. Esta relação de troca será ajustada em razão de eventual declaração de dividendos, bem como em razão da assunção de dívidas pelas companhias.

Notas Explicativas

A despeito da relação de troca indicada pelas administrações e não obstante a Incorporação de Ações Dedic não envolver controlador e controlada, os administradores das companhias e da Dedic, em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 35/08, constituirão oportunamente um comitê independente (“Comitê Especial Independente”), para todos os fins e nos termos do referido Parecer. O Comitê Especial Independente contará com um assessor financeiro próprio para avaliar as condições da Incorporação de Ações Dedic.

Novas normas de restrições à contratação de serviços terceirizados

Atualmente, não existe legislação específica referente à contratação de terceirizados no país. O Poder Judiciário vem tratando as discussões sobre o tema por meio da Súmula nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que autoriza a terceirização de “atividade meio” das empresas.

Em 2009, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de Minas Gerais emitiu sentença contra uma operadora de telefonia móvel, proibindo-a de terceirizar seu *contact center* e suas atividades de vendas por telefone. Ainda sobre o assunto, outra empresa de telefonia móvel apresentou reclamação no Superior Tribunal Federal (STF), demonstrando que Lei posterior à Súmula do TST não poderia por ela ser revogada e que a terceirização nas atividades das telecomunicações está expressa em lei em razão da especialização e de interesses, inclusive de segurança nacional, tendo em vista a natureza da atividade exercida.

Em novembro de 2010, admitindo esta tese em liminar, o Ministro do STF entendeu pela legalidade da terceirização das atividades de telecomunicações.

Diante da inexistência de lei específica sobre os contratos de serviços terceirizados e as relações de trabalho deles decorrentes, bem como da necessidade do legislador em ratificar os conceitos sobre o tema, o Poder Legislativo encontrou causa para a proposição de 4 (quatro) projetos de leis abordando o tema, sendo que 3 (três) estão em trâmite no Congresso Nacional e 1 (um) na Casa Civil. As novas propostas estabelecem limites à terceirização de serviços de vários setores, incluindo o de *contact center*, revelando um cenário restrito aos clientes da controlada indireta Contax.

As decisões provenientes dos Tribunais do Trabalho e a promulgação de uma eventual lei que estabeleça limites à terceirização configurarão um cenário mais estreito no âmbito dos serviços atualmente permitidos. Adicionalmente, outras ações do governo podem afetar o posicionamento de clientes atuais e futuros da controlada indireta Contax, no sentido de não optarem pela terceirização, exercendo, portanto, um efeito negativo sobre suas margens de lucro e operações.

31 EVENTOS SUBSEQUENTES

Companhia

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 01 de julho de 2011, foi aprovado a distribuição antecipada de dividendos no valor de R\$140 milhões. A partir de 04 de julho de 2011 as ações passaram a ser negociadas excluindo os referidos dividendos. Os devidos pagamentos foram realizados durante o mês de julho de 2011.

Notas Explicativas

Em 23 de março de 2012 a controladora da Companhia, Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A, realizou o pagamento antecipado da totalidade do saldo do empréstimo mantido com a Companhia, no valor de R\$89 milhões.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$778.636.462,74: (a) R\$38.931.823,14 para a constituição da reserva legal; (b) R\$156.539.266,74 para distribuição de dividendos, sendo R\$128.554.956,54 a conta de lucro realizado do exercício e R\$27.984.310,20 por reversão (parcial/total) da reserva de lucros realizada de exercícios anteriores. Tendo em vista a antecipação de dividendos referentes ao exercício de 2011, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2011, no montante de R\$140.000.219,11, o saldo remanescente a complementar será de R\$16.539.047,63; c) R\$167.326.899,30 para constituição de reserva de lucros a realizar; e d) R\$443.822.783,76, para reserva de investimentos. Os dividendos ora declarados terão como base de cálculo a posição acionária da Companhia ao final do dia 27 de abril de 2012, sendo que, a partir de 30 de abril de 2012, as ações da Companhia serão negociadas “ex” dividendos.

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários, no valor de R\$95.000.000,00, ou seja, R\$0,099187 por ação ordinária ou preferencial à conta de reservas, podendo ser imputados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012. Os dividendos ora declarados terão como base de cálculo a posição acionária da Companhia ao final do dia 27 de abril de 2012, sendo que, a partir de 30 de abril de 2012, as ações da Companhia serão negociadas “ex” dividendos.

Jereissati Telecom

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Jereissati Telecom, realizada em 01 de julho de 2011, foi aprovado a alteração da razão social da controlada La Fonte Telecom S.A. para Jereissati Telecom S.A. e a distribuição antecipada de dividendos no valor de R\$170 milhões. A partir de 04 de julho de 2011 as ações passaram a ser negociadas excluindo os referidos dividendos. Os devidos pagamentos foram realizados durante o mês de julho de 2011.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da controlada Jereissati Telecom, foi aprovada a seguinte destinação para o lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no valor de R\$885.827.611,38: (a) R\$44.291.380,57 para a constituição da reserva legal; (b) R\$190.000.000,00 para distribuição de dividendos, sendo R\$170.000.489,35, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 01 de julho de 2011, em antecipação dos dividendos distribuídos, sendo o saldo remanescente, no montante de R\$19.999.510,65; c) R\$651.536.230,81 para constituição da reserva de lucros a realizar. Os dividendos ora declarados terão como base de cálculo a posição acionária da Jereissati Telecom ao final do dia 27 de abril de 2012, sendo que, a partir de 30 de abril de 2012, as ações da Jereissati Telecom serão negociadas “ex” dividendos.

Iguatemi

Em fevereiro de 2012, a controlada direta Iguatemi concluiu a sua terceira Emissão de Debêntures, via Instrução CVM nº 476/2009, no valor de R\$300.000. As debêntures são simples, quirografárias e não conversíveis em ação, com vencimento de 50% no 5º ano (2017) e 50% no 6º ano (2018). A remuneração é CDI + 1,0% a.a., com pagamento de juros semestrais.

Notas Explicativas

Em fevereiro de 2012 a controlada direta Iguatemi anunciou a expansão do Shopping Iguatemi Campinas que atingirá 107,6 mil m² de área comercial totalizando 390 lojas. Essa expansão irá adicionar 17.698 m² de ABL e terá 125 lojas. A inauguração prevista será em março de 2014.

Em Assembleia Geral Ordinária da controlada direta Iguatemi, realizada em 24 de abril de 2012, foi aprovada a distribuição de dividendos, proposta pela sua Administração, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$30.117 e ratificado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$29.926 (R\$25.846, líquido de imposto de renda retido na fonte - IRRF). O pagamento dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio ocorreu no dia 9 de maio de 2012.

Em abril de 2012, a controlada direta Iguatemi anunciou a expansão Shopping Iguatemi Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. A expansão segregada em duas fases terá 73,7 mil m² de área bruta lucrável. Na primeira fase a controlada direta Iguatemi adicionará 20,3 mil m² de ABL ao shopping. Na segunda fase a controlada direta Iguatemi construirá um empreendimento corporativo com 10,7 mil m² para aluguel. A expansão do shopping e a construção da torre comercial têm inauguração prevista para 2014 e 2015 respectivamente.

Grupo de Telecomunicações (valores não proporcionalizados)

(a) Novas linhas de crédito, captações de empréstimos e financiamentos

Em setembro de 2010 a controlada indireta TMAR assinou contrato de financiamento junto ao Export-Import Bank of China no valor de US\$100 milhões com o objetivo de financiar parte dos investimentos do ano corrente. A operação tem juros de Libor+2,00% a.a. O vencimento dos encargos financeiros será semestral e o principal vencerá em 16 prestações semestrais a partir de março de 2013. Até março de 2012, a controlada indireta TMAR não captou o limite contratado.

Em AGE, realizada em 18 de fevereiro de 2011, foi aprovada a emissão privada, pela controlada indireta TMAR, de 446.481 debêntures conversíveis em ações preferenciais classe A (TMAR5), em série única, no valor nominal unitário de R\$1 mil, totalizando R\$446.481 mil. As debêntures são remuneradas pela TJLP + 1,65% a.a. e possuem prazo de até 240 meses. A emissão decorre de uma obrigatoriedade para contratação de financiamento junto ao BASA, mediante a utilização de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia ("FDA"), para realização do plano de investimentos na região da Amazônia Legal. O projeto objetiva promover a modernização e melhoria da atual rede de comunicação da controlada indireta TMAR, atendendo a novos municípios, ampliando a capacidade nas regiões onde hoje há cobertura, assim como a evolução da rede existente, permitindo oferecer novos tipos de serviços.

Em julho de 2011 a controlada indireta TMAR desembolsou R\$600 milhões do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao BNDES referente ao sub-crédito A, com remuneração pela TJLP acrescida de 3,95% a.a. As demais condições contratuais estão divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Em julho de 2011 a controlada indireta TMAR desembolsou US\$ 380 milhões (aproximadamente R\$ 589 milhões) da linha de crédito contratada em junho de 2011 junto ao China Development Bank (Nota 19 (a)).

Em 1 de novembro de 2011, a controlada indireta TMAR e suas controladas BrT, Oi e BrT Celular, contrataram uma linha de crédito rotativo ("Revolver Credit Facility"), no valor de US\$1 bilhão para

Notas Explicativas

um prazo de 5 anos a um custo de Libor + 0,90% ao ano, junto a um sindicato composto por 9 bancos comerciais globais, tendo como líderes os bancos Bank of America N.A Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated, HSBC Securities (USA) Inc, RBS Securities Inc e Citibank N.A. Também participaram do sindicato, em diferentes níveis, os Bancos Tokio Mitsubishi UFJ, Barclays PLC, Deutsche Bank AG, Morgan Stanley N.A e Sumitomo Mitsui.

A operação foi estruturada de forma que as referidas controladas indiretas possam fazer uso da linha de crédito a qualquer momento, ao longo dos cinco anos contratados.

Em 5 de abril de 2012 a controlada indireta Telemar captou o valor de R\$500.000 referente a 11ª emissão de debêntures.

No mês de maio de 2012, a controlada indireta Telemar recebeu o montante de R\$250.780, referente a dividendos mínimos e complementares pagos pela Oi, ora aprovados na AGO realizada em 30 de abril de 2012 e efetuou o pagamento de parte do usufruto de ações junto ao Banco Itaú no valor de R\$53.728.

(b) Liquidação antecipada de empréstimos, financiamentos e linhas de crédito

Em Agosto de 2011, a controlada indireta TMAR pré-pagou todos os valores pendentes referentes a linha de crédito sindicalizado junto ao Citibank Japão Ltd., Sumitomo Mitsui Banking Corporation e os outros credores, que o Japan Bank of International Cooperation tinha garantido.

(c) Emissão de Debêntures públicas

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de julho de 2011 e 28 de julho de 2011, foi aprovada a quinta emissão pública, pela controlada indireta BrT, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476) no valor de R\$1.000 milhões (valor unitário de R\$10 milhões de reais), em série única. A emissão ocorreu em 8 de agosto de 2011 e a subscrição da totalidade das notas ocorreu em 10 de agosto de 2011. As 100 debêntures têm vencimento em 8 de agosto de 2017 com remuneração de CDI + 1% a.a., pagamento de juros anual e pagamento de principal no vencimento final.

Em 5 de outubro de 2011, a controlada indireta Telemar deliberou sobre a décima emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, no valor de R\$500.000, a qual foi objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos na IN CVM nº 476, conforme aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de setembro de 2011.

As debêntures possuem as seguintes características e condições:

- Valor nominal: valor nominal unitário de R\$10;
- Quantidade: 50.000;
- Data de emissão: 05 de outubro de 2011;
- Número de séries: série única;
- Espécie: com garantia real, conforme disposto no art. 58 da Lei das S.A.;
- Garantia: penhor das ações ordinárias normativas escriturais e sem valor nominal de emissão da TNL, correspondente a, no mínimo, 120% do valor nominal de cada debênture acrescido da remuneração. A garantia será outorgada em caráter irrevogável e irretratável pela controlada indireta Telemar e pela sua controlada Valverde;

Notas Explicativas

- Pagamento do valor nominal: em 6 parcelas com os seguintes vencimentos, sendo : a 1ª no valor de R\$50.000 em 30/04/14; a 2ª no valor de R\$ 100.000 em 30/04/15; a 3ª no valor de R\$100.00 em 30/04/16; a 4ª no valor de R\$100.000 em 30/04/17; a 5ª no valor de R\$100.000 em 30/04/18; e a 6ª no valor de R\$50.000 em 05/10/18;
- Remuneração: as debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de um spread equivalente a 1,35% ao ano, base 252 dias úteis, e, em conjunto com a taxa DI, calculados de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por dias leis corridos;
- Pagamento da remuneração: a remuneração será paga em 8 parcelas nas seguintes datas: 30/04/2012; 30/04/2013; 30/04/2014; 30/04/2015; 30/04/2016; 30/04/2017; 30/04/2018 e 05/10/2018.

(d) Resgate das notas promissórias

Em 5 de outubro de 2011, a controlada indireta Telemar realizou o resgate antecipado da totalidade das notas promissórias em circulação, no valor de R\$300.000, acrescida de juros no montante de R\$17.846, conforme anuência expressa dos titulares e autorização do Conselho de Administração. O procedimento do resgate observou as regras CETIP para as notas promissórias custodiadas eletronicamente na CETIP.

(e) Cancelamento e resgate de ações preferenciais

Em reunião do Conselho de Administração da controlada indireta Telemar realizada em 6 de outubro de 2011 foi aprovada a extinção de 66.666 ações preferenciais nominativas resgatáveis de sua própria emissão, as quais estavam mantidas em ações em tesouraria.

Adicionalmente, em 28 de outubro de 2011, foram resgatadas 66.666 ações preferenciais pelo BNDESPAR, no valor de R\$82.640, acrescida de juros no montante de R\$17.319. As ações preferenciais resgatadas as quais estavam mantidas em ações em tesouraria foram extintas.

Em 30 de abril de 2012, foram resgatadas, pelo BNDESPAR, 66.666 ações preferenciais no valor de R\$82.640, acrescida de juros no montante de R\$20.130. Nesta mesma data, foi realizado o pagamento dos dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis referentes ao exercício de 2011, no montante de R\$71.614. As ações preferenciais resgatadas encontram-se em tesouraria.

(f) Desvalorização dos investimentos disponíveis para venda

Os investimentos classificados como disponíveis para venda, referentes a aquisição de ações da Portugal Telecom – PT, pela controlada indireta TMAR, sofreram uma desvalorização no período compreendido entre 30 de junho de 2011 e a data de autorização para reapresentação deste relatório de informações trimestrais. A Companhia estima o efeito da desvalorização das ações em aproximadamente 59,1%, perfazendo o montante de R\$807 milhões, líquido da variação cambial.

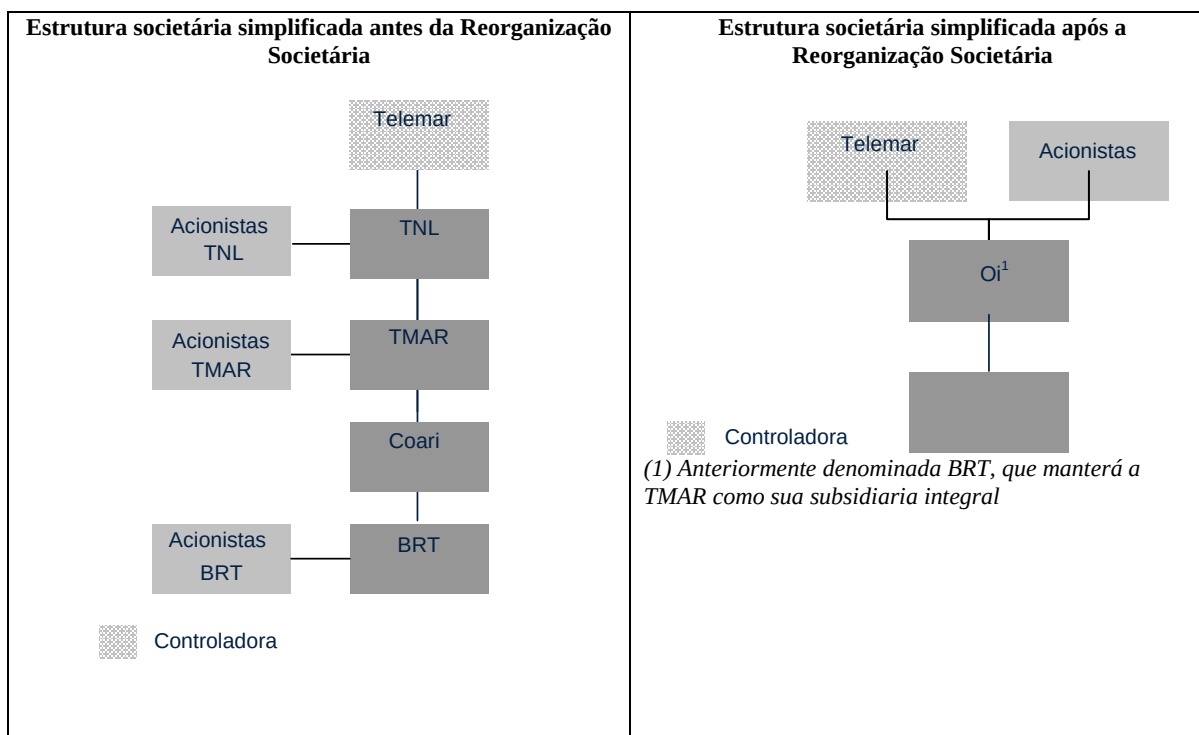
(g) Aprovação da Reorganização Societária – Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.)

Notas Explicativas

Em assembleias gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (TNL, TMAR, Coari e BrT) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela BrT, companhia esta que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e passa a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, tendo sido a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas assembleias gerais.

Em consequência, serão emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.), passando o seu capital subscrito, totalmente integralizado, a ser de R\$6.816.468, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após a Reorganização Societária:



A Reorganização Societária tem por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, resultando em criação de valor para todos os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificar a estrutura societária, anteriormente dividida em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações, unificando as bases acionárias das Companhias Oi em uma única empresa com 2 espécies diferentes de ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior;
- Reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros, após a consolidação da administração das Companhias Oi, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais;

Notas Explicativas

- Alinhar os interesses dos acionistas da TNL, da TMAR e da BrT;
- Possibilitar o aumento da liquidez das ações da BrT; e
- Eliminar os custos decorrentes da listagem separada das ações da TNL, da TMAR e da BrT e aqueles decorrentes das obrigações de divulgação pública de informações pela TNL, pela TMAR e pela BrT, separadamente.

A manutenção do controle acionário da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) exclusivamente pela Telemar é condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a Anatel. A Telemar e seus acionistas diretos ou indiretos implementarão as medidas necessárias para a manutenção do controle e o cumprimento de tais obrigações, incluindo, potencialmente, a permuta de ações preferenciais que detém por ações ordinárias de titularidade de seus acionistas diretos ou indiretos.

Na AGE da BrT de 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada, inclusive, a proposta de bonificação em ações preferenciais resgatáveis de emissão da BrT a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da BrT anteriores à incorporação, pelo valor total de R\$1,5 bilhão. A data base da bonificação aos acionistas cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA e para os acionistas cujas ações são negociadas na NYSE – “*New York Stock Exchange*” será o dia 29 de março de 2012 (data do fim do prazo para o exercício do direito de retirada), sujeito a efetivação da operação, nos termos do art. 230 da Lei das S.A. Sendo assim, a partir do dia 30 de março, inclusive, as negociações dessas ações em bolsa serão realizadas *ex-bonificação*. O valor do resgate das ações resgatáveis será pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social e na mesma data em que for pago o valor do reembolso das ações de eventuais acionistas dissidentes da TNL e da TMAR, previsto para ocorrer no dia 9 de abril de 2012. O valor das ações resgatadas acima será deduzido no cálculo das relações de substituição deliberada.

Abaixo são apresentadas as relações de troca de ações decorrentes das incorporações de TNL e Coari em BrT, a saber:

<u>Ação original / Ação em substituição</u>	<u>Relação de substituição</u>
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

Nos termos do art. 137, §1º da Lei das S.A., os acionistas dissidentes terão direito de retirada, o qual será exercível em relação às ações de que sejam titulares ininterruptamente desde o encerramento do pregão do dia 23 de maio de 2011 até a data do efetivo exercício do direito de retirada. As ações adquiridas a partir do dia 24 de maio de 2011 não conferirão ao seu titular direito de retirada com relação à Reorganização Societária.

Conforme mencionado no fato relevante de 14 de novembro de 2011, caso a titularidade de ações detidas em 23 de maio de 2011 tenha sido transferida, inclusive em virtude de contrato de mútuo de ações (“aluguel de ações”), o acionista não poderá exercer o direito ao reembolso com relação às ações mutuadas, uma vez que, na forma da lei, o mútuo acarreta a efetiva transferência da titularidade das ações do mutuante ao mutuário.

Notas Explicativas

Do mesmo modo, os acionistas que no encerramento do pregão de 23 de maio de 2011 fossem titulares de ações por força de contratos de mútuo vigentes naquela data, e mantenham a titularidade destas ações até o momento do exercício do direito de recesso, poderão exercê-lo, na forma da lei.

Somente terão direito de retirada aqueles titulares de ações ordinárias e preferenciais (TMAR3, TMAR5 e TMAR6) da TMAR, ações ordinárias e preferenciais da Coari (somente detidas pela TMAR e com relação às quais não se espera que o recesso seja exercido) e ações ordinárias da TNL (TNLP3). As demais ações das Companhias Oi não terão direito de retirada, nos termos da lei.

O pagamento do valor do reembolso aos acionistas legitimados dependerá da efetivação da operação, nos termos do art. 230 da Lei das S.A. e, caso efetivada, será realizado no dia 9 de abril de 2012.

Estima-se que as ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) passarão a ser negociadas, já sob seu novo código, em aproximadamente 40 dias após a data das assembleias que deliberaram sobre as incorporações.

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária estava sujeita à anuência da ANATEL e tal anuência foi concedida em 27 de outubro de 2011. Adicionalmente, o registro das ações que serão emitidas pela Oi S.A.(anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.) nesse contexto, foram registradas junto à SEC, assim como foi obtida a anuência dos credores das Companhias Oi para a implementação da Reorganização Societária, quando aplicável.

Em Assembleia realizada em 17 de outubro de 2011, foi aprovada a extinção das garantias fidejussórias prestadas por meio de fiança da TNL às debêntures públicas da quarta emissão da BrT.

A estratégia de negócio a ser adotada pela Administração nas operações futuras da Companhia será impactada de tal forma que certas receitas serão consolidadas, haverá economia de despesas, certos ativos serão utilizados de forma integrada, bem como ocorrerão outros benefícios e efeitos provenientes da reestruturação. Portanto os fluxos de caixa serão analisados pela Administração de forma consolidada em seu processo de tomada de decisões.

Como consequência, a TNL, com base nos pronunciamentos CPC 01 e CPC 25, considerou os fluxos de caixa futuros consolidados de suas operações para análise de indicativo de “*impairment*” de seus ativos (representando esta a unidade geradora de caixa). A referida análise não evidenciou indícios de “*impairment*” sobre os ativos de longa duração da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Administração procedeu aos seguintes registros contábeis em conexão com a Reorganização Societária: (i) na BrT, registro do passivo decorrente da bonificação de ações a serem resgatadas no montante de R\$1.501.984 e (ii) na TNL, registro da baixa de ativo fiscal diferido de prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social em função da extinção da TNL, por incorporação, no montante de R\$178.807.

Após a reestruturação, a controlada indireta LF Tel e a controlada direta Jereissati Telecom, passam a concentrar suas participações diretas atuais, TNL e TMAR e TNL respectivamente, na Oi S.A. Consequentemente, a Companhia passou a ser controladora indireta em conjunto da Oi S.A.

Exercício do Direito de retirada em TNL e TMAR

Notas Explicativas

Conforme divulgado em 05 de abril de 2012, foi concluída a apuração do exercício do direito de retirada pelos acionistas da TNL e TMAR, com relação às matérias aprovadas nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 27 de fevereiro de 2012, relacionadas à Reorganização Societária.

O resultado do direito de retirada segue na tabela abaixo:

Classe	Quantidade	Valor de reembolso (por ação)	Valor total desembolsado (R\$)
TNLP3	20.446.097	28,93	591.505.586,21
TMAR3	1.020.215		75.893.793,85
TMAR5	17.856.585	74,39	1.328.351.358,15
TMAR6	47.714		3.549.444,46
Total	39.370.611	-	1.999.300.182,67

O valor do reembolso foi pago aos acionistas dissidentes no dia 09 de abril de 2012, mesma data em que foi pago o valor do resgate das ações resgatáveis da Oi.

As ações reembolsadas serão substituídas por ações OIB3 e OIB4, de acordo com as relações de substituição aprovadas em 27 de fevereiro de 2012, e mantidas, neste momento, em tesouraria pela Oi.

Negociação das ações OI

Conforme divulgado no Comunicado ao mercado de 29 de março de 2012, a partir de 09 de abril de 2012, inclusive, somente serão negociadas (i) na BM&FBOVESPA, as ações ordinárias e preferenciais da Oi, sob os códigos OIBR3 e OIBR4 e nome de pregão OI; e na New York Stock Exchange – NYSE, *Amercian Depositary Shares* – ADS's representativas das ações da Oi, sob os códigos OIBR e OIBR.C.

(h) Captações ocorridas em 2012

Financiamentos em moeda estrangeira

Em janeiro de 2012 foram desembolsados US\$91,9 milhões (R\$161 milhões) do contrato de financiamento assinado pela controlada indireta TMAR junto ao “*Finnish Export Credit*” em agosto de 2009, no valor de US\$500 milhões.

“Bonds”

Em fevereiro de 2012, a controlada indireta BrT emitiu “*Senior Notes*” no valor de US\$1.500 milhões, com o objetivo de refinanciamento de dívidas, além de propósitos corporativos gerais. A operação tem juros de 5,75% a.a., com vencimento final em fevereiro de 2022. Os encargos financeiros têm vencimento semestral em fevereiro e agosto, desde agosto de 2012 até o vencimento. Os custos de transação associados a esta emissão no valor equivalente a US\$6 milhões serão amortizados ao resultado do exercício conforme os prazos contratuais desta emissão pela taxa efetiva.

Emissão de debênture pública

Notas Explicativas

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de fevereiro de 2012, foi aprovada a nona emissão pública, pela controlada indireta BrT, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição conforme termos da instrução CVM nº 400, no valor de até R\$2.000 milhões (podendo ser estendido com a aplicação de Lote Adicional e Lote Suplementar), em até duas séries. As taxas de remuneração e a alocação entre séries serão definidos em procedimento de *bookbuilding* em 5 de março de 2012. A emissão está em fase de registro na CVM.

11ª Emissão de Debêntures pela controlada indireta Telemar

Em Assembleia Geral Extraordinária da controlada indireta Telemar, realizada em 27 de março de 2012 foi aprovada a décima primeira emissão de debêntures nominativa, escritural, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, no valor de R\$500.000, a qual será objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos na IN CVM nº 476.

As debêntures possuem as seguintes características e condições:

- Valor nominal: valor nominal unitário de R\$1.000;
- Quantidade: 500;
- Data de emissão: 05 de abril de 2012;
- Data de vencimento: 05 de abril de 2019;
- Número de séries: série única;
- Espécie: quirografária;
- Garantia: penhor de ações de Emissão de Tele Norte Leste Participações S.A. na proporção de 120% do valor da Emissão;
- Pagamento do valor nominal: em três parcelas anuais, iguais e consecutivas, sendo (a) a primeira parcela, no valor correspondente a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, em 25 de abril de 2017; (b) a segunda parcela, no valor correspondente a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, em 25 de abril de 2018; e (c) a terceira parcela, no valor correspondente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) do Valor Total da Emissão, em 5 de abril de 2019;
- Remuneração: as debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa DI over extra grupo de um dia, base 252 dias úteis, divulgada pela CETIP, acrescida de um spread equivalente a 1,20% ao ano;
- Pagamento da remuneração: a remuneração será paga semestralmente, nas seguintes datas: (a) o primeiro pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2012; (b) o segundo pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2013; (c) o terceiro pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2013; (d) o quarto pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2014; (e) o quinto pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2014; (f) o sexto pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2015; (g) o sétimo pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2015; (h) o oitavo pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2016; (i) o nono pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2016; (j) o décimo pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2017; (k) o décimo primeiro pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2017; (l) o décimo segundo pagamento ocorrerá em 25 de abril de 2018; (m) o décimo terceiro pagamento ocorrerá em 25 de outubro de 2018; (n) o décimo quarto pagamento ocorrerá em 5 de abril de 2019.“

A liquidação financeira desta décima primeira emissão de debêntures ocorreu em de abril de 2012.

(i) Aprovação da política de remuneração aos acionistas

Notas Explicativas

Em 16 de abril de 2012, o Conselho de Administração da controlada indireta Oi aprovou uma Política de Remuneração aos Acionistas para o período de 2012 a 2015 (referente aos exercícios sociais de 2011 a 2014).

A Política de Remuneração aprovada consiste no pagamento de um valor total de R\$8.000.000.000,00, com observância do seguinte cronograma: (i) R\$2.000.000.000,00 a serem declarados por ocasião da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2011, (ii) R\$1.000.000.000,00 no mês de agosto de 2012, R\$1.000.000.000,00 no mês de agosto de 2013 e R\$1.000.000.000,00 no mês de agosto de 2014; e (iii) R\$1.000.000.000,00 por ocasião da realização de cada Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios de 2012, 2013 e 2014, em adição aos dividendos pagos nos meses de agosto de cada ano conforme item (ii).

A Política de Remuneração estará sujeita às condições de mercado, à estabilidade financeira da controlada indireta Oi e ao ambiente legal/regulatório aplicável. Poderá ser implementada através da distribuição de dividendos, do pagamento de juros sobre capital próprio, de bonificação, resgate, redução de capital ou, ainda, sob outras formas que possibilitem a distribuição de recursos aos acionistas, observada para cada um dos exercícios a alavancagem máxima correspondente a 3,0 x o índice Dívida Líquida (incluindo a remuneração a ser paga no exercício) / EBITDA (apurado no exercício anterior ao pagamento da remuneração).

(j) Aquisição de ações da Portugal Telecom (“PT”)

A controlada indireta TMAR, em continuidade ao processo de aquisição de 10% de participação na PT, conforme divulgado no Fato Relevante de 25 de janeiro de 2011 realizou sucessivas aquisições no decorrer de abril e maio de 2012 de 16.638.381 ações correspondentes a 1,5% do capital social da PT, tendo sido pago o valor de € 53.323 mil ou de R\$131.697, que inclui os custos de transação e impostos no valor total de R\$695. Após as aquisições, a controlada indireta TMAR passou a deter 8,7% do capital social da PT.

Grupo de Contac Center e Cobrança (valores não proporcionalizados)

(a) Incorporação de ações da Dedic

Incorporação de Ações da Dedic pela Contax e Direito de Retirada

Em complemento às informações divulgadas em Fato Relevante de 25 de janeiro de 2011, em 1º de julho de 2011 a Administração da Contax Participações informou ao mercado que os acionistas da Contax Participações e da Dedic aprovaram a incorporação de ações da Dedic pela Contax Participações (“Incorporação de Ações”).

Por meio da Incorporação de Ações, a Dedic se tornará uma subsidiária integral da Contax Participações, e os atuais acionistas da Dedic receberão ações ordinárias e preferenciais da Contax Participações, com base na relação de substituição aprovada. Os acionistas da Contax Participações dissidentes da deliberação que aprovou a Incorporação de Ações terão direito de retirada (“Direito de Retirada”).

Direito de Retirada

Nos termos do art. 252, §1º e do art. 137 da Lei nº 6.404/76 (“Lei das S.A.”), os acionistas titulares

Notas Explicativas

de ações ordinárias e preferenciais da Contax Participações dissidentes da deliberação da Assembleia Geral que aprovou a Incorporação de Ações terão Direito de Retirada, fazendo jus ao reembolso de suas ações no valor de R\$7,0097 (sete reais e fração) por ação, calculado de acordo com o balanço aprovado, levantado em 31 de dezembro de 2010.

O Direito de Retirada somente poderá ser exercido pelos acionistas dissidentes com relação à totalidade das ações ordinárias e preferenciais comprovadamente detidas por tais acionistas, ininterruptamente, desde a data da publicação do Fato Relevante que deu conhecimento da Incorporação de Ações ao mercado, portanto, em 25 de janeiro de 2011, computadas as operações de negociação em bolsa daquele dia, inclusive, até a data do efetivo exercício do direito de recesso. As ações adquiridas a partir do dia 25 de janeiro de 2011 não conferiram ao seu titular Direito de Retirada com relação à Incorporação de Ações.

O acionista dissidente que desejou exercer o Direito de Retirada deveria manifestar expressamente sua intenção de fazê-lo, a partir do dia 4 de julho de 2011, data de publicação da ata da Assembleia que aprovou a Incorporação de Ações, até o dia 3 de agosto de 2011, inclusive, data de encerramento do prazo para o exercício do Direito de Retirada, nos termos do art. 230 da Lei nº 6.404/76.

Aquisição pela CTX de parte das ações de emissão da Contax Participações detidas pela Portugal Telecom / Aumento de Capital da CTX.

Em decorrência da aprovação da Incorporação de ações, a CTX adquiriu, em 1º de julho de 2011, 1.012.466 ações ordinárias e 256.309 ações preferenciais de emissão da Contax Participações recebidas pela Portugal Telecom Brasil S.A. ("Portugal Telecom") na Incorporação de Ações, pelo valor total de R\$49.700. As ações adquiridas representam 4,06% das ações ordinárias, 0,65% das ações preferenciais, e 1,96% do capital social da Contax Participações.

Adicionalmente, também em 1º de julho de 2011 foi realizada Assembleia Geral de acionistas da CTX, em que foi aprovado o aumento de capital da CTX, no valor de R\$37.711, mediante a emissão de 162.913.541 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a ser subscrito pela Portugal Telecom e pela Fundação Atlântico de Seguridade Social.

Composição Acionária de Contax Participações e da CTX.

Com a conclusão da Incorporação de Ações, da Aquisição de Ações e do Aumento de Capital CTX, a composição do capital da CTX e da Contax Participações passou a ser a seguinte, a partir de 1º de julho de 2011.

Composição Acionária da CTX

Acionista	ON	% ON
AG Telecom	784.730.222	24,12
L.F. Tel	1.137.460.810	34,96
Luxemburgo Participações S.A.	352.730.588	10,84
FASS	331.151.534	10,18
Portugal Telecom	647.451.381	19,90
Conselheiros	14	-
Total	3.253.524.549	100,00

Notas Explicativas

Composição Acionária da Contax Participações (em milhares de ações):

Acionista	ON	% ON	PN	% PN	Total	% Total
CTX Participações S.A.	17.870	71,6%	4.137	10,4%	22.007	34,0%
Portugal Telecom	0.000	0,0%	2.782	7,0%	2.782	4,3%
Ações em Circulação	7.097	28,4%	32.800	82,6%	39.897	61,7%
Total	24.967	100,0%	39.719	100,0%	64.686	100,0

Final do prazo para exercício do direito de retirada

Em 1º de julho de 2011, a Administração da controlada indireta Contax Participações esclareceu aos seus acionistas e ao mercado que, em 30 de junho de 2011, encerrou-se o prazo para exercício do direito de retirada pelos acionistas da controlada indireta Contax Participações dissidentes da deliberação da Assembleia Geral que aprovou a aquisição, direta e indireta, por meio de suas controladas Contax e Contax Colômbia, da totalidade das ações de emissão das empresas do Grupo Allus (“Aquisição”), sem que nenhum acionista da controlada indireta Contax Participações tenha exercido seu direito de retirada.

Pagamento de dividendos

Em 8 de julho de 2011, a controlada indireta Contax Participações comunicou ao mercado que, o pagamento de dividendos aos seus acionistas no montante total bruto de R\$100.000, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 25 de abril de 2011, teria início em 20 de julho de 2011. Tiveram direito ao referido dividendo os acionistas detentores de posições acionárias em 11 de julho de 2011. Portanto, as ações da Contax Participações passaram a ser negociadas “ex-dividendos” a partir do dia 12 de julho de 2011 (inclusive). O valor pago por ação, já considerando o aumento de capital aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 1º de julho de 2011, foi corrigido com base na Taxa Referencial (TR), desde 1º de janeiro de 2011 até a data de início do pagamento, conforme detalhamento a seguir:

Valor do dividendo – sem correção:

Valor Bruto por Ação

ON (ord.) R\$ 1,5543811515

PN (pref.) R\$ 1,5543811515

Valor do dividendo – corrigido até 11/07/2011:

Valor Bruto por Ação

ON (ord.) R\$ 1,5635953208

PN (pref.) R\$ 1,5635953208

Valor do dividendo – corrigido até 20/07/2011:

Valor Bruto por Ação

ON (ord.) R\$ 1,5641441253

PN (pref.) R\$ 1,5641441253

(b) Auto de infração INSS

Notas Explicativas

Em 21 de julho de 2011, a controlada indireta Contax foi autuada pela Receita Federal do Brasil, esfera previdenciária, no montante de R\$26.334. Os autos de infração compreendem o período de janeiro a dezembro de 2007 sendo que R\$23.565 referem-se à descaracterização do pagamento de alimentação ao colaborador dentro dos moldes do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT). A Administração da controlada indireta Contax impugnou administrativamente os autos de infração, por entender que não há incidência de tributação de INSS sobre o fornecimento de alimentação “in natura”. A Administração da controlada indireta Contax, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, avaliou a probabilidade de perda desta causa como possível, não sendo, portanto, no julgamento da Administração da controlada indireta Contax, requerida a constituição de qualquer provisão para eventuais decisões desfavoráveis.

(c) Pagamento de dividendos

Em 19 de outubro de 2011 a controlada indireta CTX efetuou o pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$6.237.

(d) Cancelamento Programa de American Depositary Receipts (“ADRs”)

Em reunião do Conselho de Administração da controlada indireta Contax Participações realizada em 26 de outubro de 2011, foi autorizado o cancelamento do seu Programa de American Depositary Receipts (“ADRs”) no mercado de balcão dos Estados Unidos da América (CTXNY), levando-se em consideração (i) que na data base 30 de setembro de 2011 as ADRs representavam 1,2% das ações preferenciais (CTAX3) e 0,75% do total das ações e do valor de mercado da controlada indireta Contax Participações; (ii) os baixos índices de liquidez e pequeno volume dos ADRs transacionados; (iii) a redução dos custos administrativos para a controlada indireta Contax Participações e seus acionistas; e (iv) que a maioria dos investidores estrangeiros investe diretamente na controlada indireta Contax Participações por meio da Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBovespa.

Nesse sentido, a sua Diretoria ficou autorizada a implementar as ações necessárias para efetivar o cancelamento dos ADRs.

(e) Debêntures Privadas Intragrupo (Contax como captadora)

Em 5 de janeiro de 2012, a controlada indireta Contax emitiu 40.000 debêntures privadas, em duas séries, sendo a primeira série de 36.000 debêntures, com vencimento em 27 de dezembro de 2013, no valor de R\$360.000, e a segunda série de 4.000 debêntures, com vencimento em 3 de janeiro de 2014, no valor de R\$40.000, com propósitos corporativos em razão de gestão de caixa intragrupo.

(f) Debêntures com o Mercado

O Conselho de Administração da controlada indireta Contax Participações aprovou na reunião realizada em 29 de fevereiro de 2012 a emissão de debêntures no montante aproximado de R\$255.000 em duas séries de igual valor, sendo uma vinculada ao IPCA com opção de conversão em ações e outra série vinculada a TJLP. Essa emissão faz parte da estratégia da Contax Participações de alongamento e reestruturação do perfil da dívida e está sujeita a aprovação dos acionistas na próxima Assembleia.

Foi aprovado em Assembléia Geral Extraordinária da Contax Participações, realizada em 11 de abril de 2012 a emissão de debêntures no montante aproximado de R\$253.438 em duas séries de igual valor, sendo uma vinculada ao IPCA com opção de conversão em ações e outra série

Notas Explicativas

vinculada a TJLP. Essa emissão faz parte da estratégia da Contax Participações de alongamento e reestruturação do perfil da dívida e está sujeita a aprovação dos acionistas na próxima Assembleia.

(g) Aprovação dos dividendos

A Assembléia Geral Ordinária da Contax Participações realizada em 11 de abril de 2012 foi aprovado a proposta quanto à destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, totalizando o valor de R\$20.920, da seguinte forma: (a) destinação de R\$1.046, para reserva legal; (b) utilização da Reserva Estatutária de R\$80.126, e (c) distribuição dos dividendos aos acionistas da Contax Participações no montante de R\$100.000. Fizeram jus ao referido dividendos os acionistas detentores de posições acionárias em 12/04/2012. A partir do dia 13/04/2012 (inclusive) as ações passaram a ser negociadas ex-dividendos.

Em 30 de abril de 2012 a controlada indireta CTX, recebeu o montante de R\$34.277 referente aos dividendos complementares deliberados pela Contax Participações.

(h) Substituição do INSS patronal (MP563)

Em 04 de abril de 2012 foi publicada a Medida Provisória nº 563/2012 que altera os artigos 7º, 8º, 9º e 10º da Lei 12.546/2011 reduzindo os atuais 2,5% para 2,0% sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. A nova alíquota entrará em vigor no quarto mês subsequente à data de sua publicação.

32 REAPRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS – ITR

Nas Informações Trimestrais referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, originalmente aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de agosto de 2011, a controlada indireta LF Tel havia tratado as transações mencionadas na Nota 2.3, no que tange à TMAR e CTX, como uma aquisição de participação adicional nessas controladas em conjunto.

Posterior à apresentação das referidas Informações Trimestrais, a Administração reavaliou o tratamento contábil mais apropriado a ser considerado nesta transação e conclui que, o acréscimo de participação ocasionado pela aquisição ou diluição na participação dos demais acionistas, não é considerado em essência como aquisição adicional de participação acionária na TMAR e na CTX. Desta forma, a diferença entre os valores pagos ou aportados no capital social da Telemar, TMAR e CTX e o seu patrimônio líquido foram registrados pela Companhia no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2011 no montante de R\$19.817 na controladora e R\$ 24.968 no Consolidado.

A Companhia está reapresentando, de forma espontânea, as presentes Informações Trimestrais, considerando tais ajustes, conforme demonstrado abaixo.

As principais alterações são como segue:

Balanço patrimonial:

Notas Explicativas

	Controladora			
	30/06/2011			30/06/2011
	Originalmente apresentado	Ajustes	Outros *	Reapresentado
Ativo circulante	366.001	-	-	366.001
Ativo não circulante:	1.874.946	-1.212	-2	1.873.732
Investimento	1.717.914	-1.212	-2	1.716.700
Outros ativos não circulantes	157.032	-	-	157.032
Total do ativo	2.240.947	-1.212	-2	2.239.733
Passivo circulante	12.909	-	-	12.909
Passivo não circulante	360.693	-	-	360.693
Patrimônio líquido	1.867.345	-1.212	-2	1.866.131
Capital social	784.004	-	-	784.004
Reservas de capital	5.003	-	-	5.003
Reservas de lucros	296.522	-	-	296.522
Lucros/prejuízos acumulados	776.773	19.817	-	796.590
Ajustes de avaliação patrimonial	15.394	-21.029	-2	-5.637
Ajustes acumulados de conversão	227	-	-	227
Outros resultados abrangentes	-10.578	-	-	-10.578
Total do passivo e patrimônio líquido	2.240.947	-1.212	-2	2.239.733

Notas Explicativas

	Consolidado			
	30/06/2011			30/06/2011
	Originalmente apresentado	Ajustes	Outros *	Reapresentado
Ativo circulante	5.141.633	-	-	5.141.633
Ativo não circulante:	11.137.377	-57.919	-3	11.079.455
Intangível	3.149.045	-57.919	-2	3.091.124
Outros ativos não circulantes	7.988.332	-	-1	7.988.331
Total do ativo	16.279.010	-57.919	-3	16.221.088
Passivo circulante	2.957.115	-	-1	2.957.114
Passivo não circulante:	7.684.820	-56.392	1	7.628.429
Receitas a apropriar - deságio	56.391	-56.392	1	0
Outros passivos não circulantes	7.628.429	-	-	7.628.429
Patrimônio líquido	5.637.075	-1.527	-3	5.635.545
Capital social	784.004	-	-	784.004
Reservas de capital	5.003	-	-	5.003
Reservas de lucros	296.522	-	-	296.522
Lucros/prejuízos acumulados	776.773	19.817	-	796.590
Ajustes de avaliação patrimonial	15.394	-21.029	-2	-5.637
Ajustes acumulados de conversão	227	-	-	227
Outros resultados abrangentes	-10.578	-	-	-10.578
Participação dos acionistas não controladores	3.769.730	-315	-1	3.769.414
Total do passivo e patrimônio líquido	16.279.010	-57.919	-3	16.221.088

* Arredondamento.

Demonstração do resultado do trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2011:

	Controladora			Controladora		
	30/06/2011	30/06/2011		30/06/2011	30/06/2011	
	Trimestre Originalmente apresentado	Trimestre Reapresentado		Acumulado Originalmente apresentado	Acumulado Reapresentado	
Receita de venda de bens e/ou serviços	441	-	441	883	-	883
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	-467	-	-467	-923	-	-923
Resultado bruto	-26	-	-26	-40	-	-40
Despesas gerais e administrativas	-4.597	-	-4.597	-7.167	-	-7.167
Outras receitas	230	-	230	230	-	230
Outras despesas	-1.655	-	-1.655	-1.828	-	-1.828
Resultado de equivalência patrimonial	19.149	-29	19.120	778.109	19.817	797.926
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	13.101	-29	13.072	769.304	19.817	789.121
Resultado financeiro	3.954	-	3.954	7.852	-	7.852
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	17.055	-29	17.026	777.156	19.817	796.973
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	219	-	219	-84	-	-84
Lucro líquido do período	17.274	-29	17.245	777.072	19.817	796.889

Notas Explicativas

	Consolidado			Consolidado		
	30/06/2011 Trimestre Originalmente apresentado	Ajustes	30/06/2011 Trimestre Reapresentado	30/06/2011 Acumulado Originalmente apresentado	Ajustes	30/06/2011 Acumulado Reapresentado
Receita de venda de bens e/ou serviços	1.290.549	-	1.290.549	2.530.630	-	2.530.630
Custo dos bens e/ou serviços prestados	-796.719	-	-796.719	-1.579.919	-	-1.579.919
Resultado bruto	493.830	-	493.830	950.711	-	950.711
Despesas com vendas	-153.775	-	-153.775	-307.530	-	-307.530
Despesas gerais e administrativas	-126.935	-	-126.935	-241.701	-	-241.701
Outras receitas	83.499	-36	83.463	1.164.201	24.968	1.189.169
Outras despesas	-98.692	-	-98.692	-220.339	-	-220.339
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-7.926	-	-7.926
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	197.927	-36	197.891	1.337.416	24.968	1.362.384
Resultado financeiro	-52.658	-	-52.658	-271.921	-	-271.921
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	145.269	-36	145.233	1.065.495	24.968	1.090.463
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	-72.796	-	-72.796	-67.039	-	-67.039
Lucro consolidado do período	72.473	-36	72.437	998.456	24.968	1.023.424
Atribuído a sócios da empresa controladora	17.274	-29	17.245	777.072	19.817	796.889
Atribuído a sócios não controladores	55.199	-7	55.192	221.384	5.151	226.535

* Arredondamento.

Os referidos ajustes não afetaram o caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais, de investimentos e de financiamento.

33 APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

O Conselho de Administração da Companhia, em 29 de maio de 2012, aprovou as presentes reapresentações das Informações Trimestrais – ITR, nas quais considerou os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas Informações Trimestrais – ITR.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, aos Diretores e ao Conselho de Administração da
Jereissati Participações S.A.
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Jereissati Participações S.A. ("Companhia") e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Reorganização societária

Conforme descrito na nota explicativa nº 31, os acionistas da Tele Norte Leste Participações S.A. (controlada indireta em conjunto da Companhia e controladora da Telemar Norte Leste S.A.), da Telemar Norte Leste S.A. (controladora da Coari Participações S.A.), da Coari Participações S.A. (controladora da Brasil Telecom S.A.) e da Brasil Telecom S.A. aprovaram na assembleia geral realizada em 27 de fevereiro de 2012 a reorganização societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da Telemar Norte Leste S.A. com a incorporação da parcela cindida pela Coari Participações S.A., seguida de incorporação de ações da Telemar Norte Leste S.A. pela Coari Participações S.A. e as incorporações da Coari Participações S.A. e da Tele Norte Leste Participações S.A. pela Brasil Telecom S.A., que passa a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e a ter a sua denominação social alterada para Oi S.A.. Desta forma, em 27 de fevereiro de 2012, a Companhia passou a ser controladora indireta em conjunto da Oi S.A..

Reapresentação das informações contábeis intermediárias

Em 23 de agosto de 2011, emitimos um relatório sobre a revisão das informações trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, sem ressalva e contendo ênfase em relação ao tema mencionado na nota explicativa nº 2.3. Conforme mencionado na nota explicativa nº 32, posterior à apresentação das referidas informações trimestrais, a Administração da Companhia reavaliou o tratamento contábil mais apropriado a ser considerado para essa transação, concluindo pela reapresentação das

informações trimestrais anteriormente referidas. O relatório sobre a revisão das informações trimestrais está sendo reemitido, para contemplar esse fato.

Outros assuntos

Informações contábeis intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações contábeis intermediárias do valor adicionado ("DVA"), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de maio de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Simurro
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8
0 "S" SP

Marco Antonio Brandão

Contador
CRC nº 1 RJ 052000/O-

Motivos de Reapresentação

Versão	Descrição
2	Alteração de notas explicativas.